



Maria Mary Ferreira
(Organizadora)

LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS EM TEMPOS SOMBRIOS



LIVRO, LEITURA
E BIBLIOTECAS EM
TEMPOS SOMBRIOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof.^a Dr.^a Nair Portela
Reitora

Diretora do Centro de Ciências Sociais
Prof.^a Dr.^a Lindalva Martins Maia Maciel

Chefe do Departamento de Biblioteconomia
Prof. Dr.^a. Maria de Fátima Almeida Braga

Coordenadora do Curso de Biblioteconomia
Prof.^a Dr.^a Aldinar Martins Bottentuit

Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas
Políticas Públicas de Informação, Leitura e Cidadania
Prof.^a Dr.^a Maria Mary Ferreira

Comissão Científica:

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Almeida Braga
Prof.^a Dr.^a Aldinar Martins Bottentuit
Prof.^a Dr.^a Márcia Tereza da Rocha Pimenta
Prof.^a Dr.^a Leoneite Brito Martins
Prof.^a Dr.^a Maria da Glória P. Alencar
Prof. Dr. Roosevelt Lins
Prof.^a Dr.^a Valdirene Pereira da Conceição
Prof.^a Dr.^a Cláudia Pecegueiro
Prof.^a Dr.^a Cassia Furtado
Prof.^a Dr.^a Georgete Freitas
Prof.^a Dr.^a Marise Marçalina
Prof.^a Raimunda Ramos Marinho
Prof.^a Dr.^a Dirlene Santos Barros
Prof.^a Maria Cléa Nunes
Msc. Carlos Wellington Martins
Prof.^a Márcia Cordeiro

MARIA MARY FERREIRA
(Organizadora)

LIVRO, LEITURA
E BIBLIOTECAS EM
TEMPOS SOMBRIOS

São Luís



EDUFMA

2017

Copyright © 2017 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profª. Dra. Nair Portela Silva Coutinho
Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos · Profª. Dra. Michele Goulart Massuchin
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa · Profª. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire · Profª. Dra. Maria Mary Ferreira
Profª. Dra. Raquel Gomes Noronha · Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi
Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz

REVISÃO

Herbert Santos

PROJETO GRÁFICO

Roberto Sousa Carvalho

IMAGEM DA CAPA

<https://pixabay.com/pt/livros-pilha-de-livro-pilha-2085587/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Livro, leitura e bibliotecas em tempos sombrios / Maria Mary
Ferreira (Organizadora). – São Luís : EDUFMA, 2017.

235 p. ; il.: 14x21cm (E-book - PDF).

ISBN 978-85-7862-713-3

1. Livro. 2. Leitura. 3. Políticas Públicas Leitura. 4. Bibliote-
cas Públicas. I Ferreira, Maria Mary.

CDD 027.4

CDU 027(81)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A leitura como um ato de
resistência aos tempos sombrios.....13

Maria Mary Ferreira

LIVRO E BIBLIOTECA EM TEMPOS SOMBRIOS.....31

José Castilho Marques Neto

O LIVRO COMO OBJETO DE UM TIPO DE
CONHECIMENTO: censura e resistência.
Um estudo de caso no Maranhão colonial.....55

José Henrique de Paula Borralho

O LIVRO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE E
INCLUSÃO SOCIAL: a juventude de periferia
e a formação de seres para si no movimento
hip-hop.....85

Rosenwerk Estrela Santos

O LIVRO E A LEITURA NA CONSTRUÇÃO DE UMA
CIDADE LIVRE.....107

Felipe Lindoso

O LIVRO COMO OBJETO DE CENSURA E RESISTÊNCIA.127

Maria Mary Ferreira

DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
SEGMENTO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E
BIBLIOTECAS PÓS-IMPEACHMENT: foco nas
bibliotecas públicas.....163

Carlos Wellington Soares Martins

O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA
NO BRASIL: foco nas bibliotecas escolares....187

Maria da Glória Serra Pinto de Alencar

BIBLIOTECAS E ARQUIVOS: lugares de memória
e inclusão.....209

Dirlene Santos Barros

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES.....229

PREFÁCIO

Aldinar Martins Bottentuit¹

Este livro é resultado das reflexões e debates realizados no VIII e IX Seminário de Políticas Públicas de Bibliotecas, Leitura e Informação, iniciativa do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Políticas Públicas de Informação, Leitura e Cidadania em parceria com os professores do Departamento de Biblioteconomia e o Programa de Educação Tutorial (PET), com o objetivo de aprofundar estudos e pesquisas no campo das bibliotecas, da informação e da leitura buscando refletir sobre a ação do profissional bibliotecário na construção de uma sociedade leitora e cidadã.

A realização deste Seminário faz parte das ações desenvolvidas pelo Núcleo criado em 2007, no contexto da Pesquisa Informação e Desigualdade Social no Maranhão, sob a liderança acadêmica e intelectual da professora Maria Mary Ferreira, na perspectiva de refletir sobre como o Estado tem contribuído para implementar Políticas Públicas voltadas

1 Doutora em Ciência da Informação pela UNESP, Marília, SP. Professora adjunto do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora do Curso de Biblioteconomia. Membro da Comissão Organizadora.

para a democratização das bibliotecas públicas e escolares, assim como, no desenvolvimento de ações efetivas para tornar a leitura e o conhecimento um bem social acessível a todos cidadãos. Em 2007, o tema do I Seminário foi “O Papel do Estado na Democratização das Bibliotecas Públicas, da Leitura e do Conhecimento” no qual foram apresentados os resultados da pesquisa Informação e Desigualdade Social no Maranhão, desenvolvida em 157 municípios maranhenses. No II Seminário realizado em 2009, o tema escolhido foi “Democratização da Informação e o Papel do Estado”; neste Seminário foi possível estabelecer uma interlocução sobre as experiências de democratização da leitura na Colômbia e Brasil, com a vinda da pesquisadora Yecel Damásio, da Universidade da Colômbia e da Professora Eliane Alvarenga da Universidade Federal de Goiás.

A partir de 2013, o Seminário passou incorporar as atividades da Feira de Livros de São Luís, a fim de dar maior visibilidade ao evento e integrar alunos/as e professores/as, especialmente os que ministram as disciplinas Gestão de Bibliotecas Públicas, Escolares e Comunitárias, Leitura e Formação de Leitores e História do Livro e das Bibliotecas. A inserção desse seminário na Feira de Livros, evento que agrega milhares de pessoas e que se constitui o espaço mais importante de difusão do livro e da leitura no Estado, contribuiu para o conhecimento desta linha de pesquisa que o Departamento de Biblioteconomia vem desenvolvendo desde os anos de 1980 com as pesquisas da professora Lusimar Silva Ferreira.

Em 2014, o tema escolhido “A Biblioteca Escolar na Perspectiva de um Brasil Leitor” teve como conferencista a Prof^a Dr^a Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ensejando a problemática do campo das bibliotecas escolares, oportunidade em que foi apresentado um diagnóstico da situação das bibliotecas escolares de São Luís.

Em 2015, o Seminário teve como tema “Livro e Leitura na Construção de uma Cidade Livre”. Sua realização foi na Faculdade de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tendo como conferencista o escritor Felipe Lindoso, autor do livro *O Brasil por ser um país de leitores?* Nesse ano, é importante ressaltar que a professora Maria Mary Ferreira, do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, foi uma das homenageadas durante a XX Feira de Livros de São Luís, pela sua significativa produção científica sobre mulheres e relações de gênero e sua contribuição no fortalecimento de ações de incentivo a leitura, nos estudos que realiza sobre a gestão das bibliotecas públicas e escolares do Maranhão.

Em 2016, o tema desenvolvido foi “Livro e Biblioteca em Tempos Sombrios” que teve como conferencista o Professor Doutor José Castilho Marques Neto, secretário executivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) nos governos de Lula e Dilma Rousseff. A pertinência do tema se justificava pelo momento que o Brasil vivenciava com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff por meio de um golpe jurídico midiático. A pertinência do tema também se justificava, e ainda

se justifica, pelas medidas adotadas pelo atual governo Temer que vem adotando um conjunto de medidas que atinge de forma direta a classe bibliotecária, as bibliotecas, as políticas do livro e da leitura e a população em geral.

Assim, para atingir os objetivos deste Seminário e aprofundar o debate sobre políticas públicas de leitura, biblioteca e informação; refletir sobre o papel do Estado, dos bibliotecários e da sociedade na formação de uma sociedade democrática, leitora e cidadã e ao mesmo tempo proporcionar a troca de informações e conhecimentos acerca do tema visando fortalecer a ação da classe bibliotecária e da sociedade maranhense, foi realizado a XIX edição do Seminário, com uma programação intensa de vídeos e filmes, atividade esta que contou com a participação de professores/pesquisadores; foram ministradas 18 oficinas cujos temas, os mais variados, envolveram 266 pessoas. Entre as oficinas, destacamos: Experimentações Criativas em Bibliotecas; Como Ler e Estudar Textos Científicos; Negros e Negras e suas Representações na Literatura; O Brasil e a Atual Conjuntura Política; Ser gay no Mundo Heterossexual; Os Jornais como Material Pedagógico; Violência de Gênero: como Trabalhar na Escola; Mulheres Recatadas e Mulheres Transgressoras; O que diz o Feminismo sobre o Olhar da Mídia Brasileira para as Mulheres; Como Usar a Internet como Ferramenta de Leitura e Pesquisa; Leitura de Clássicos: Camus e Virginia Wolf; Guerra dos Tronos: por que encanta tanto os leitores? Um Baú de Leituras: como contar histórias para emocionar.

A dimensão deste evento pode ser avaliada pelas abordagens e pela oportunidade de trazer para um espaço público discussões ainda pouco debatidas pela sociedade maranhense.

Neste livro são apresentadas oito palestras ministradas nos dois últimos eventos, selecionadas para refletir o momento de crise que o País atravessa, trazendo para o campo da leitura, do livro, das bibliotecas e dos arquivos as inquietações deste momento de tensão. As falas de nossos autores refletem certa perplexidade, ansiedade, revolta, entretanto ensejam esperança de que os brasileiros possam reagir a este momento de crise.

INTRODUÇÃO:

A leitura como um ato de
resistência aos tempos sombrios

Maria Mary Ferreira¹

Vivemos novamente tempos sombrios, após termos superado o período de exceção que nos silenciou durante 21 anos. O impeachment votado no Congresso, apoiado pelas elites brasileiras, pelo Supremo Tribunal Federal, além dos setores midiáticos, traduziu um momento de profundo retrocesso e de atraso na construção do estado democrático de direito no Brasil. Digo construção, porque a democracia, no Brasil, ainda é um projeto em andamento, haja vista as distâncias sociais e as desigualdades que impedem este País de alcançar a democracia plena.

São tempos sombrios e de desesperanças que se agudizaram pela falta de reação da sociedade, pela incapacidade dos brasileiros de compreenderem as imensas perdas que irão sofrer a médio e longo prazos, se forem consolidadas as contra reformas que estão em andamento neste governo.

1 Doutora em Sociologia. Professora do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/UFMA

No campo da cultura o que se viu no pós-impeachment foi uma dança de cadeiras com denúncias de corrupção, interferências na gestão do Ministério da Cultura que culminou com a saída de dois ministros e incertezas quanto aos programas do livro, leitura e bibliotecas que vinham sendo implantados, até então, no governo de Dilma Rousseff. São tempos sombrios, mas também de reflexão, de reconstrução de ideias, que possam levar bibliotecários, professores e estudantes a reagirem. Os textos que ora apresentamos aos leitores estão divididos em dois momentos: no primeiro destacamos aqueles voltados para o livro e a leitura e as muitas formas de interdição e resistência. O segundo se destina a refletir sobre as políticas de biblioteca e arquivos. Em cada um deles os autores expressam críticas ao atual momento que o País atravessa, uma vez que suas críticas traduzem descontentamento, mas também expressam esperanças e vontade de superação destes tempos sombrios. Vejamos:

O texto inicial “Livro e Biblioteca em Tempos Sombrios” do Prof. Dr. José Castilho Marques Neto trouxe questões importantes para pensar o momento que o Brasil atravessa pós-golpe. Em sua fala José Castilho Marques Neto fez um balanço dos 10 anos de implantação do Plano Nacional do Livro e da Leitura do qual foi um dos idealizadores trazendo o pensamento de Roger Chartier quando este nos inquiriu: será que os livros fazem revolução? Sim, o livro revoluciona. Na medida em que surgiram as bibliotecas, o livro e a leitura foram dessacralizados, sendo responsáveis por mudanças sociais e possibilidade de vida intelectual. A leitura, é importante

dizer, em tempos sombrios significa a realização do projeto de transformação social... “o direito à leitura é como a chave de todos os direitos, por entendermos o mundo e estarmos exercendo o poder de mudança” enfatiza Marques Neto (2017).

Por que temos a sensação de vivermos tempos sombrios? Questiona Marques Neto. Porque toda a conjuntura nos mostra uma sociedade que piorou depois de termos dado um salto muito grande, quando em 2003 passamos a executar um projeto de transformação da cultura brasileira iniciado por Mário de Andrade, Darcy Ribeiro e muitos outros no Século XX. Aliás, sonho este que foi acalentado de fazer do Brasil um País de leitores, tendo sido alimentado pelas políticas desenvolvidas nos Governos de Lula e de Dilma Rousseff. Para Marques Neto, o desenvolvimento da leitura deve ser visto como um ato político, por isso foi sempre combatido. Não se pode pensar projeto de leitura apenas como algo técnico. Por esta razão o Plano Nacional do Livro e da Leitura foi construído como uma política de estado, como um pacto social que atingiu o Brasil de norte a sul. Sua execução é parte de um projeto democrático desenvolvido de 2003 a 2015 interrompido por um golpe jurídico midiático que marca profundamente a vida dos brasileiros. Para Marques Neto (2017) “a história ainda vai mostrar a derrota daqueles que fazem o País da mordança, na medida em que realizarmos nossa amorosidade pelos livros e pelas bibliotecas”.

O segundo texto *O livro como objeto de um tipo de conhecimento: censura e resistência*, um estudo de caso no Maranhão colonial de autoria do professor Henrique Borrallho

faz um percurso na obra de diversos autores como William Shakespeare que “inventa” o amor romântico entre um casal “Romeu e Julieta” considerados os arquétipos da nova subjetividade e do novo conceito de amor. Em outro percurso nos apresenta a obra de Jean-Jacques Rousseau que ilumina o mundo com “O contrato social”, cujas regras de civilidade passam a nortear o mundo a partir de então. O aparecimento de Karl Marx, Max Weber, Durkheim, Freud, Nietzsche que denunciam os horrores da civilização, as contradições e falácias do progresso, mostrando ao mundo como o capitalismo em plena ascensão transformava os homens e mulheres em mercadoria agudizando a miséria, a exploração da natureza, o suicídio, a religião e como esta sociedade não só desumaniza os homens e mulheres, mas os alienam. Ao dialogar com Boaventura Santos, o autor afirma que não existe primazia do conhecimento em nenhuma área do saber. Todos os conhecimentos trazem contribuições para pensar a sociedade, todos buscam a verdade, nenhuma área pode se considerar dona da verdade ou do conhecimento. Borralho (2017) então questiona: “que tipo de conhecimentos estamos produzindo? O que é conhecimento?” Tais questionamentos nos levam a respostas para entender o que Adorno, Benjamin, Marcuse e Horkheimer pensaram sobre indústria cultural e através do pensamento desses autores entender o processo de alienação que essa indústria exerce sobre a sociedade. Compreender o porquê do nazismo e sobre as origens do totalitarismo através do pensar de Hannah Arendt ou ainda rediscutir o poder no

estudo revolucionário de Michel Foucault sobre microfísica do poder.

No texto provocativo de Borralho ele nos instiga acerca da necessidade de repensar o que ensinamos em sala de aula, e também sobre o que escrevemos. Sugere que devemos redimensionar nossas reflexões incluindo o sentimento, a dimensão social, instância substancial de nossa existência. Reflete sobre o pensamento de Chartier para falar sobre a importância do livro, considerado como um instrumento de poder, desde os escribas, perpassando pela cultura egípcia, grega e período medieval. Enfim da modernidade aos dias atuais, o livro foi sempre visto como um instrumento de poder, fato esse que explica as muitas interdições e perseguições sofridas por quem escrevia e por quem lia como iremos nos reportar mais à frente. Para Henrique Borralho, citando Chartier: “A história do livro não pode anexar em suas conquistas quantitativas a circulação clandestina, e o peso da interdição, em relação ao permitido, permanece ainda desconhecida”.

Destarte, no Maranhão não foi diferente, vide os dados da mesa real censória no século XIX, órgão ligado ao império metropolitano que resguardava a entrada de livros no Brasil, com função de proibir a livre circulação de livros considerados ameaças à constituição da ordem, até a sua instituição no Brasil em 1823, segundo Borralho. Nos documentos analisados pelo pesquisador é possível verificar como a coroa metropolitana estendeu seus tentáculos, visando a não difusão de ideias consideradas subversivas, contrárias aos interesses da metrópole

lusitana, pois, colocaria em risco todo o projeto de dominação além-mar. (BORRALHO, 2017).

O livro como prática de liberdade e inclusão social: a juventude de periferia e a formação de seres para si no movimento hip-hop, de autoria do professor Rosenwerk Estrela Santos. Trata-se de um texto denso, crítico e poético que retrata a experiência do autor no movimento hip-hop denominado “Quilombo Urbano” no início dos anos noventa. O autor relembra os primeiros passos do grupo que se apresentou em vários lugares para mostrar sua música e sua dança. Um desses lugares foram as escadarias da Biblioteca Pública “Benedito Leite” a biblioteca mais importante do Maranhão. Sua imponência e majestade não intimidava os jovens, embora o considerasse algo quase inatingível, dado sua grandiosidade arquitetônica. O interesse inicial do grupo era mostrar sua cultura, sua realidade, marcar sua identidade. Desse interesse nasceu o primeiro passo: pegar livros emprestados de militantes históricos do movimento negro, a exemplo de Magno Cruz. Foi ele que emprestou a biografia de Malcon X, obra que circulou entre os militantes com grande interesse. Posteriormente o grupo passou a buscar livro na própria Biblioteca Pública que passou a integrar a vida desses jovens militantes e a fazer sentido para muitos deles. “Foi assim que os livros ali expostos e disponíveis começaram a fazer sentido. A partir de então, pegávamos os livros na Benedito Leite” enfatiza Rosenwerk Santos (2017).

Livros como “Do Quilombo à Rebelião Negra” e “A sociologia do Negro Brasileiro” de Clóvis Moura; “O Qui-

lombo” e “O que é Racismo”, de Joel Rufino dos Santos; “O que é a Revolução”, de Florestan Fernandes, se tornaram para os jovens do Quilombo Urbano fontes de leitura e resistência. Desse modo, esclarece o autor: “a luta por inclusão social, justiça e igualdade passou a fazer parte de nossas leituras e de nossas vidas. Essa é um pouco da história de uma parte importante da juventude de periferia no Maranhão”. (SANTOS, 2017).

A experiência de leitura desenvolvida pelo Quilombo Urbano, ainda pouco discutida e referenciada merece uma atenção especial em virtude da originalidade como estes jovens foram “tomando consciência do mundo”, contando com a solidariedade de outros militantes mais experientes os caminhos para construírem práticas educativas inovadoras ligadas à educação popular. Estas práticas, nos esclarece o professor Rosenwerk, não se estabeleceram “apenas por meio da entrada de seus militantes na educação formal ou de algum tipo de projeto político-pedagógico próprio, mas consubstanciaram-se a partir de seus shows, na participação em atividades políticas, na organização interna do movimento, além dos debates, discussões, mostra de filmes, bailes, dentre outras ações desenvolvidas por este”. A riqueza, beleza e emoção que o autor nos transfere no seu texto mostra como o movimento hip-hop possibilitou a essa geração de jovens, não somente a construção da identidade étnico-racial, mas também “a elaboração de uma consciência crítica” que transcendeu as reivindicações imediatas, palco das lutas sociais dos anos noventa que resultaram em políticas públicas implementadas pelo Estado. Os efeitos

das práticas educativas, marca do movimento hip-hop, contribuíram para que este movimento se tornasse uma resistência à dura realidade vivida pelas classes populares, iluminando os jovens que passaram a compreender que a pobreza não é um destino, mas o resultado das relações desiguais que marcam a sociedade capitalista e patriarcal que se vive.

Em tempos de censura que se presencia neste momento - setembro de 2017 – dois acontecimentos nos chamam a atenção: a exposição “QueerMuseu: Cartografias das diferenças na arte brasileira”, no Santander Cultural em Porto Alegre e a mais recente envolvendo os protestos e polêmicas nas redes sociais contra a performance “La Bête”, apresentada pelo Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, na Mostra Panorama da Arte Brasileira. Esses dois acontecimentos fazem como que o texto “O livro como objeto de censura e resistência”, escrito pela organizadora desta coleção, Maria Mary Ferreira se torne bastante pertinente, principalmente, na sua parte inicial, quando a autora discute a censura aos livros e como esta forma de interdição ao conhecimento e à leitura está relacionada a tempos sombrios que o país viveu nas ditaduras de Vargas e na ditadura militar de 1964. Vive-se no presente, nestes tempos de Temer, situação semelhante. No meu texto apresento o livro como elemento civilizador presente na vida dos povos e nações, destaca que ao longo da história da humanidade o livro vem transformando pessoas, costumes, ideias e revoluções. Por esta razão, foi em muitos grupos sociais proibido, censurado, perseguido.

Lembro como os dogmatismos justificaram períodos que marcam a vida dos povos como na inquisição do Santo Ofício que foi responsável pela morte de milhares de pessoas, a maioria mulheres, por se rebelarem contra um modelo imposto pela Igreja Católica. A inquisição proibia as mulheres e os homens de “pensar diferente”, e esse pensar diferente representava desvios de condutas que deveriam ser denunciados, “tornando-se prática constante a eliminação pública”. A fogueira era o destino dos heréticos, mesmo destino era dado aos livros que continham ideias “subversivas” na cabeça dos inquisidores. Por esta razão pregavam “purificação social” e “depuração social”, e neles justificavam o sistema de repressão àqueles que eram acusados de heresia, feitiçaria, bigamia, assim como aqueles que escreviam e publicavam ideias proibidas. Muitos autores foram proibidos durante décadas, muitos deles tiveram seus livros queimados ou destruídos como o poeta chileno Pablo Neruda e o escritor Gabriel García Márquez que teve 15 mil livros queimados na ditadura de Pinochet, no Chile.

No Brasil o cerceamento de ideias, perseguição dos intelectuais e escritores são marcantes no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e no regime militar que se instalou entre os anos de 1964-1985. Nestes dois momentos muitos autores foram proibidos, livrarias e editoras foram fechadas, livros foram queimados e seus autores banidos. Dentre os vários títulos apreendidos como nocivos à sociedade, naquele período, destacamos: Capitães de Areia, de Jorge Amado, Peter Pan e Zé Brasil, de Monteiro Lobato. Foi um período em

que nós brasileiros fomos impedidos de ler Monteiro Lobato, Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Paulo Freire. Também nos proibiram de ler Karl Marx, Durkheim, Weber, autores estes que foram retirados das prateleiras das bibliotecas públicas e das escolas de todo o País. Fomos uma geração mutilada de conhecimento, sem o direito de estudar filosofia, sociologia, política. Por esta razão, na juventude muitos livros foram lidos, escondidos, repassados de mão em mão, para assim conhecer o que os militares e conservadores tinham medo que conhecêssemos. As experiências de leitura que construí na minha vida permitiram que eu pudesse participar do mundo e me integrar em projetos de mudança social entre os quais o movimento feminista, o movimento por uma biblioteconomia que ultrapassasse seus muros e rompesse com seus silêncios históricos na construção de uma nova “ordem” como me ensinou Luiz Milanese.

Na segunda parte de meu texto apresento as descobertas que fiz com os livros que destaco como instrumento de resistência e de iluminação. Destaco as leituras de Karl Marx, Simone de Beauvoir, Florestan Fernandes, Ortega y Gasset e Luiz Milanese que me permitiram construir e maturar as ideais feministas, compreender o que é ser pobre em uma sociedade marcada pela classe. Na leitura de Florestan Fernandes pude compreender a perversidade da condição do ser negro em uma sociedade de brancos que os ignora e legitima a desigualdade. Ao final, dialogo com o bibliotecário, este profissional que tem o livro e a informação como principais instrumentos de seu trabalho, enfatiza a importância da leitura para que se pos-

sa compreender a dimensão de liberdade que o livro proporciona. “Somente assim os bibliotecários poderão indicar com prazer o que leram e assim contribuir para a transformação da sociedade.”

O quinto texto desta primeira parte do livro é do escritor Felipe Lindoso, autor do estudo “O Brasil pode ser um País de leitores?”. Ao discorrer sobre “O livro e a leitura na construção de uma cidade livre”, ele dedica suas palavras iniciais a discutir o sentido da cidadania, palavra que expressa direitos do cidadão e a luta para alcançá-lo na prática. Pensar o livro e a leitura como parte da construção de uma cidade livre é pensar o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Porque a democracia não se expressa apenas na lei, destaca Lindoso (2017) “mas nas condições políticas e sociais para cumpri-la”.

Na construção dos direitos subentende-se ter acesso à educação com práticas pedagógicas que leve crianças e jovens a um processo decente e eficiente de letramento segundo o autor. Porém, o que se observa no país é que o processo educacional tem sido falho, fato que leva à má compreensão dos conteúdos e por sua vez ao analfabetismo funcional. Para Lindoso “o letramento deficiente está na raiz das classes de reforço, nas eternas discussões sobre a progressão continuada”. Esse problema reflete a visão meramente utilitarista da educação e a visão da cultura restrita ao campo do “simbólico”. Essa dicotomia entre uma visão “utilitária” e uma visão “simbólica” aparece também no Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL critica o autor. As velhas práticas e a visão utilitarista sobre o livro interferem na compreensão de que o livro visto

como obrigatório, em vez de um objeto lúdico e de prazer. Desse modo, o PNLL acaba por não cumprir o relevante papel de integrar educação e cultura, de forma a potencializar o livro como instrumento capaz de garantir “direito à cultura letrada”.

O autor sugere a necessidade de que as Feira de Livros, a exemplo da FeliS, tenham ações que integrem as secretarias de Educação e Cultura e as universidades. Nesse sentido, é possível aproximar a política das duas instituições e ampliar para as universidades buscando interação entre os vários públicos. As Feiras de Livro são momentos de encontro entre autores e seus leitores, em que as pessoas se deparam com um universo de livros e são despertados para a leitura. Esse contato, relembra Felipe Lindoso (2017) motiva, estimula a presença de demandas populares. Em seu texto Felipe Lindoso nos estimula a lutar pelas nossas cidades, para que exista um Plano Municipal do Livro, Biblioteca e da Leitura. O Plano é um instrumento de mudança, pois obriga o poder público a criar redes de bibliotecas e contratar bibliotecários para o bom funcionamento das bibliotecas públicas.

O segundo capítulo do livro é dedicado à reflexão das bibliotecas e dos arquivos em que destacamos os textos de Carlos Wellington Martins, Maria da Glória Pinto de Alencar e Dirlene Santos Barros.

O texto de Carlos Wellington Martins traz contribuições importantes para compreender o desmonte das políticas públicas, voltadas para o segmento livro leitura e bibliotecas no atual governo de Temer. Essas políticas construídas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff no

período que compreende os anos 2003-2015, tiveram uma grande repercussão ao criar instrumentos de difusão do livro com políticas de bibliotecas públicas que atingiu o País de Norte a Sul. A interrupção deste projeto interfere no processo de socialização do livro e da leitura que vinha até então sendo executado pelo Ministério da Cultura. Uma das primeiras medidas deste governo foi extinguir o Ministério da Cultura, porém, a luta e pressão de artistas, professores, estudantes e pesquisadores da cultura, contra a extinção do Ministério, demoveu o plano do governo. O movimento “Ocupa MINC” espalhado por todo o Brasil mostrou as resistências dos setores da cultura contra o governo de Michel Temer.

Carlos Wellington expõe dados importantes para mostrar a problemática da leitura no Brasil, apresenta dados da pesquisa ‘Retratos da Leitura no Brasil’ sobre o comportamento do leitor e mostra o grande fosso existente entre zona urbana e rural que concentra 66% do total de não leitores no País. Nas suas reflexões, o autor aponta os esforços do governo de Lula para sanar esta lacuna quando criou, em 2006, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que completou dez anos de seu lançamento em 2016. Embora não tenha se constituído uma política sólida, Martins (2017) comenta que as bases foram construídas para a consolidação de uma política pública para o livro, leitura e bibliotecas. As ações implantadas no governo de Temer alteraram as estruturas que vinham sendo efetivadas no Governo de Dilma Rousseff, e uma das alterações foi rebaixar o status de Departamento Nacional do Livro e da Leitura, que passou a ser subordinado à Secretaria da Cidadania e da

Diversidade Cultural (SCDC). Essa medida, segundo o autor, minimiza muito o poder decisório e de execução da política do livro, da leitura e das bibliotecas no País, fazendo com que as políticas para esse segmento sofram descontinuidade, principalmente em virtude dos cortes dos recursos.

Na mesma linha de pensamento se insere o artigo de Maria da Glória Pinto de Alencar sobre o desmonte das políticas de cultura no Brasil com foco nas bibliotecas públicas e escolares. A autora faz uma reflexão inicial sobre o sentido das políticas públicas enfatizando sua capacidade de transformar a vida social através da pressão dos movimentos. A política pública é vista como um processo que conjuga “um conjunto de momentos, ou movimentos, não lineares, articulados pela pressão dos movimentos” e pela pressão das forças conservadoras que transitam no contexto do Estado, pressionando para a manutenção do *status quo*. Glória Alencar chama a atenção para o fato de que em se tratando das políticas de cultura no Brasil estas foram se institucionalizando dentro dessas duas perspectivas: de um lado pela pressão da sociedade (artistas, intelectuais, etc.), porém, “por outro lado, e muito mais fortemente, para atender à pressão do mercado diante de um contexto favorável à implantação das políticas neoliberais no País”. Essa situação foi alterada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva que, através de políticas culturais descentralizadas, ampliou substancialmente o acesso da população aos bens culturais entre os quais o livro, o teatro, o cinema, a dança e a integração entre os produtores da cultura popular através de incentivos. Neste governo, destaca a autora, foram

desenvolvidas “ações voltadas para integração e inclusão de todos os segmentos sociais, na valorização da diversidade e no diálogo com os múltiplos contextos da sociedade brasileira”. Foi uma proposta ousada que possibilitou criar uma cultura de pertencimento entre os vários segmentos sociais neste País continental.

Na leitura de Maria da Gloria Alencar “o êxito das políticas sociais foi uma das causas do golpe contra o mandato legítimo, constitucional e democrático da herança lulista que chegou até a presidenta Dilma Rousseff”. A autora chama a atenção ainda para os desafios que devem ser considerados para a sociedade, principalmente para a classe bibliotecária maranhense, haja vista a situação ainda crítica das bibliotecas escolares: o Maranhão é o Estado com menor índice de bibliotecas escolares do País, uma vez que apenas 15,1% das escolas do estado possuem biblioteca.

O último texto desta coletânea é de autoria da professora Dirlene Barros sobre as “Bibliotecas e Arquivos como lugares de memória e inclusão”. A autora reflete sobre a política pública de informação no Brasil, em especial sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) trazendo para o contexto do Maranhão, através das políticas e ações desenvolvidas pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Ao analisar o entrelaçamento entre a LAI e o arquivo, Dirlene Barros busca aproximar as políticas de informação desenvolvidas por esta instituição para se transformar em um espaço de memória e inclusão. Na sua abordagem, a autora se fundamenta no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que preconiza a

informação como direito, porém, destaca a autora: “o regime de informação no Brasil, no tocante ao acesso à informação pública, delineou-se como uma questão delicada, conforme alguns marcos regulatórios”. Estes marcos regulatórios têm sido um dos entraves para que a Lei de Acesso à Informação se efetive no Brasil. O exemplo mais emblemático é o acesso aos documentos do período da ditadura militar e as muitas interdições construídas através de legislações que impediram o acesso a esses documentos.

No Maranhão os entraves são mais na ordem do reconhecimento dos arquivos como espaços de memória e informação, uma vez que a falta de apoio e incentivo ao Arquivo Público, data deste a constituição do Estado. A ausência de políticas é visível. Além disso, destaca a autora, o fato desse Estado durante cinco décadas, ter sido governado “por uma política conservadora, alicerçada na legitimação da oligarquia Sarney conferiu ao Estado um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do País (IBGE, 2014)”. As expectativas em relação ao atual governo são muitas, tendo em vista os avanços percebidos na legislação recentemente implementadas pelo Governo de Flávio Dino para combater o nepotismo, a corrupção e a lentidão da gestão pública. A autora vê como um dos avanços a Lei n. 10.427/2016 que representa um alento na política de arquivos no Maranhão ao dar uma nova dimensão à organização e preservação dos documentos públicos, luta histórica dos arquivistas e bibliotecários que tratam deste campo no Estado.

Os textos ora apresentados são um estímulo à reflexão e espera-se que possam contribuir para reações e pressões quanto ao quadro de desmonte das políticas conquistadas nos dois governos que compreende os anos de 2003-2015, governos estes que anunciaram mudanças clamadas pelo povo brasileiro, há séculos. A perplexidade do golpe em um primeiro momento teve efeito de nos paralisar, agora é hora de ir para a luta. Os textos dão alento para reagirmos. Boa leitura!

LIVRO E BIBLIOTECA EM TEMPOS SOMBRIOS

José Castilho Marques Neto¹

INTRODUÇÃO

Nós estamos em um momento muito importante em nosso País, mais do que nunca é preciso debater a formação de leitores, é fundamental agregar os que lutam pela leitura, é estratégico trazer à luz todos os problemas e todas as questões que impedem o desenvolvimento da leitura, para que elas sejam compreendidas, discutidas, debatidas e, a partir desse movimento, que cada um de nós se sinta habilitado a tomar conscientemente as suas próprias decisões. Entendo que esse é um movimento decisivo perante o quadro político do Brasil de hoje. Esse questionamento e esse confronto de ideias e posições são ainda mais significativos, quando acontecem entre aqueles que estão na ponta,

1 Doutor em Filosofia pela USP foi professor da FCL-UNESP. É editor universitário e atualmente consultor para livro, leitura e biblioteca na *JCastilho – Gestão e Projetos*, com sede em São Paulo. Foi Secretário Executivo do PNLL, Presidente e Publisher da Editora UNESP, Presidente da ABEU e EULAC e Diretor Geral da Biblioteca Mário de Andrade de São Paulo. Contato: jose.castilho@castilhoconsultoria.com.br.

nas bibliotecas, nas livrarias, nas salas de aula, nas editoras, na mediação de leituras, enfim, com todos aqueles que estão fazendo acontecer a formação de leitores em todos os lugares e em qualquer canto do País. E podemos dizer, nós somos milhares, apesar de quase invisíveis.

Quero problematizar com vocês algumas questões que eu considero importantes. Apesar do momento muito difícil e de desrespeito à democracia em que vivemos, atualmente, no Brasil, e que nos leva a discutir problemas do presente, eu não tratarei apenas das questões conjunturais, aquelas questões que todos nós estamos vivenciando no dia a dia e que poderíamos sintetizar como supressão quase diária dos nossos direitos tão duramente conquistados nos últimos anos – direitos de cidadania, direitos de participação, direitos democráticos, direitos econômicos, direitos de termos esperança de um dia sermos um País mais igualitário, mais justo, mais fraterno, mais inclusivo, mais afeito aos modos e práticas de convivência e cidadania que civilizações mais estruturadas, em valores sociais e humanísticos, conseguiram produzir no Mundo até hoje. Quero colocar algumas questões que tenho debatido com cidadãos de vários países da América Latina e que, igualmente aos brasileiros, têm sofrido nos últimos dois anos perdas sociais, políticas e econômicas importantes. É certo que é fundamental estarmos sintonizados criticamente com a conjuntura, combatendo, por exemplo, essa PEC 241/55 que nos destrói, enquanto nação autônoma, e transfere ainda mais ônus aos trabalhadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRIA

A compreensão dessa conjuntura perversa, no contexto da problemática do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas, precisa ser pensada e compreendida, no quadro político e histórico desse nosso segmento, e de como chegamos até aqui nas políticas e programas do livro e da leitura. As primeiras perguntas que gostaria de fazer para vocês são: Será que haveria um início para os tempos sombrios, título desse seminário? Quando começaram os tempos sombrios? A essa pergunta indutiva que nos leva a previamente considerar que os últimos dois anos foram sombrios, eu também acrescento: O que significaram, durante as últimas décadas, os livros e as bibliotecas no nosso País? Quais os avanços e recuos sofridos?

Gostaria de fazer um pequeno apanhado histórico com vocês, não apenas dos últimos anos que são os do Plano Nacional do Livro e Leitura, lançado em 2006, e que comemora seus dez anos com o País em estado de semiexceção. Quero refletir sobre a dinâmica da história da construção de leitores, não apenas no Brasil, mas também na França, uma sociedade considerada leitora e exemplar e na qual todos nós nos inspiramos, quando se trata de política pública de livro e leitura. Quando falamos de uma França leitora que chega a índices significativos de leitura por ano, produz prêmios de literatura exemplares para todo o Globo, que conta com escritores relevantes não apenas na área da literatura, mas em todos os campos do conhecimento, é fundamental nos

perguntarmos o que historicamente acontece ou aconteceu naquele país, para que chegasse a este invejável patamar de uma civilização majoritariamente letrada.

O mais completo historiador do livro e da leitura do nosso tempo, Roger Chartier, nos fornece boas indicações sobre isso e é sobre elas que faço minhas considerações. No seu livro *As Origens Culturais da Revolução Francesa* ele formula uma pergunta inicial que tem tudo a ver com o nosso diálogo de hoje. Ele pergunta: Será que os livros fazem revoluções? Ao responder essa pergunta, Chartier envereda por um caminho que demonstra que não apenas a força das ideias renovadoras contidas nos livros expressava os pensamentos dos grandes homens do iluminismo francês. Ele relembra que essas ideias seriam as responsáveis para conquistar a mentalidade de uma época e seus cidadãos, e auxiliaram a mudança de uma forma de ser, promovendo questionamentos inéditos que criaram um dos períodos mais ricos da reflexão filosófica moderna. A Era das Luzes, o Iluminismo francês é parte constitutiva da Revolução Francesa, cujas repercussões atingiram todo o mundo ocidental.

Mas Chartier não se detém apenas na força das ideias que impulsionou a França naquele período histórico. Para além do conteúdo dessas reflexões iluministas, Chartier demonstra outro fenômeno muito importante: o da dessacralização da leitura, como um fator decisivo para as transformações intelectuais e afetivas que provocaram a súbita e radical ruptura da monarquia absoluta.

É importante lembrar que a França do século XVIII, quando tudo isso aconteceu, há mais de 200 anos, vivia em um regime autoritário de força totalmente calcado na monarquia absoluta, onde o poder real, o poder da nobreza e da aristocracia, era totalmente supressor de quaisquer direitos da população. Chartier trabalha esta questão da dessacralização da leitura, demonstrando como o livro teve um papel no contexto histórico da grande transformação social da França. Para compreender totalmente o que Chartier advoga, é preciso saber o que ele considera a dessacralização do livro e como ela ocorreu.

Segundo nosso autor, o primeiro fator histórico a ser considerado é a quadruplicação da produção de livros nos primeiros 80 anos do século XVIII. Nesse período, (se observa) observa-se uma imensa oferta de livros, com o advento da indústria editorial que proporcionou uma circulação jamais vista de material impresso. Com esta oferta, multiplicaram-se as bibliotecas privadas e surgiram novos meios de acesso aos livros e à leitura. Um exemplo importante, é o aparecimento dos “gabinetes de leitura” criados pelos livreiros, em 1760, que alugavam livros a preços populares para os leitores que não os podiam comprar. Percebam que esse movimento de acesso ao livro passa a movimentar toda a cadeia do livro e da leitura de forma inédita. Os livros deixaram de ser algo exclusivo das bibliotecas reais e eclesiásticas e a leitura passava a ser acessível para uma camada significativa da população beneficiada pela quadruplicação

da produção, criando um fluxo semelhante ao que temos na contemporaneidade.

A produção ampliada ganhava novos formatos e criava novos objetos de leitura. Há coleções importantes que são referenciais até hoje no que diz respeito à popularização da leitura, como, por exemplo, as edições populares tanto didáticas quanto de outros textos editadas em Troyes, região de Champagne, e conhecida como Bibliothèque Blue, livros de fina capa azul e de grande circulação. Junto às edições populares e sem os requintes dos livros das bibliotecas da aristocracia, proliferavam também os panfletos que circulavam aos milhares na época.

O que Chartier nos chama a atenção é que o objeto livro até então produzido em número restrito de exemplares e lido apenas pelo pai da família, pelo professor/tutor contratado, ou por alguém das camadas superiores da sociedade (clero, realeza, aristocracia), únicas pessoas com acesso àquele objeto sagrado e custoso, começou a sofrer um processo irreversível de transformação. Esta transformação do objeto, popularizando-o e o tornando mais acessível, movimento que assolou a sociedade francesa nos últimos decênios do Antigo Regime, foi o incremento para difundir o gosto pela leitura e que se transformou em poucos anos em uma verdadeira fome de leitura que passou a atingir todos os segmentos da sociedade francesa naquele momento.

Chartier avança na sua análise e demonstra como essa mudança, proporcionada pela oferta abundante de novos livros e autores, modificou profundamente a maneira de ler

das pessoas. A principal modificação da prática tradicional da leitura foi o deslocamento da figura do leitor, antes restrita à pessoa de um chefe, seja o chefe da família ou do grupo que o escutava ler em voz alta, em círculos eclesiásticos, escolares, familiares, societários, etc. Este tipo de leitura na qual se dependia de uma pessoa, evidentemente acima das outras, significava uma organização do mundo onde o livro era reverenciado e a autoridade do leitor (único) era respeitada e incontestada. Ou seja, a multiplicação dos livros, a nova circulação dessa produção que muitos chamavam de “baixa literatura” descartável, possibilitando que muitos lessem e aprendessem a ler, produziu uma enorme inclusão para a leitura na sociedade francesa há mais de dois séculos.

A mudança nos hábitos e da dessacralização do objeto pela abundância e diversificação da produção, fomentou também outros fenômenos na forma de tratar o livro. O começo de toda essa revolução do livro e da leitura na França, também trouxe a possibilidade de se descartar o livro ou o panfleto após ter sido lido. Abriu-se também a possibilidade de se ler e passar pra frente, práticas antes impossíveis pelo alto custo, pelo objeto ser algo não descartável que necessitava, como um bem de valor, ser trancafiado na estante familiar ou das instituições.

Aos poucos, o livro não precisou mais ser considerado um objeto sagrado de prestígio social e distinção única. A leitura passa a ser um patamar de conquista para a cidadania tão importante, quanto o objeto livro, e, nesse sentido, temos pela primeira vez no mundo ocidental, e de maneira

muito contundente, a ideia de que a leitura faz parte da formação da totalidade das pessoas, e não apenas da elite. A população queria saber mais, entender mais e refletir mais, transformando-se, ela própria, em agente condutor de seus destinos, o cidadão moderno.

Não é casual, por exemplo, que a principal obra que reunia o núcleo dos pensadores franceses naquele momento do iluminismo foi intitulada Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios por uma Sociedade de Letrados. A Enciclopédia, cujo primeiro volume seria lançado em 1751, expressava naquele período histórico um movimento de transformação da sociedade francesa, que mostrava ao mundo ocidental a oportunidade de qualquer ser humano, que tivesse acesso à leitura, pudessem ter a habilidade e a possibilidade de raciocinar e de usar a sua inteligência para expressar a sua vontade, o seu modo de ver e o seu próprio entendimento sobre as coisas.

Não podemos mencionar a França no presente como um grande país leitor, um grande país produtor de ciência, de literatura e de tecnologia, sem nos afirmarmos nesta história que aconteceu há mais de 200 anos e que provocou uma mudança cultural importante na qual o livro e a leitura fizeram parte estratégica das questões transformadoras. A nova prática da leitura refletiu e interagiu com uma modificação mais ampla da sociedade francesa. Podemos falar de múltiplas revoluções: a dos livros, a dos costumes, e claro, a revolução política, econômica e social, que transformou e derrubou o Antigo Regime e estabeleceu a tradição liberal

francesa. A partir das modificações e do movimento implícito de uma sociedade que procurava superar o absolutismo monárquico e a tirania aristocrática e eclesiástica, produziu-se a ideia de cidadania, do homem que procurava falar por si próprio, com sua própria cabeça. E não é ao acaso que, junto com este novo contexto, surgiu a força transformadora da leitura.

E aqui no Brasil, como foi nossa história com o livro? Eu lembro a vocês que no Brasil o aparecimento do livro começou a acontecer com a vinda da família real portuguesa para o País, fugindo do imperador francês. É igualmente importante lembrar que essa fuga aconteceu 19 anos após a Revolução Francesa de 1789. Portanto, o livro começou a circular restritamente no Brasil 19 anos após a Revolução Francesa e 57 anos após o lançamento do primeiro volume da *Enciclopédia*, símbolo do Iluminismo francês.

Mais do que o atraso temporal e histórico em relação à França e tudo que ela representava enquanto avanço civilizatório, o nosso desenvolvimento histórico no que se refere à construção de uma sociedade livre e detentora de direitos se realizou de maneira oposta a uma sociedade livre, construída a partir de uma ruptura com a dependência e a obediência irrestrita. Ao contrário, nós sempre mantivemos a política de preservação dos nossos laços de dependência e obediência. Esses laços subservientes foram em momentos diferentes e de formas diferentes prestigiados e mantidos, não apenas em relação às autoridades que representam o domínio político e econômico, mas também no cotidiano,

no universo das relações privadas, no exercício de uma cidadania subalterna pautada e sustentada pela exclusão da informação, do conhecimento e do acesso aos meios e suportes da leitura, base de toda a ignorância e exclusão de direitos.

Quando falamos em tempos sombrios, acho importante buscarmos as nossas referências históricas. É importante contextualizar no nosso desenvolvimento enquanto País o porquê desses tempos sombrios. Como poderia surgir uma pessoa, um grupo político tão obscuro, tão sombrio como Temer e sua turma no Palácio do Planalto, se não houvesse espaço para uma gigantesca manipulação midiática da informação? Nada é por acaso na história, nada se constrói apenas por intermédio de uma manobra realizada no parlamento. É preciso que exista uma história e uma sociedade construída com bases frágeis, derrotada até agora em seu esforço para construir uma cidadania autônoma, consciente, capaz de compreender e raciocinar sobre os movimentos das elites e dos grandes grupos de interesses econômicos nacionais e internacionais.

Quando começo a falar da Revolução Francesa e do lugar do livro e da leitura, as pessoas me perguntam o que isso tem a ver conosco. Eu respondo que isso tem a ver conosco, porque no Brasil até o final do século XX nós parecíamos ainda aspirar aos valores da Revolução Francesa de 200 anos, ou seja, o Iluminismo ainda poderia ter o seu lugar no País que terminava o século XX. Os nossos tem-

pos sombrios de hoje, são, portanto, históricos e têm longa duração.

Apesar da nossa história pátria marcada pela exclusão e dependência, 2016 nos traz a sensação ou a nítida noção que os tempos estão mais sombrios. Não é sem a história mais recente que explicaremos esta sensação de impotência e frustração sombria e temerosa dos tempos presentes.

Os últimos 20 anos no Brasil e na América Latina, principalmente no Brasil, nos últimos 15 anos, pareciam dissolver toda esta situação histórica do País que descrevi acima. Aparentemente, vivemos alguns anos em que pensávamos haver superado nossas fragilidades quanto às inúmeras exclusões sociais, econômicas, políticas, culturais, etc. Tudo nos levava a crer que tínhamos dado saltos muito além daquelas conquistas civilizatórias da Revolução Francesa de 1789. Finalmente, estávamos vivendo momentos de luzes, e de fato estávamos pela afirmação dos direitos, pelos programas avançados contra toda forma de discriminação e exclusão!

Nas duas últimas décadas no Brasil e na América Latina, quando tratávamos de novas esperanças, pensávamos nas possibilidades de articulação e de realizações na administração pública, que construíssem cidadanias, e de políticas públicas democráticas e inclusivas. E também pensávamos em formar políticas públicas de Estado, de formato suprapartidário, de longo alcance e duração, que poderiam finalmente vir a modificar a nossa história tão difícil que completou apenas 500 anos no ano 2000.

Nesses anos recentes, no que tange ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca, o movimento de esperança não foi diferente. Embora mais tardia do que outros setores da Cultura e da Educação, o grande impulso pela inclusão leitora aconteceu a partir da resolução dos chefes de estados Ibero-americanos, em 2003, impulsionados pela OEI e CERLALC/UNESCO, quando, em 21 países da América Latina, foi estabelecido que em 2005 tivéssemos o Ano Ibero-americano da Leitura, que no Brasil ganhou o nome de VIVA LEITURA. Aquele ano, deveria ser o início de uma nova era para o livro e a leitura no mundo ibero-americano. A ideia-mestra repercutia grandes movimentos civilizatórios da modernidade e a questão do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas se posicionou como um dos grandes meios de emancipação cidadã para o desenvolvimento social, econômico e político mais igualitário dos nossos países. O livro e a leitura voltavam ao centro das questões democráticas e da inclusão.

Em 2005, foram desenvolvidas ações, para que se pudessem divulgar algumas ideias que no plano internacional e nacional foram consideradas fundamentais para a formação de leitores nos nossos países: a democratização do acesso à leitura, a formação e reconhecimento dos mediadores de leitura, a valorização do simbólico como estratégia de leitura no desenvolvimento sustentável e, igualmente, o fomento à criação, à produção e à distribuição do livro na área da economia criativa.

Com essas perspectivas, que coincidiam com as acumuladas pelos militantes do livro e da leitura e pelos pesquisadores da área, o pequeno grupo em torno do VIVA LEITURA vislumbrou que seria possível retomar a esperança em ver implantadas algumas das políticas emancipatórias de leitura, como já preconizava Mario de Andrade, na cultura, e os reformadores da escola nova, desde os anos 1930. Igualmente recordávamos as utopias e programas fomentados por Darcy Ribeiro nos anos 1960 e toda a luta acumulada pelos que lutaram por um Brasil leitor no século XX. Aqueles primeiros anos de 2005 e 2006 reacenderam grandes esperanças, e alguns de nós nos perguntávamos se realmente estaríamos chegando às conquistas das luzes da revolução liberal francesa.

TEMPOS SOMBRIOS NO PRESENTE - o que está mudando

Assim pensávamos, até começarmos a vivenciar, nos dois últimos anos, a reedição de velhas práticas políticas conhecidas que ressurgem no Brasil e em boa parte do continente. Com precisão cirúrgica, surgem várias iniciativas de políticas ultraconservadoras, que passam a inibir avanços sociais e ameaçam retirar conquistas democráticas de inclusão e emancipação. Rapidamente, passamos a vivenciar cortes de investimentos significativos que na prática patro-

cinam o encerramento de políticas públicas emancipatórias em todos os campos sociais e de atuação do Estado.

Não escaparam desses cortes, os investimentos na área do livro e das mediações de leitura, e nos eixos e diretrizes centrais dos planos nacionais de leitura que se multiplicaram nos últimos 10 anos em 21 países Ibero-americanos. Estaremos novamente vivenciando em escala pública uma política regressiva, que valoriza programas atrasados e anteriores às conquistas da Revolução Francesa de 1789?

Não é sem razão que a manifestada angústia e desesperança generalizada que cerca todos os que acreditaram e lutaram por políticas sociais includentes se expressem na figura de um “mundo sombrio”. Do meu ponto de vista, o governo que se instalou após a deposição da presidente eleita está de maneira muito veloz, não apenas a destruição dos projetos emancipatórios dos últimos 15 anos, mas trazendo de volta uma história brasileira muito forte, marcada pela exclusão, por práticas políticas de mando conhecidas em velhos tempos, como coronelismo, marcado pela opressão da mentalidade escravagista que durou quase 350 anos nessas terras. Todo esse caldo cultural alimentado pelo escasso acesso aos bens culturais e à emancipação proporcionada pela capacidade leitora negada aos brasileiros desde sempre.

Em um contexto “sombrio”, precisamos refletir com maior empenho e acuidade sobre o quanto o desenvolvimento da leitura é um ato essencialmente político, e ter esta compreensão é hoje estrategicamente fundamental para a luta por mais leitores no Brasil. O ato de formar leitores

sempre foi combatido por aqueles que entendem que a grande massa deve se manter obediente e não reflexiva, sendo conduzida como manada pelas redes midiáticas globais daqui e de lá. Essa percepção é importante, porque se nós pensarmos que o ato da leitura e de formar leitores é algo somente técnico, que a aplicação de uma boa metodologia pode resolver, nós não estaremos entendendo o que o escritor espanhol Constantino Bértolo expressa em seu livro *O Banquete dos notáveis* já em suas primeiras linhas: “[...] a escrita nasceu podemos afirmar ligada ao poder, embora nós temos que pensar que foi criada para dar voz, honra, e acolhida à memória”.

No caso brasileiro, é notável nesse sentido o choque entre os conceitos emancipadores e os restritivos à construção da cidadania no tratamento dos programas de leitura e escrita. O PNLL absorveu o conceito de que leitura e escrita são práticas essencialmente sociais e culturais e expressão de multiplicidades de visões de mundo. Ao afirmar essas bases conceituais, o movimento do PNLL faz com que a formação leitora mergulhe diretamente nos programas de emancipação e cidadania, ou seja, há o entendimento de que os programas e ações realizadas no âmbito do PNLL são um direito da cidadania, porque são parte da vida e da emancipação da vida de cada um, e do conjunto da sociedade. Esse conceito se distancia em milhares de quilômetros da tradição conservadora assistencialista e populista que transforma a ideia de que a leitura e a escrita são práticas essencialmente culturais e sociais. O que é direito passa a ser visto

como uma concessão do “andar de cima”: os “cidadãos de bem” concedem aos cidadãos desprovidos desses dotes materiais e de classe a ferramenta social que é o acesso à escrita. Essa formação conservadora tem seus limites e práticas: a ênfase estará na decifração dos caracteres e no abandono da ambição da leitura, como criação de significados e combustível para o pensamento crítico. A pergunta é definidora: Formar leitores, como reivindicação de um direito ou como ato filantrópico limitador, porque estará baseado apenas na decifração de caracteres e não na leitura reflexiva que “lê o mundo”? Essa opção é política e absolutamente significativa e, para os que querem aprofundar este ponto, eu recomendo ler Paulo Freire e, em especial, alguns textos referenciais, como no livro Ação cultural pela liberdade e outros escritos.

RESISTIR E PROCURAR AVANÇAR NO NOVO CONTEXTO

Infelizmente, apesar dos avanços e conquistas sociais e econômicas para a maioria da população, os últimos quinze anos não lograram construir uma política formadora de consciências cidadãs e isso tem muito a ver com a pouca atenção do período em investir pesadamente na formação da capacidade leitora dos brasileiros na escola e fora dela, democratizando profundamente o acesso à leitura nos moldes propostos pelo PNLL, verdadeira “Constituição do livro e da leitura”, indiscutível instrumento provindo de um

consenso nacional e verdadeiro pacto social (vale aqui se debruçar no conceito de leitura do PNLL).

Avançamos em inclusão e cidadania com programas importantes de democratização do acesso em bibliotecas, mediação de leitura, incentivo à economia do livro e reorientação da estrutura de governança até o período de 2010. A interrupção do PNLL, em 2011, somada às dificuldades em restaurá-lo integralmente num ritmo e funções condizentes com as necessidades do País, em meados de 2013, interrompeu um círculo virtuoso de quatro anos, apesar de todas as precariedades e insuficiências apresentadas. Em complemento, a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016, significou nova e imponderável interrupção do PNLL e o fim de um ciclo.

Ao final desses dez anos, as ações de política pública federal no âmbito do PNLL não avançaram na medida necessária à dimensão do problema da leitura no Brasil. Combatemos, mas escapamos pouco das mazelas da “sociedade do espetáculo” tão bem denunciadas pelo “insuspeito” Mário Vargas Llosa. O País está em uma conjuntura de risco, com a possibilidade de voltar às sombras que pensávamos terem sido extintas junto com a derrota dos generais, no Brasil de 1985, e das muitas ditaduras militares que tivemos na América Latina e Caribe, no século XX.

É sempre bom lembrar que a escuridão das ditaduras que derramaram terror, ódio e repressão política e cultural em muitos países ibero-americanos foi embora no final dos anos 80, na maioria desses países. Nos anos 90, começamos

a desenvolver outras perspectivas e novas formas de enfrentamento do subdesenvolvimento econômico da região latino-americana e caribenha. Programas desenvolvidos por órgãos internacionais, como o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, impuseram modificações nos critérios de utilização dos investimentos públicos que agora estão claramente sendo atacados na conjuntura atual. É importante também abordarmos esses aspectos, porque o desenvolvimento da economia e das riquezas também faz parte do debate sobre as políticas culturais.

Exemplo dessa mudança de orientação das teorias e programas, para o desenvolvimento dos países da região pode ser atestada em documento do PNUD, no final dos anos 1990:

[...] se passa a entender o desenvolvimento como um processo continuado de ampliação das capacidades e opção das pessoas; as condições materiais influem nessa dinâmica na medida em que aportam os recursos instrumentais para que ela seja viável, mas o importante é o processo de realização das pessoas que se desdobram em quantas dimensões o ser humano pode valorizar.

Em outras palavras, mais do que desenvolver a economia, para que o cidadão possa comprar o seu smartphone, comprar seu carro 1.0, tratava-se de desenvolver todas as dimensões do ser humano, valorizando as potencialidades das pessoas. Em consequência, haveria uma indissociabilidade da promoção material com a promoção dos bens e direitos culturais que são necessários à formação da cidadania integral.

E nesse contexto é sempre bom lembrar: a capacidade leitora plena é a chave de todos os direitos!

Podemos afirmar que o trabalho de implantação do PNLL e das políticas públicas do livro, da leitura, literatura e biblioteca nos últimos dez anos, e plenamente entre 2006 e 2010, abraçou com determinação os objetivos emancipadores aqui descritos. Foi nesse contexto de valorização do ser humano que todos nós trabalhamos as etapas de desenvolvimento dos planos nacionais do livro e leitura em muitos países da região. Ou seja, quando fazemos uma política pública, no qual o mais importante é valorizar a leitura do que simplesmente comprar livros, estamos focando tanto no desenvolvimento econômico sustentável deste produto cultural, quanto na formação integral e democrática do conjunto da população e seu direito à leitura. Na forma de programas e projetos tudo isso se expressa no incentivo e na formação de bibliotecas de acesso público, na valorização de todos os espaços coletivos e integradores de leitura e no apoio que deveria ser efetivo, permanente e crescente aos agentes sociais que fazem a mediação da leitura no País.

Estávamos começando a remar mesmo contra a corrente da exclusão que, com toda sua força regressiva, agora se instalou de forma perversa no País. Nesse novo contexto de governo, é importante reafirmarmos que a leitura e a escrita ameaçam verdadeiramente a escuridão e a ignorância. Se o

livro por si só não faz a transformação de uma realidade excludente, ele é um instrumento importantíssimo para o desenvolvimento integral do entendimento dos direitos e deveres da pessoa. Um bom texto nos faz pensar, refletir, criticar, constrói a nossa racionalidade e desenvolve nossas sensibilidades e autonomia, como seres humanos independentes. Por esses valores, o PNLL sempre lutou.

Como bem está descrito no Plano Nacional do Livro e Leitura, não basta apenas decifrar caracteres, é fundamental dar sentido às palavras e dar significados a elas, aí então teremos um leitor pleno. Quando chegarmos a esse nível de compreensão leitora em todo o País, chegaremos à nossa cidadania, e estaremos exercendo o poder e a correspondente responsabilidade de qualquer leitor contestar com propriedade qualquer autor, de qualquer estudante contestar com argumentos substantivos qualquer professor, portanto, de qualquer cidadão no exercício de seu direito contestar qualquer presidente.

Essa possibilidade emancipatória e o temor que ela se concretize, é fundamental para entendermos que os planos nacionais e programas de leitura serão desidratados e se possível extintos nesse período que vivemos, no qual o Estado brasileiro patrocina os tempos sombrios. E este movimento já começou, ao constarmos que há acefalia e desmonte da estrutura do PNLL que vigorou até maio de 2016.

O primeiro ato foi cortar aquilo que mais caracterizou o Plano Nacional do Livro e Leitura e as políticas públicas do livro, leitura, literatura e bibliotecas dos últimos anos: a participação direta da sociedade no comando das diretrizes e resoluções dos planos e programas estratégicos. Basta observar a supremacia numérica da sociedade civil sobre os representantes governamentais, no Conselho Diretivo do PNLL, e a heterodoxia dos dois ministros da Educação e da Cultura, ao designarem um secretário executivo do Plano que não pertencia à estrutura do governo federal. É pública a informação de que exerci a função de secretário do PNLL sem qualquer vínculo empregatício ou remuneração do governo federal, o que deu ao cargo a absoluta isenção e liberdade de ser uma voz ativa e permanente da sociedade civil na indução da política pública para o setor.

Hoje, toda essa construção estruturante e gerencial do PNLL e da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLLLB –, no MinC, está praticamente arrasada. Meses se passaram, desde minha renúncia em maio de 2015, e até hoje não houve nomeação de novo secretário-executivo e tampouco foram convocados os membros do Conselho Diretivo do PNLL. Além do Plano, o atual governo esvaziou a reconquistada DLLLLB duramente remontada em 2013 e único órgão realmente gestor dos programas de leitura no âmbito do PNLL no MinC. Rebaixada a departamento, desprovida de

recursos, reduzida a duas coordenadorias, com o absurdo de juntar a economia do livro à promoção da leitura, podemos afirmar que as evidências mostram que dificilmente haverá ações e investimentos do MinC nesta área de desenvolvimento da capacidade leitora. O máximo que poderemos esperar é o “mecenas de Estado” com a distribuição de incentivos ao setor produtivo.

CONCLUSÃO

Se o contexto é desolador nos tempos sombrios, caberá a todos os que lutam há décadas pela leitura continuar reivindicando e fazendo todo o esforço para impor o pacto pela leitura que se construiu em torno do PNLL e seus eixos e objetivos estratégicos. Ao contrário das expectativas dos golpistas que estão hoje no governo, sabemos que é possível a construção de resistências aos desmandos. E não é necessária nenhuma ação gigantesca para essa construção, porque resistir é o sobrenome de todo militante pelo livro e pela leitura no Brasil. Há pelo Brasil todo pessoas que não ficam esperando benesses governamentais, para fazer o que precisa ser feito. São exemplos valiosos pelos quais cada um de nós tem que se empenhar, seja no seu local de trabalho, na sua cidade, no seu município, para fazer aquilo que precisa ser feito na área do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. E nós temos o norte e o acordo do que fazer concentrados em cada linha,

em cada conceito e em cada objetivo do PNLL, pois esse é o “nosso Plano”, não é o plano do governo federal. Construído por centenas de mãos, porque todos nós somos seus autores, o plano é o consenso possível e expressa conceitos e práticas recomendáveis aceitas pelo conjunto das forças que fazem a leitura no País. Considero-o um pacto social de alta relevância e representatividade.

É em torno do PNLL e na construção dos Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura que devemos continuar nossa luta pela leitura e cidadania. E é com muita alegria que eu tenho constatado e participado dessa resistência ativa e positiva. Em todas as regiões do País, umas mais, outras menos, estão sendo desenvolvidos movimentos para a construção dos planos municipais de livro e leitura unidos e orientados pelos quatro eixos do Plano Nacional do Livro Leitura e suas bases fundamentais.

Nós continuamos com enormes deficiências, mas é importante lembrar que também conseguimos avançar e a situação é mais promissora do que aquela quando tudo isso começou, em 2005. Não lhes aponto apenas uma ideia de esperança, porque movimentos reais que mantêm a luta emancipatória da formação leitora continuam acontecendo. É importante que saibamos que o silêncio e a timidez que caracteriza o militante pela leitura não significam omissão e abandono do trabalho em formar diuturnamente leitores.

Nenhum poder absoluto controla totalmente as pessoas e, por mais sombrio que seja esse tempo presente, nada detém a vontade das pessoas pela liberdade, pela conquista dos seus

direitos. Por essa razão central do ser humano, nada detém a humanidade em suas lutas para dar sentido a ela mesma e se fazer reconhecer enquanto indivíduo e coletividade, mesmo que parte significativa dos homens que detém o poder econômico e político nas mãos de poucos faça de tudo para abafar o que há de melhor nos seres humanos. Essa é nossa luta permanente, dos que creem na possibilidade de um mundo humano, includente, fraterno na amorosidade solidária. E o que existe é luta, como dizia um velho alemão do século XIX. Vamos a ela!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e da Leitura** – PNLL Disponível em:<www.cultura.gov.br/pnll>.

BÉRTOLO, Constantino. **O Banquete dos notáveis**. São Paulo: Iluminuras, 2014.

CHARTIER, Roger. **As origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural pela liberdade e outros escritos**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.


O LIVRO COMO OBJETO DE UM TIPO DE CONHECIMENTO: Censura e resistência. Um estudo de caso no Maranhão colonial

José Henrique de Paula Borralho¹

“Cada vez que se retira um livro da estante para ler, outro livro, desse mesmo livro, permanece lá, para sempre invisível, para sempre ilegível”.

Edmond Jabés

INTRODUÇÃO: A escrita como código

 Os gregos antigos iniciaram os estudos sobre a questão dos símbolos e dos signos através da semiótica. Do grego semeion = trazer à frente, evocar. A relação entre o cérebro, como pensa, evoca e representa o pensamento

¹ Prof. Departamento de História e Geografia UEMA. Coordenador do NEHISLIN (Núcleo de Estudos de Historiografias e Linguagens) e Vice-Coordenador do NEMO (Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista). Bolsista Produtividade Fapema. E-mail: jh_depaula@yahoo.com.br.

é bastante inquietante e perturbador. Os estudos sobre signo foram continuados por Spencer, Montaigne, Kant, Charles Pierce, Elisabeth Walther-Bense, Roland Barthes, Greimas, Saussure, dentre outros. Os símbolos estão entre nós desde que deixamos de ser hominídeos e passamos a ser humanos, a ter cognição do aparecimento do pensamento ascético, da arte e do registro histórico. Desde então, os símbolos estão conosco e nos acompanham.

Somos extremamente ritualísticos e simbólicos. Todos os nossos atos podem vir a ser ou são atos simbólicos. As religiões são usuárias versadas nos símbolos. Muitas vezes, os símbolos religiosos confundem-se com o próprio ato de crer em si, ou se colocam no lugar da crença.

Na Grécia Clássica, o filósofo, amante da verdade, não pensava o mundo em partições especializadas como se fosse alquebrado ou segmentado. Aliás, foi por conta do holismo que pré-socráticos iniciaram o filosofar, já que a dúvida da Física, da Matemática, da Biologia seria o esteio da pergunta: Quem somos, de onde viemos?

Possivelmente, foram os gregos a operacionalizarem um tipo de saber que depois eles mesmos cognominaram de razão. Há controvérsias, pois, como um povo imperialista deteve informações privilegiadas dos povos que lhes eram paralelos, processou e, na derivação da construção do mundo ocidental, que venceu pela técnica, acabou se tornando “civilização clássica”, em decorrência de serem os pilares, ícones de um tipo de ethos que garantiu à Europa ser o centro do mundo, primeiro com o Renascimento, depois com o Iluminismo. Ainda assim,

autores como Martin Bernal, em *The Black Athena* (1987), denuncia como os gregos se apropriaram de práticas, como o teatro africano, a medicina egípcia e saberes de outros povos da antiguidade, como se fossem deles e a Europa, propositadamente, “esqueceu” a África e Ásia.

Mesmo assim, há algum mérito no chamado Milagre Grego, para usar uma denominação de Jean-Pierre Vernant (2002). Tal milagre consistiria na passagem do mito para a razão e na criação de uma série de instrumentos racionalizantes que demarcariam o sentido de ser ocidental, tais como um tipo de história, de medicina, de teatro, um tipo de fazer e compreender a Matemática, a *physis*, a bios, diferentemente do sentido de *Zoé*, dentre outros.

Foi no esteio desse processo de construção do conhecimento que, depois mesclado com o cristianismo, outro pilar do mundo ocidental, surgiram movimentos como o estoicismo, epicurismo e hedonismo, conspurcando o embate com o predomínio do mundo medieval cristão, colocando-se na condição de condutor e intérprete do Mundo.

A dúvida sempre foi o princípio norteador do conhecimento, qualquer que seja ele. Exatamente por conta da dúvida, tudo o que existe passou por processos de ressignificações, ampliando o leque de possibilidades imaginativas, criativas, consequentemente, aumentando o repertório de tudo o que se sabia e se sabe até então.

A questão sempre repousou na ideia de que um tipo de saber, notadamente o que suplantou o mito, instituiu um tipo de racionalidade e, sobretudo, destituiu a oralidade enquan-

to possibilidade de acesso à verdade, privilegiando a escrita, colocando-se como condição máxima de um Logus, de uma expressão da sabedoria que deveria deixar para trás um saber considerado não epistemológico, suplantando a doxa. No sentido diametralmente oposto a esse se posicionou Sócrates. Atenção!

Sumamente engenhoso Thoth, uma pessoa é capaz de conceber as artes, mas a capacidade de julgar de sua utilidade ou nocividade aos que farão uso delas cabe a uma outra pessoa, E tu, agora, pai das letras, foste levado ao afeto a elas a conferir-lhes um poder que corresponde ao oposto do poder que elas realmente possuem. O fato é que essa invenção irá gerar esquecimento nas mentes dos que farão o seu aprendizado, visto que deixarão de praticar a memória. [...]

A confiança que passarão a depositar na escrita, produzida por esses caracteres externos que não fazem parte deles próprios, ou desestimulará quanto ao uso de sua própria memória, que lhes é interior. O que descobriste não é uma poção para a memória, mas sim para a evocação; proporcionarás aos teus discípulos a aparência da sabedoria, mas não a verdadeira sabedoria, porque lerão muitas coisas sem se instruírem, com o que parecerão conhecer muitas coisas, mas na realidade permanecerão majoritariamente ignorantes, incapazes de acompanhar essas matérias, visto que não são sábios, mas tão só parecem ser sábios” (PLATÃO, 2011, p. 118).

O que Sócrates sinalizava era a demarcação da passagem da oralidade à escrita, como aos poucos a memória perderia espaço para a criação de um tipo de legibilidade social, referenciada na escrita, e como tal prática mudaria a percepção sobre

a sensibilidade, sobre a própria ideia de sabedoria, mudaria os padrões de pensamento, comportamento, estabeleceria práticas de conduta, regras, vincularia um direito, não mais consuetudinário, e sim, burocrático, e, sobretudo, como a relação sensível, pautada na intuição, percepção, foi modificada pela lógica da linguística, da visualização do texto e da criação da biblos, biblioteca, ou seja, na criação dos livros.

A CONSTITUIÇÃO DE UM TIPO DE CONHECIMENTO

A invenção do romantismo deu-se com William Shakespeare, não com Jean-Jacques Rousseau. No processo de transladação entre o medievo e a modernidade, exatamente quando se assistiu à *débâcle* dos princípios cristãos ortodoxos e ao nascimento da desconfiança cartesiana, Shakespeare “inventou” o amor romântico entre um casal no processo de desfalecimento do amor e da proteção divina religiosa de Deus para com os homens, na verdade, do princípio de salvação coletiva pregada pelo catolicismo, para a invenção da privacidade e da nova subjetividade. Romeu e Julieta são os arquétipos da nova subjetividade e do novo conceito de amor.

Quando anos mais tarde, Rousseau advoga o princípio do romantismo, já havia a atmosfera de crença de um novo homem e de uma nova concepção de existência iniciada com Shakespeare.

O movimento em si surgido no século XVIII e que ganhou força no Brasil no século XIX – exatamente o romantismo –, como concepção racionalista antideísmo e antiexacerbação racionalista iluminista, teve na Alemanha sua mais forte expressão, quer na música com Mozart e Beethoven, quer na literatura com Goethe, quer na geração filosófica alemã, quer na história com Humboldt e Ranke.

Os alemães tiveram no romantismo sua ideação de um ethos fundante de sua germanidade. Foram buscar nos primórdios da cultura germânica, os traços de sua identidade. A história contribuiu poderosamente para o processo de unificação alemã e foi buscar através do romantismo os elementos constitutivos de um passado brioso, de um(a) elã sustentador daquela nação.

No Brasil não foi diferente. A invenção da nação brasileira foi uma operação romântica, quer na literatura, quer na história com o IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro). Na literatura da Escola de Niterói e do grande e maior poeta romântico brasileiro, Antônio Gonçalves Dias. Na história, basta mencionarmos o fato do IHGB buscar na Alemanha dois historiadores para a escrita da História Brasileira: Spix e Von Martius, além da migração da Biblioteca dos reis de Lisboa para o Rio de Janeiro, alçada à condição de capital do Vice-Reino de Portugal e Algarves.

Os alemães recorreram ao princípio do Comitatus, da lenda de Thor e Odin, do arianismo como esteio da germanidade. Os brasileiros inventaram um índio idealizado que não já existia mais – um índio aimoré do século XVI –, um guer-

reio medieval para a criação de um brasileiro. Não poderia ser o negro o tipo ideal brasileiro, afinal, era escravizado; nem o índio do século XIX, que estava sendo dizimado.

O romantismo, como movimento valorizador do sentimento, da intuição, da predileção pelos grandes valores (liberdade, política, arte, moral, cultura e civilização, tendo como o letramento seu sustentáculo), da ideia de síntese universal, de pátria, acabou por encapsular algumas noções acerca da concepção da nação.

Para exemplificar o ideal de cultura, sustentada em parte no princípio civilizacional de letramento, uma das características que diferenciaram a colonização espanhola na América Portuguesa foi a implementação do ensino superior nos seus vice-reinos; as Universidades do México e de Lima foram fundadas em 1551. Essa estratégia era uma forma de dominação pela cidade letrada de formação de quadros coloniais na administração do imenso território americano, no dizer do crítico literário uruguaio Angel Rama em *A Cidade das Letras* (1985).

Na América Portuguesa, não foi assim. As primeiras faculdades brasileiras são do século XIX, já pós-emancipação política. As faculdades de Direito do Recife e de São Paulo foram criadas em 1827. Os portugueses impediam até mesmo a formação da imprensa na colônia e controlavam a remessa de livros da Europa para o Brasil (retomarei este ponto mais adiante). A primeira Universidade propriamente dita no Brasil é de 1922, a Universidade do Brasil, atual UFRJ.

No caso da Inglaterra, com a crise da religião, a literatura inglesa (tomada aqui no sentido mais irrestrito), enquanto saber letrado, na acepção de Compagnon, (2006) cumpriu um papel ideológico de apascentar os espíritos, provocar um sentimento de orgulho nacional por conta da língua, levar o sujeito à introspecção, criar um sentimento de elevação e legar a literatura à condição de status civilizatório, elemento de distinção social, segundo Terry Eagleton (2006).

No Brasil, nos séculos XIX e início do XX, poucas pessoas sabiam ler, uma vez que a literatura era restrita a setores médios e a educação nunca foi elemento de ascensão social para as classes menos abastadas.

Esse tipo de fragmentação do conhecimento, apontado por Platão em o Fedro, agudizou-se com o advento da modernidade e o surgimento do capitalismo. Nada mais razoável, porque o capitalismo em sua fase embrionária necessitou da especialização do trabalho, por isso, ramificou artesanato, manufatura e finalmente maquinofatura que conspirou para o surgimento dos estados nacionais, Necessitou, assim, de um Direito mais positivo e não apenas o consuetudinário, inventou a imprensa, pois aniquilou a palavra como princípio jurídico de acordo legal e comprobatório, reinventou a economia, deixando de ser a condução da casa para ser a do Estado e “modernizou” a condição do trabalho, pois necessitava de mais eficiência, e, não menos importante, fragmentou o conhecimento entre exatas, naturais e humanas, pois precisava de um tipo de especialidade que nutrisse as descobertas científicas

para o pleno funcionamento da máquina a vapor, das minas de hulha, carvão, para o desenvolvimento da industrialização.

Foram as ciências exatas e naturais os pilares do desenvolvimento técnico e tecnológico que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo. Por esta razão, o século XIX colocou-as acima das humanas, porque seus resultados eram precisos e verificáveis.

Apareceram Karl Marx, Max Weber, Durkheim, Freud, Nietzsche, denunciando os horrores da civilização, as contradições e falácias do progresso, apontando os problemas como a miséria, a exploração da natureza, o suicídio, a religião apoiadora do capital e da burguesia, a alienação do homem pelo trabalho e tantas questões que marcariam os debates da filosofia, história, sociologia, antropologia.

Anunciaram inclusive os limites do progresso e não tardou para que “suas profecias” se concretizassem com a I Guerra Europeia (Mundial), o fascismo, nazismo, totalitarismo em geral, a Grande Depressão de 1929.

As contribuições do marxismo, da psicanálise, da literatura e suas intervenções (formalismo russo, teoria dos signos, crítica literária, teoria literária, etc.), do estruturalismo, do pós-estruturalismo, do multiculturalismo, do pós-colonialismo, do existencialismo e as inúmeras teorias e correntes do pensamento na cultura e nas artes colocaram na berlinda a condição humana, indagando exatamente para onde íamos e estávamos caminhando. Era a própria razão (pelo menos a instrumental), revisando seu próprio percurso, ou seja, demonstrando o esgotamento de um código de sociabilidade

que apresentava seus estertores, quer dizer, um *modus vivendis* operacionalizante desde a construção do mundo ocidental.

Não existe primazia do conhecimento em nenhuma área do saber, a bem da verdade, nenhuma área pode se considerar dona da verdade ou do conhecimento. Aliás, qual conhecimento? O que é conhecimento? Que tipo de conhecimentos operamos, manipulamos e somos detentores? Tais questões, de fundo axiológico, são mais que necessárias, porque assim conseguimos encontrar respostas plausíveis ou pelos menos satisfatórias às nossas divagações e indagações existenciais. Logo, ainda que não se trate de lógica cartesiana, axiológico e ontológico confundem-se, posto que se nutrem.

Se, por um lado, o conhecimento instituído pela educação formal contribui para uma concepção de mundo, calcado no princípio iluminista, prometendo a paz, a felicidade e a evolução, tornando tais princípios quase dogmáticos, ideológicos, por outro, a capacidade autocrítica do conhecimento permite repensar o percurso trilhado, estabelecendo embates internos, num processo infinito de construção de novos saberes.

A distopia, ou seja, uma ausência de utopia, alicerça-se na ausência de sentido, qualquer que seja ele, vide a negação do princípio da própria capacidade negadora da reflexividade e seus fundamentos, quer dizer, tem como horizonte a autor-reflexão, crítica e dúvida. Além do mais, é preciso perguntar: O que deve e constitui um currículo? O que é ensinar? Para que ensinar? Quais valores deverão constar num conteúdo? Quem norteia e estabelece o que deve ser transmitido?

Boaventura de Sousa Santos, filósofo português, em *A Crítica da Razão Indolente* (2000), assevera ferozmente o declínio do homem público, o desperdício da experiência, a disfunção da razão, enquanto defensora da vida, aquela que tempos atrás não sucumbia ante ao avanço do capital e dos seus malefícios, tais como a ausência de combatividade diante dos atrasos sociais, aquela que colocava à prova a substância de uma ideia de ascensão da política, que discutia o que era o melhor projeto de convivência social, para onde deveríamos ir, caminhar, tendo sempre em mente a própria criticidade.

No momento exatamente em que, por conta da crise de paradigmas do conhecimento, abre-se um espaço para a interpelação entre os conhecimentos, o retorno ao holismo; num momento em que o pós-estruturalismo cede espaço para a confecção da abertura para novos saberes, tais como física quântica e as áreas humanas; em que teorias como a da complexidade ganham corpo; em que surgem novas ferramentas de entendimento sobre a condição humana, como a filosofia clínica; em que a Física retoma seu momento de nascedouro com o surgimento da Física do impensado; em que, por conta da crise das metanarrativas, repensa-se o lugar da religião como princípio que deve ser levado em consideração para entendimento do mundo; em que se constata a morte dos centros irradiadores de saberes; em que o pós-colonialismo critica o eurocentrismo; em que experiências, a partir das múltiplas inteligências, ganham espaço; em que a sensibilidade faz-se notar como elemento que sabe o que deve ser intuído e sentido, qual é o lugar de um conhecimento autorizado e legitimado que

teve um tipo de conhecimento lógico, cartesiano, iluminista, nos dias de hoje?

Uma chave de leitura é o fato de as áreas humanas questionarem a mudança curricular processada nos anos 1990 e 2000 dos currículos escolares, a partir de indicativos de produção e produtividade de mecanismos, por exemplo, como o do Banco Mundial, determinando percentual de investimentos públicos em Educação, a tal educação neoliberal.

Ora, “não dar resultados práticos” é um axioma, e o capital não necessita de reflexão filosófica, necessita de praticidade, liquidez, retorno imediato, rentabilidade, “eficiência”, “custo-benefício”. O princípio que legitima suprir algum ramo do conhecimento é partir do pressuposto de que não serve; a pergunta é: não serve para quê? Para quem?

Neste processo de crise e de reconfiguração de um modelo de sociabilidade e de construção do conhecimento entrou em xeque uma leitura do mundo, práticas leitoras de codificação e decodificação do mundo.

Autores como os da Escola de Frankfurt (Adorno, Benjamin, Marcuse e Horkheimer) figuraram como peças importantes na crítica da indústria cultural, da política, do pensamento ocidental e da função da filosofia. Hannah Arendt versou sobre as origens do totalitarismo, da concepção de história, entre outras questões. Foucault revolucionou o Mundo com sua concepção de microfísica do poder.

Por que hoje os intelectuais não ocupam mais o mesmo espaço que antes? Intelectuais continuam existindo e dizendo

coisas relevantes, tais como: Marilena Chauí, Bauman, Zizek, Lipovetsky, Todorov, Agambem, dentre outros, no entanto, a ressonância e a reverberação mudaram de lugar e de tonicidade. A falência de uma concepção ocidental de política, de democracia, portanto, de política, de cultura, o avanço rápido do capital para todas as áreas das atividades humanas, a velocidade da informação compõe esse cenário de aparente silêncio dos intelectuais.

A forma como consumimos tudo, sobretudo informação, e a necessidade mercadológica de processar sem refletir sobre o que estamos fazendo no afã de consumir algo novo, são um dos elementos de difícil escuta sobre o que os intelectuais estão falando e uma forma autorizada de se pensar o que é a cultura e como deve ser encetada. Há também a própria dificuldade destes em acompanhar na mesma velocidade toda aceleração do tempo.

Entretanto, o que Boaventura de Sousa Santos denunciou é a estratégia de esvaziamento do espaço público, do debate, do controle do grande capital sobre a imprensa e da lógica de produtividade que se abateu sobre a reflexão. Paira no ar uma letargia, uma contramarcha do pensamento. Há uma espécie de saturação da reflexão e de tudo o que exige leitura, tempo, amadurecimento.

Neste novo milênio, seguindo as sugestões de Ítalo Calvino (Seis propostas para o próximo milênio, 1990), há o desafio de continuar a exercer a prática intelectual aliada a outras vozes, linguagens, que também pensam a vida de sua maneira, nem melhor, nem pior, diferente. Há a necessidade

de pensar o ser sensível, integrado a questões sociais, aberto, inquieto, holístico, em contato com a sociedade.

Por outro lado, também é preciso desconfiar de todo discurso anticrítico, anti-intelectualizado que tenta fazer tábula rasa de tudo, banalizando tudo. Isso é uma estratégia ideológica de combate ao exercício da crítica, do livre pensar, logo, serve a interesses mui específicos.

Ainda há espaço para um tipo de reflexão nos dias atuais? Mais do que nunca, mesmo com tanta asoberbação de informação, justaposição de sentidos, linguagens, imagens, esgarçamento coletivo, perda de uma ideia de sentido social.

Há autores que defendem que a própria noção de humanidade e toda derivação oriunda disso é uma construção discursiva, tal como a vida, a humanidade, a cultura, a igualdade e seus correlatos. Mas a questão é: se é uma invenção, por que se inventou dessa forma e não de outra? Há respostas plausíveis do tipo: porque um grupo majoritário, dominante, construiu sentidos sociais de dominação simbólica e pelo ato da imposição e repetição transformaram-se em lógica de dominação social.

Os códigos sociais de dominação são sempre construídos dos tipos dominantes de uma sociedade, mas isso nunca encerrou a busca, eis por que tais códigos nunca se perpetuaram. Cabe então uma outra contra-argumentação: Os códigos de conduta moral mudam por que os grupos se alternam no poder, logo, seus valores sobrepujam ao do grupo vencido? Mas por que passados 8.000 anos de civilização humana, excetuando-se os grupos dos hominídeos, tomando como

premissa apenas uma noção de organização social pautada no ordenamento urbano, atrelado pelo Estado e por uma sociedade complexa, não há uma convicção sobre o que queremos e mesmo com tanta informação nos sentimos desinformados sobre tudo?

Nietzsche criticou Sócrates e Platão, acusando-os de serem os responsáveis pela morte da filosofia; para ele, a verdadeira filosofia era a pré-socrática. Sócrates está sendo retomado. Parece-nos que a ultramodernidade não suporta a noção de hiperindividualidade. Os renascentistas cognominaram a Idade Média de “trevas”; hoje, sabe-se que a modernidade nasceu no medievo e muitos avanços técnicos e científicos estavam brotando e latentes nesse período.

Anunciamos o alvorecer da tecnologia como suprassumo da inteligência humana; hoje, tornamo-nos visceralmente dependentes da tecnologia e nem por isso somos autônomos. A tecnologia, que era para emancipar, como frisava Platão sobre as ceifadeiras do campo (o homem será livre quando as ceifadeiras fizerem nosso trabalho), tornou-se uma nova forma de prisão. O positivismo havia apregoadado que a etapa última da humanidade era o estado científico, positivo; o século XX mergulhou em uma profunda crise paradigmática, vendo emergir a pós-modernidade, pletora negação do cientificismo como arauto da felicidade.

Se tudo está automatizado, se efetivamente as utopias morreram, se os valores morais são *démodés*, se a política é um balcão de negócios (para Hannah Arendt, fora da política só existe a barbárie), se tudo é voraz, frenético, há mercadologi-

zação de tudo, inclusive dos afetos e do pensamento, então, qual é o lugar de um tipo de reflexão filosófica, por exemplo, para uma sociedade ultramoderna que não quer se pensar enquanto tal? Exatamente a ausência de reflexão é o primeiro sintoma do mal-estar civilizacional e da esquizofrenia coletiva no pior sentido, aquele que julga que não pensar é melhor do que pensar.

Isto não é uma defesa da civilização, muito pelo contrário, as civilizações que nos antecederem servem como painéis do que não queremos, mas até para sabermos o que queremos, sem ainda sabermos, a reflexão é necessária. Caso contrário, prevalecerá a lógica do capital voraz que torna tudo objeto do consumo, portanto, qualquer padrão de sociabilidade é mera esfera da relação mercadológica, isso sim, a mais pura idiossincrasia humana, a mais perversa forma de alienação, exatamente porque exclui qualquer possibilidade de reflexão.

É a reflexão que nos situa, inclusive para criticar a própria lógica de reflexão, ou seja, utilizamos os aparatos conceituais do pensamento para criticar o próprio pensamento; vide o caso exemplar de Nietzsche.

Claro também que a noção de reflexão precisa ser ampliada. Não cabe mais apenas um aparato cartesiano, dentro de uma lógica apenas racionalizante, pautada numa metódica forma de pensar; vide o instrumental ocidental que excluiu, pelo pensamento, qualquer lógica de raciocínio que não fosse a dela, obtusidade do pensamento.

Esse tipo de reflexão de fato não cabe mais. O pensamento não pode ser instrumento simbólico, capital cultural,

de distinção social pela notoriedade (como bem frisou Bourdieu, 2001). Não pode servir para explorar e oprimir, só serve para se compartilhar, emancipar.

O que assistimos hoje é a um esgotamento de dois modelos antitéticos de se encarar a reflexão. O primeiro, a exaustão de uma reflexão racionalizante demais, aut centrada nos paradigmas de um modelo ocidental de pensamento que abastardou outras formas de se conhecer e se relacionar, que segregou outras formas de inteligência, que serviu em última instância para notarizar mais a própria reflexão, ou seja, virou uma metalinguagem, um discurso autorreferenciado que garantiu lugar de sobrevivência dentro dos meios intelectualizados. O outro é exatamente seu oposto, a noção de que refletir não leva a nada, portanto, a negação da própria reflexão.

A exaustão da ideia de que refletir não leva a nada é um desdobramento do pensamento estéril, às vezes longe da vida, verborrágico, hermenêutico demais, prolixo, cuja sustentação se assenta, geralmente, vezes na própria linguagem, e a linguagem é um instrumento para se pensar a vida.

Há a necessidade urgente de se repensar o que ensinamos em sala de aula, por que, para que e para quem, o que escrevemos, e, sobretudo, redimensionarmos a reflexão num âmbito que abarque outras formas de saber, incluindo-se o sentimento, a percepção sensitiva, a dimensão social, instância substancial de nossa existência.

O que está em xeque não é a reflexão, mas como se pensa, como se colocam as questões, afinal, a racionalidade é uma dimensão humana, demasiadamente humana.

Mas a questão não é o excesso de reflexão, ninguém pode controlar o pensamento, as ideias, as pulsões do próprio pensar, e sim, o esgotamento de uma concepção utópica da existência construída pelo pensar, a desistência de que pela reflexão é possível uma sociedade mais igualitária, menos injusta, mais equânime, equilibrada e menos esquizofrênica. Esquizofrenia é uma dimensão humana, porém, quando atinge patamares sociais elevados, torna-se instrumento de tirania, de opressão, de ultraviolência, porque a única dimensão possível nesse estágio é exatamente o descontrole, patamar perigoso da própria condição humana; vide o autoritarismo nazista, como bem frisou Eric Weill (*A Lógica da Filosofia*, 2012).

É preciso pela reflexão desconfiar de tempos sombrios, quando aparecem discursos panegíricos que simplificam a vida, tornando tudo banal. Se tudo é banal, então não existe absurdo, tudo é legítimo e aceitável, e nem tudo é legítimo e aceitável. Estamos vivendo tempos sombrios, o desaparecimento das utopias humanas. Se não há utopia, se não há solidariedade, se não há reflexão, o que liga a condição humana?

Neste âmbito é que se colocaram o livro, as bibliotecas, as práticas leitoras. Uma vez instituídos, como códigos de ascensão e diferenciação social, o livro passou a ser controlado, censurado, reprimido todas as vezes que seu conteúdo constitui uma ameaça ao *status quo*. Sabedores que eram os donos do poder de que se constituía uma ameaça, em vários lugares sua leitura foi proibida, perseguida, banida. Até mesmo no seio da igreja católica em seu nascedouro, na constituição da Bíblia, tal como a conhecemos hoje, determinados livros foram

considerados apócrifos, leia-se, não interessante ao projeto de poder simbólico e espiritual constituído pela Igreja Católica.

SOBRE O LIVRO: censura e resistência.
Um caso do Maranhão

Nos dizeres de Chartier; Roche (1995, p. 106):

O livro permite um conhecimento, porque o conjunto dos objetos em que ele toma lugar devolve-nos as práticas sociais que situam o indivíduo no leque das condições. Símbolo de poder, pode também encerrar a perversão das palavras.

Sempre foi um símbolo de poder, desde os escribas na sociedade do crescente fértil, bem como o Egito, que passaram a usar a legibilidade da escrita como elemento de poder e diferenciação.

O livro, por ter se constituído como lugar de poder, vide a previsão de Sócrates, descrita no Fedro, passou a ser objeto de construção de saber em várias sociedades, sobretudo quando elemento de classificação social, de constituição civilizatória, de baliza sobre alta e baixa cultura e até de divisão histórica entre as fases da humanidade, tendo como marco o estabelecimento do cognominado quadripartite francês: história antiga, média, moderna e contemporânea, a bem da verdade, poder-se-ia nominar de pentarquia, afinal, o que separa, separou a pré-história da história foi exatamente o estabelecimento da

escrita, passando a ser um marco de duas épocas: a história e sua antecessora. Quer dizer, a escrita, conseqüentemente, toda simbologia em torno dela, conotou um processo hierárquico, evolutivo, legando a um lugar de menos importância sociedades ágrafas.

Já qual símbolo de poder e conhecimento, tornou-se ameaça, teve o seu ápice de perseguição na destruição do Farol de Alexandria, guardiã de boa parte do conhecimento do mundo antigo. Sob este aspecto, o livro, ou os livros, as bibliotecas constituíram-se como guardiãs, não mais apenas como símbolos de poder, mas de preservação, inclusive daquilo que as elites passaram a considerar ameaça, a saber: um tipo de conhecimento ocultado, que não poderia ser publicizado por ser diametralmente oposto à noção de livre circulação de ideias.

O que sobrou ou restou da destruição da Biblioteca de Alexandria foi apropriado pela nascente igreja católica e transformou-se em aspecto de utilização de instrumento de poder, através dos monges copistas beneditinos, tendo a primazia do conhecimento vernacular, tanto da septuaginta como da vulgata, fazendo da Bíblia, biblos, o primeiro de dominação das almas.

Um exemplo dessa relação de forças foi a impetração do Index probitorium (índice dos livros proibidos) estabelecido pela Inquisição, proibindo todos os livros que ameaçam o poder sacralizado instituído.

Já no século XVII, em seu início, vê sucessivamente o recuo da imprensa italiana nos mercados da Europa e o avanço

das publicações protestantes, claro, impulsionadas pela criação da imprensa de Gutemberg e os pioneiros de Martinho Lutero. No século XVIII, confisca-se a biblioteca erótica de Lorena e a literatura iluminista.

Segundo Chartier; Roche (1995, 105)

A história do livro não pode anexar em suas conquistas quantitativas a circulação clandestina, e o peso da interdição, em relação ao permitido, permanece ainda desconhecida.

[...] O poder não se concebe mais sem os volumes que encerram as regras do bom governo ou da memória dos séculos, as armas para a dominação do mundo não são mais aquelas de Marx, porém o livro do por excelência, A Enciclopédia (CHARTIER; ROCHE 1995, p. 107).

Destarte, no Maranhão não foi diferente, vide os dados da mesa real censória no século XIX, órgão ligado ao império metropolitano que resguardava a entrada de livros no Brasil, por conseguinte, no Maranhão. A função era proibir a livre circulação de livros considerados ameaças à constituição da ordem, até a sua instituição no Brasil em 1823.

Segundo Ângela Santos² (2017, p. 10):

2 Pesquisadora integrante do NEMO (Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista, sediado na UEMA, curso de História), coordenado pelos profs^o Dr^o Marcelo Cheche Galves e José Henrique de Paula Borrvalho. As tabelas, os quadros, as análises feitas pela pesquisadora Angela Batista Santos e Santos, fazem parte do projeto de pesquisa maior: Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1747 – 1823), aprovado pelo CNPQ e executado entre os anos de 2013 a 2016, coordenado pelos referidos professores. A referida pesquisadora em tela foi orientanda de ini-

A Real Mesa Censória fora criada em 1768 no reinado de D. José I, por Pombal, para unificar o sistema de censura que antes era dividido entre três órgãos³. Autores como Latino, Coelho e Teófilo Braga “consideram a Real Mesa Censória de grande utilidade, por que, tendo sido fundada com a intenção de proibir as obras jesuíticas e crericalistas que prejudicavam o desenvolvimento da cultura portuguesa”⁴. Nesse sentido, para ter um melhor controle da entrada e saída de livros sem a demora dos órgãos antecessores, a Real mesa passou a ser útil dentro dos planos do Marquês para um melhor funcionamento dessa política no reino. A sua inserção dentro do aparelho censório visava a alcançar de forma mais detalhada os livros proibidos e liberar rapidamente aqueles que não tivessem ligação com as ideias inquisitoriais.

No alvará de 5 de Abril que determina a criação da Real Mesa e mesmo depois em editais lançados afirmava que nenhuma obra poderia ser impressa, reimpressa, encadernada, reproduzida, vendida e nem transportada sem a autorização da Real Mesa Censória.

A documentação produzida por esse órgão, apresenta detalhes da circulação de impressos em várias partes das colônias portuguesas. Os documentos que tratam sobre o Maranhão nos ajudam a inquerir detalhes sobre a posse, comércio e os agentes e leituras.

ciação científica PIBIC (CNPQ) e graduação do Profº Drº José Henrique de Paula Borralho.

3 Para mais informações sobre os órgãos que atuavam antes de 1768 ver: VILLALTA (1999)

4 MARQUES (1963).

O que fica claro, na citação da pesquisadora Ângela Santos, é a desconstrução da ideia de que havia pouca circulação⁵ ou que somente com a instituição da imprensa régia em 1821 houve maciça procura por livro, afinal, para que fiscalizar, controlar a entrada de livros? Porque eles constituíam uma ameaça ao império ultramarino e, conforme salientamos em páginas anteriores, ao contrário da América Espanhola, na Portuguesa a coibição pelas ideias consideradas iluministas fez-se desde sempre, vide as constantes trocas de correspondências entre os órgãos de controle portuguesa sobre o que era pedido, remetido e dado entrada no Brasil, no caso específico, no Maranhão.

Neste esteio, ratifica Marcelo Galves (2015, p. 88):

A preocupação com essa movimentação, limitada aqui a dois exemplos, não constituía novidade para o império português, mas o aumento de fluxo oficial de impressos deixou as autoridades em alerta, o que provavelmente fez crescer a quantidade de livros contrabandeada, prática antiga e aventada também por aqueles que enfrentaram problemas com a Alfândega, como o nosso visitante Henry Koster.

O quadro a seguir, elaborado pela pesquisadora Ângela Santos (2017, p. 26), mostra a relação dos livros que deram entrada no Maranhão desde 1747 até 1823, com os conteúdos e, alguns casos, a quantidade, extraído do Arquivo Ultramarino de Lisboa.

5 Sobre a circulação de livros no Maranhão, ver, dentre outros: GALVES (2015), (2014); BORRALHO (2010).

Doc. Do AHU			
Doc.	Ano	Assunto	Quantidade
3.060	1747	Chegada de livros	20
3.940	1761	Idem	–
3.960	1761	Doação de livros	–
Livro nº 9	1768 (provavelmente)	Registro de uma carta e lei sobre a proibição e livros	
4.271	1769	Orientações sobre censura	
5.010	1778	Chegada de livros	
5.929	1786	Comentário sobre folheto	
8.019	1798	Exemplares distribuídos aos produtores de algodão	90
8.242	1799	Chegada de livros e do Mercúrio	195
8.259	1799	Parecer sobre livro	
8.386	1799	Parecer sobre o Mercúrio	
8.490	1799	Chegada de livros	10
8.689	1800	Chegada de livros	
8.698	1800	Balanço dos impressos vendidos	
8.778	1800	Idem	
8.799	1800	Chegada de livros	
8.803	1800	Idem	
8.832	1800	Instruções para o plantio de batatas	4
8.850	1800	Chegada de livros	
8.999	1801	Chegada de livros da Tipografia do Arco do Cego (Lisboa)	
9.409	1802	Recepção de leis e decretos	
9.557	1803	Autorização para publicar	
9.673	1803	Reflexões	
10.214	1805	Idem	
10.231	1805	Idem	
10.243	1805	Recepção de leis e decretos	
10.323	1805	Chegada de livros	

10.494	1806	Texto para impressão em Portugal	
10.668	1806	Recepção de leis e decretos	
10.696	1806	Reflexões	
11.339	1810	Críticas ao Correio Braziliense	
12.182	1821	Sobre a instalação da Tipografia	
12.366	1822	Considerações sobre o n. 108 do Conciliador	
12.734	1823	Resumo das publicações no Maranhão	

Já nesta segunda, também elaborado pela pesquisadora Ângela Santos (2017, p. 34), relata a correspondência entre Dom Diogo de Souza a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, de 11 de maio de 1801, sobre a forma de controle sobre o conteúdo de um libelo intitulado “Diálogo”.

CORRESPONDÊNCIAS DO OUVIDOR MANUEL ANTÔNIO LEITÃO
BANDEIRA A DOM RODRIGO DE SOUZA COUTINHO
DATA: 15 de dezembro de 1786

ASSUNTO: OFÍCIO do ouvidor Manuel Antônio Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, tecendo considerações sobre o libelo intitulado “Diálogo”.

AHU_CU_009, Cx. 68, D. 5929

TEXTO:

Tenho notado ... um terreno promulgado um Libelo famoso, debaixo do titulo de Dialogo pelo qual rebate e aniquila o Governo de Portenho desta Colônia, esse irrizão os procedimentos da Junta da Coroa| contra o Ex.mo e R.mo Bispo desta Cidade, e o Mestre de Campos| José Nunes Socyro.

Ofende este Libello o Direito da Natureza, o Direito das Gentes, e ofende das Determinações Regias, na parte em que desacreditando aos| Magistrados, os inhabelita para preencherem os fins do seu ministério;| o que é contrario ao Alv. de 3 de Junho de 1652; e a Carta de 16| de Dezembro de 1610 *

[A explicação do * está ao lado dos dois primeiros §, porém ilegível]

Ofende finalmente a Religião principiando desdeoseceberç| Jezus Christo, não obstante comparecer innocentissimo na prezença de| Pilatos, não diz cousa alguã, q' ultrajo o Carater deste Ministro de Cesar,| (a) S. Paulo, tratando-se depon- tos de Religião entre Me eos Judeos, falta| ao Proconsel [?] com omayor implicida- de, [d]istribuiendo-o detudo quanto podi[a] promover aordem publica, e em lugar de declinar a Jurisdicção de levar [?],| he ante Tribunal q'osanto [?] constitue para responder sobre tudo oq' podia[a] interessar a esta Ordem: He terminatissimo aeste respeito odiscorso,| que vem na obra intitulada = Del'autorité Du Clergé e du Povoir| do Magistrat Politique sur L'exercice des fonctions du Ministre Eclesi- -lastique = impresso em Amsterdam em 1766. Primeira parte, pag 406.| seqq. Ibi.,

(a) Bensuel Avertimo [?] p. 233, verso [citação ao lado do § acima]

S. Paul en étoit bien convaincu: onne peut lire avec trop| d'attention Les 24, 25 et 26 chapitres desetetes, ni trop mé|diter sa conduit, par repport au Magestrat Romain. Ilo'| agissait [?] absolument de Religion entre Lui et les Juifs. Qu'on y vois done avec quelle simplicité ce Saint Apôtre instruit Le Proconsel detout cequi pouvait, même ácot égard, in-|teresser L'ordre public, et comme au Lire de decliné la juris-|dicim delesar [?], C'est áson Tribunal qu'ils constitue, pour| y répondre sur tout cequi pouvait avoir rapport áccordre| C'est dansce même esprit que, pendant plus de trois| cens [?] anos de Lapersécution Laplus vive, Les chefs de| La Religion n'ont jamais fait difficulté d'em rendre| compte aux Princes même infidèles.

Santo Ambrozio trata com mayor respeito aos executores de Valentini-|ano; persuade oas povos a obediência a[os] [seus] Soberanos, enão rezerva p.a sy| outras armas q. não sejam as do gemido, das Lagrimas e da Suplica (b) S.to| Euzebio Bispo de Samasata foy para o desterro por ordem de Constancio,| não obstante o seo povo VEpersuadir ao contrario; tratando os executores das or|dens Imperatorias com o mayor respecto e veneração; e desRetoreto/Liv. | IV C. 14/ que observara a Ley dos Appostolos, a qual mandava obedecer| erespeitar os Principes e Magistrados. Dous Bispos Catholicos Eluiso| de Cizyco, e Silvano de Tarso, sendo ameaçados por Constancio emodeo da fé| com a despozição, responderão com amayor submissão; (c) confessando q' o Im-|perador tinha autoridade para os castigar, porem q' elles se propunhão aabra-|çar os verdadeiros dogmas. S.to Athanasio na Apologção a| Constancio, n. 26 protesta de não entrar em Alexandria, deonde tinha| diso des- terrado; sem ordem do Soberano; e em todos os seus trabalhos, jamais| diz couza alguã, q. possa ultrajar veredito dos Ministros do Impera-|dor. S. Polycarpo Bispo de Imirna Descipulo do,| Fraó Evangelista, ehum dos Fundadores da Nova Fé, (d) recomenda | com a mayor instancia o obzequio devido aos Magistrados Potentades| constituídas por Deos, econfessa ao mesmo tempo, coppor demodo|algu' asalva- ção das nossas almas, èa nossa Religião.

Estas forão sempre as máximas praticadas nos primeiros Seculos| da igreja,| e pode verse huã das mais bellas apologias do Christianismo di-|rígida aos Impera- dores Antonino Marco Aurelio; ea relação que| S. Justino Martir faz da doutrina,

uzos, costumes, assembleas, Supli-|cas dos primeiros Fieis. Isto mesmo testemunha a Carta de Gregorio III. | a Leão Isauriano, eo certifica Nicolas I escrevendo ao Imperador de| Constantinopla, oq´ igualmente confirmou o Concilio Toiritido [?]| no anno de 1563. Cap. 1 decedindo, q´ se alguém por hu´ espírito de| orgulho, ou independencia, transgridir estes preceitos não se convencendo pela| razão epela Religião, q´ preserve huá exacta obediência aos Soberanos|e Magistrados, seja athenmizado: Doutrinas estas q´ tinham jadici-|dido o Canon ultimo 4º Concilio de Toledo, tido no anno de 631,e| o Canon 2. do ultimo Concilio Toletano tido no anno de 656.

(b) Orat. In textiurport. | Ep. XXXII Liv. V. (c) Revdor Liv II. C.27 (d) Euzeb. L.4 C. 4 [ao lado do § acima]

A vista destas razoens as mais solidas, eas mais justificadas, se| o Autor deste Libello famoso he compreendido nos procedimentos da Junta| da Coroa, podia valer dos meyo ordinários p.a a sua defeza, p.a deste modo| promover a ordem, à paz publica, efinalmente fazer conservar as couzas| em huá perfeita harmonia. Desprezar estes meyo, e procurar os da-| afronta, da injuria, e do ultraje, he fazer decahir dehuá vez a mesma| Ley da Natureza, a Ley de todas as Naçoens cultas do Universo, ehe| atropelar aquellas maximas Santas, que a Igreja, cheya de Sabedoria por todos os tempos tem pregado, e ensinado: motivo porq´, como este Libello,| a fim de injuriçoens, he de[sse] animado com muitos outros erros de Ultramon|tanismo e Monarchomachismo, q´ evidentemente ofendem a Autori-|dade Regia, requito a V. Ex.a, em atenção ao Serviço de S. Mag.de,| q´ haja de resolver hum manuscrito deste Libello na Secretaria do Governo desta Colonia, para nelle se fazerem todas as averiguaçoens ne|cessarias, esemeditarem as providencias q´ se requerem emhuá occasião| tão Critica, dando-se conta à mesma Senhora do Vilipendio com q´ se tra|tão os Magistrados nesta Colonia, eda decadência do poder Supremo, a|fim de retirar huá rigorosa devassa sobre todo este procedimento: oq´ |espero do muito zelo com que V. Ex.a costuma animar e respeitar os| Direitos da Soberania.

O officio do ouvidor Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, tecendo considerações sobre o libelo intitulado “Diálogo”, cujo conteúdo trata de questões como: o Direito da Natureza, o Direito das Gentes, e “ofende” a religião, dá conta da forma pela qual o livro era uma ameaça à ordem estabelecida, a cultura vigente, ao projeto de dominação das

almas e como o Estado deveria reger de forma intensiva o que entrava e o que saía.

Em apenas um dos ofícios apresentados, é possível verificar como a coroa metropolitana estendeu seus tentáculos, visando a não difusão de ideias consideradas subversivas, pois sabia que a propagação de ideais contrárias aos interesses da metrópole lusitana colocaria em risco todo o projeto de dominação além-mar.

Sobre o significado da leitura, nos diz Larossa (2001, p. 101):

A leitura é um diálogo entre o dito e o não dito do texto, entre o que a palavra entrega e o que retém, mas sendo o não dito o lugar essencial de onde ressoa o sentido. Ler, diz Heidegger, é “recolher na colheita do que permanece não dito no que se diz.

E mais na frente na mesma página ele petarda: “Ler (e comentar) um texto é, fundamentalmente, escutar aí a interpelação que nos dirige e fazer-se responsável por ela”.

REFERÊNCIAS

BERNAL, Martin. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. Rutgers University Press, 1987.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **VERSURA: Ensaios**. São Luís, Editora UEMA; Café e Lápis, 2015.

BORRALHO, José Henrique de Paula & GALVES, Marcelo Cheche. Elpinos, Virgílios, Trajanos... A poética de Manuel Ferreira Freire em

defesa do ex-governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca – São Luís, Lisboa (1822), In: CURY, Cláudia Engler et all. **O império do Brasil. Educação, impressões e confrontos sociopolíticos**. São Luís, Editora UEMA; Café e Lápis, 2015.

_____. **Uma Athenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no império brasileiro**. São Luís, EDFunc, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo; Cia. Das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro. Uma mudança de perspectiva. In. **História. Novos Objetos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, pp 99 -116.

COMPAGNON, Antonie. **O Demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**. Uma Introdução. São Paulo; Martins Fontes, 2006.

ECO, Umberto. **Os Limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

GALVES, Marcelo Cheche. **Ao público sincero e parcial. Imprensa e independência na província do Maranhão (1821-1826)**. São Luís, Editora UEMA; Café e Lápis, 2015.

_____. Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. **Outros Tempos**, v. 11, p. 119-136, 2014.

LAROSSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador. **A real mesa censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII**. Coimbra: Coimbra editora Ltda., 1963.

PLATÃO. **Fedro**. São Paulo: Col. Saraiva. 2011.

RAMA, Angel. **A cidade das Letras**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SANTOS, Sousa Boaventura. **A crítica da razão indolente.** Contra o desperdício da experiência. São Paulo, Editora Cortez, 2000.

SANTOS, Ângela Batista dos Santos. **Circuito transatlântico de impressos: livros, agências e leituras entre Portugal e o Maranhão (1750-1808).** São Luís. Monografia de conclusão do curso de História, UEMA. 2017

SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis.** Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre Mito e Política.** São Paulo: EDUSP, 2002.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura:** Uso do Livro na América Portuguesa. 1999. 443 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 146-153.

WEIL, Eric. **Lógica da Filosofia.** Tradução de Lara Christina de Malipensa. São Paulo: Realizações Editora, 2012, p. 595.

O LIVRO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE E INCLUSÃO SOCIAL: a juventude de periferia e a formação de seres para si no movimento hip-hop

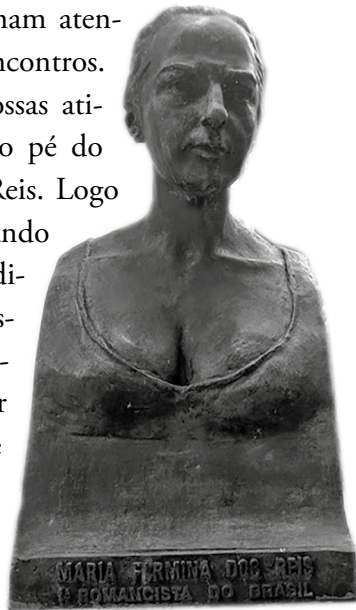
Rosenwerk Estrela Santos

INTRODUÇÃO

No início dos anos 1990, fazíamos parte de um grupo de jovens da periferia, que originou o movimento hip-hop organizado Quilombo Urbano. Este é um movimento político-cultural que desenvolve ações nos bairros pobres de São Luís do Maranhão e que atualmente (2017) tem 27 anos de existência.

Curiosamente, apesar de jovens moradores dos bairros pobres afastados do centro da cidade, nossa reunião semanal ocorria na Praça Deodoro e nas escadarias da Biblioteca Benedito Leite, pois eram espaços centrais e mais acessíveis para o encontro coletivo. Nesses espaços, não apenas discutíamos política, lazer, identidade, história da população negra como também cantávamos e dançávamos (ao som do rap e aos passos do break dance).

Duas questões nos chamam atenção depois de décadas desses encontros. A primeira é que fazíamos nossas atividades culturais e políticas ao pé do busto de Maria Firmina dos Reis. Logo no início do movimento quando nossos desejos, anseios e aprendizados, ainda caminhavam a passos lentos, não fazíamos a mínima ideia de que aquela mulher era uma maranhense, negra e uma das primeiras romancistas brasileiras da história. O busto embranquecido, feito ao molde de uma mulher alemã,



descaracterizava completamente Maria Firmina dos Reis e por falta de conhecimento ignorávamos aquela mulher. Falta-nos leitura da História do Maranhão, bem como de seus principais representantes na literatura, política, economia, artes, etc. É claro que já havíamos ouvido falar em Gonçalves Dias, Aluizio de Azevedo, Arthur Azevedo, Monteiro Lobato e outros, mas Maria Firmina, mulher e negra, não, nunca havíamos ouvido falar.

Contraditoriamente, essa nossa falta de leitura se dava aos pés da imponente Biblioteca Pública Benedito Leite no qual suas escadarias serviam de assento para nossas reuniões deliberativas e organizativas. Esse espaço, inicialmente, era uma espécie de lugar inatingível para todos nós. Sua utilização

era puramente instrumental. Apenas suas escadarias nos serviam. O interior só era conhecido em tempos de chuva. Mas estava lá, aberta e à nossa disposição.

O movimento hip-hop, por meio do rap, do grafite e do break nos impulsionou a querer conhecer nossa realidade, nossa identidade, os personagens que fizeram história da população brasileira e suas lutas. Foi dessa forma que buscamos informação e conhecimento. O primeiro passo foi pedir emprestados livros que não tínhamos condição de comprar e nem acesso imediato. Magno Cruz, militante histórico do movimento negro, emprestou a autobiografia de Malcolm X líder negro norte-americano. Lemos aquele livro como se fora a última coisa que faríamos nesse mundo. Passava de mão em mão até que a necessidade de outras leituras se fez. Foi assim, que a Biblioteca Pública começou a fazer sentido pra gente. Foi assim que os livros ali expostos e disponíveis começaram a fazer sentido. A partir de então, pegávamos os livros na Benedito Leite de todas as formas possíveis e impossíveis – se é que o leitor me entende!

Os livros passaram a fazer parte de nossa formação, de nossa estratégia política e da formação de seres para si, isto é, de nossa formação como seres humanos, jovens negros e negras de periferia, que buscavam sua identidade e a melhoria de suas condições de vida, enfim, buscávamos uma prática de liberdade de nós mesmos e da população com a qual nos identificávamos cada vez mais. Assim, a luta por inclusão social, justiça e igualdade passou a fazer parte de nossas leituras e de nossas vidas. Essa é um pouco da história de uma parte

importante da juventude de periferia no Maranhão que será contada agora.

JUVENTUDE DE PERIFERIA, LIVROS E
OS CÍRCULOS DE CULTURA DO HIP-HOP:
organizando e socializando
práticas de liberdade

Não é possível entender a história do movimento hip-hop brasileiro sem compreender sua relação com a leitura. Desde sua formação política e organizativa na Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, que o livro está presente.

Nesta praça, organizavam-se troca de livros entre os frequentadores no início da década de 1990, tendo por objetivo conscientizar os/as jovens envolvidos com o hip-hop. Alguns movimentos negros, como o Instituto da Mulher Negra – GELEDÉS ajudavam na distribuição e escolha dessas leituras. Livros como *Do Quilombo à Rebelião Negra* e *A sociologia do Negro Brasileiro*” de Clóvis Moura; *O Quilombo* e *O que é Racismo*, de Joel Rufino dos Santos; *O que é a Revolução*, de Florestan Fernandes, constituíram-se fonte de leitura para os integrantes do hip-hop. Outras leituras, vinculadas mais às questões sociais somaram-se àquelas de cunho racial. Livros de Lênin, Marx, Caio Prado Júnior também fizeram parte do cabedal de leitura (SILVA, 1998; FÉLIX, 2005).

Com efeito, por meio de livros, vídeos e da aproximação com o movimento negro, o hip-hop paulista com centralidade na temática racial vai influenciar o hip-hop no Brasil inteiro. A temática racial vai se constituir como principal preocupação desse movimento de jovens da periferia. A questão da reconstrução da história da população negra no Brasil, da autoestima e da conscientização dos problemas sociais da periferia, da necessidade de estudo e educação para o processo de (auto) conhecimento e escolha de caminhos, tudo isso faria parte das leituras e preocupações da juventude de periferia vinculada ao hip-hop. A música Negro Limitado, do principal grupo de rap brasileiro, os Racionais MC's, colabora com nossa afirmação:

[...] E então, vocês que fazem um *rap* cheio de ser professor, falar de drogas e tal.
E aí mostra uma saída, mostra um caminho e tal.
Cultura, educação, livros, escolas,
Crocodilagem demais, vagabundas e drogas.
A segunda opção é o caminho mais rápido e fácil,
A morte percorre a mesma estrada é inevitável.
Planejam nossa extinção. Este é o título da nossa revolução, segundo versículo.
Leia e se informe, atualize e decore [...]
(RACIONAIS MCs, 1992).

Essa letra presente no disco Escolha o seu Caminho, lançado em 1992, faz referência as alternativas que são apresentadas à juventude de periferia: livros, cultura e educação ou drogas e morte. A alternativa proposta pela música é justamente a busca pela informação, pela conscientização

política. Neste disco, encontramos na capa e contracapa uma mensagem clara para a juventude de periferia de quais opções normalmente existem para ela. Na capa, há um grupo de homens em torno de uma mesa com drogas, armas, bebidas e dinheiro, enquanto que na contracapa encontra-se o mesmo grupo só que agora estudando com a mesa repleta de livros, entre os quais destacamos um de História geral da África e Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire.



Fonte: Google

Discos como esse dos Racionais MC's e outros, proporcionaram uma reflexão em torno dos problemas vivenciados pela juventude maranhense e a necessidade de estudos e organização política para enfrentá-los.

No Maranhão, o hip-hop cresceu tendo como referência grupos de rap brasileiros e letras nacionais que radiografavam a periferia brasileira e a vida de seus moradores. Minicursos, estudos sobre drogas, racismo, machismo, socialismo, leitura

de livros de Clóvis Moura, Joel Rufino dos Santos, Florestan Fernandes, Malcolm X, Trotsky, Lênin, além de discussões sobre filmes como *Perigo para a Sociedade*, *Panteras Negras*, “*Boys in the Hood*”, “*New Jack City*”, *Guerra do Fogo*, *Germinal*, fizeram parte da formação dos jovens envolvidos com o movimento hip-hop Quilombo Urbano.

Foi o que aconteceu com Hertz Dias, que relata por que retornou à escola depois de tê-la abandonado, em razão de sentir-se excluído:

[...] e aí entra a história do *Hip Hop*, né? A gente escutou uma música dos Racionais, duas músicas que marcaram muito, uma chamada *Voz Ativa* que dizia: “*precisamos de um líder de crédito popular como Malcolm X em outros tempos foi na América*”. E a gente correu para saber que era *Malcolm X*. Encontramos no movimento negro, uma cara que passou um livro, [...], a gente fazia a leitura e *Malcolm X* dizia que o negro [...] tinha que buscar informação, dizia o negro tem que ir por trás do que o branco escreveu pra tentar encontrar sua própria história. Então, a partir daí, despertou automaticamente não só em mim, mas vários jovens daquela época, o desejo pela leitura, essa é uma questão. A outra música dos Racionais que é chamada *Negro Limitado*, é justamente uma música que ele tá dizendo: “*cultura, educação, livros, escolas...*” né? Ele tá sempre dizendo que o preto que ele chamava, era justamente aquele que buscava os estudos, a conscientização etc.; e o negro limitado era aquele que não queria saber de estudo, etc. e tal. [...] A partir daí a gente começou a estudar. E eu percebi que era importante eu voltar pra escola, por que era importante eu chegar à universidade e eu só poderia chegar à universidade com o ensino médio. Aí outro detalhe, o meu retorno pra dentro da escola, [...], já foi mais consciente das contradições que existiam

ali, então foi mais fácil lidar com isso, antes eu não tinha essa compreensão, entendeu?

O *rapper* GOG de Brasília percebeu essa dimensão do movimento hip-hop maranhense, pois iniciou uma de suas músicas O Incendiário, segundo ele mesmo, a partir da experiência que teve quando visitou São Luís para realizar um *show*. A música de 2005 inicia assim:

Textos, textos e mais textos escritos,
Livros, lidos, relidos e devolvidos,
Distribuídos, adiante,
Avante, discípulos.
Não era uma pedra, mas estilhaçava vidros,
Despertou o menino
(GOG, 2005).

O grupo de rap Gíria Vermelha, que pertence ao Quilombo Urbano, em sua música chamada Pode me Sangrar destaca a importância dos livros na formação da personalidade da juventude envolvida com o hip-hop maranhense:

Eu sou o lado oprimido, que se viciou nos livros
Sou o fim da guerra interna que extermina nossos filhos
Sou a vela que não acende no velório do burguês
O porquê de flores murchas no mausoléu de Sarney
(GÍRIA VERMELHA, 2016)

A presença dos livros, dos estudos e das várias atividades organizadas pelo movimento hip-hop, constituiu-se em práticas educativas e na formação de seres humanos conscientes de sua humanidade, identidade e necessidade de melhorias das condições de vida da população de periferia. Nesse sentido, o

Quilombo Urbano desenvolve uma prática educativa, ligada à educação popular, que não se estabelece apenas por meio da entrada de seus militantes na educação formal ou de algum tipo de projeto político-pedagógico próprio, mas consubstancia-se a partir de seus shows, na participação em atividades políticas, na organização interna do movimento, além dos debates, discussões, mostra de filmes, bailes, dentre outras ações desenvolvidas por este.

As principais ações organizadas pelo movimento hip-hop são as “posses” que se constituem em espaços de inclusão social e práticas de liberdade da juventude de periferia. As “posses” funcionam como uma espécie de Círculo de Cultura freireano. Em suas palavras, Freire (1982, p. 141) afirma que “Os Círculos de Cultura são precisamente isto: centros em que o povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo”.

As “posses” no hip-hop brasileiro são núcleos que reúnem grupos de grafite, *break*, rap e moradores de determinado bairro para discutirem sobre os seus problemas imediatos e se organizarem no sentido de solucioná-los. É também, um espaço onde acontece o aprimoramento do aspecto artístico, a partir de ensaios coletivos, *shows* e mostras da produção do movimento, mas acima de tudo, é local organizado para seminários, palestras, grupos de estudo e deliberações acerca das atividades a serem realizadas nos respectivos bairros.

As “posses” funcionam em qualquer espaço liberado ou conquistado como escolas, praças, associações de moradores, clubes de mães, quadras esportivas ou mesmo sede própria.

Não há uma padronização de atividades ou dos dias de reunião. Cada “posse” em sua localidade define em quais dias vai funcionar e quais ações serão desenvolvidas. Mais uma vez, ressaltamos a semelhança com a proposta do Círculo de Cultura de Paulo Freire, pois como percebemos em suas palavras:

Ele é uma escola diferente, em que não há professor, não há aluno nem há lição no sentido tradicional. O Círculo de Cultura não é um centro de distribuição de conhecimentos, mas um local em que um grupo de camaradas – numa sala de uma escola, numa salinha de uma casa, à sombra de uma árvore ou numa palhoça construída pela própria comunidade – se encontra para, discutir sobre a sua prática no trabalho, sobre a realidade local e nacional, [...] (FREIRE, 1982, p. 145-146).

Não estamos afirmando que o hip-hop se inspirou em Paulo Freire para a constituição das “posses”, mas apenas delineando um paralelo que nos ajuda a compreender os objetivos e a forma de organização de vários grupos de hip-hop pelo Brasil, além de situarmos a importância pedagógica que exercem as “posses” no sentido mesmo dos Círculos de Cultura, como constatamos a partir de suas atividades.

No decorrer dos seus 27 anos de existência, o Quilombo Urbano organizou várias “posses” pelos bairros pobres de São Luís. No bairro da Vila Sarney, existiu a Denúncia de Rua; no Coroado, aglutinando pessoas dos bairros do Sacavém, Coroadinho e João Paulo, existiu a Cômuna de Palmares; no bairro da Redenção surgiu a posse Parlamento do Gueto; Já, no João Paulo esteve em atividade a posse FAP (Família Armada da Periferia); no bairro São Raimundo, tem a posse Maria

Firmina dos Reis e no bairro da Liberdade temos a Liberdade sem Fronteiras, dentre outras posses que existiram e existem pelos bairros pobres de São Luís.

As “posses” são consideradas por muitos pesquisadores do movimento hip-hop como o que há de mais articulado, por parte desse movimento, para responder às necessidades imediatas das comunidades pobres, bem como um espaço fundamental de formação e politização da juventude de periferia.

HIP-HOP, LEITURA E FORMAÇÃO DE SERES PARA SI

As práticas educativas desenvolvidas a partir das ações político-culturais do movimento hip-hop têm possibilitado, além da construção da identidade étnico-racial, a elaboração de uma consciência crítica, no sentido de transcender reivindicações imediatas, exigindo a transformação radical da sociedade. Além dos efeitos práticos de incentivo à leitura, ao estudo e o desenvolvimento artístico, aparece como marca central a proposta de um novo tipo de sociedade com igualdade social.

De acordo com Freire (1984), a conscientização parte da compreensão crítica do mundo, do ser humano e de suas relações, pois a existência de um sujeito consciente de sua ação sobre a realidade e dos limites impostos por ela é condição fundamental desse processo. Como observa Gramsci (1966),

o pensamento crítico parte da compreensão daquilo que somos realmente, ou seja, sujeitos históricos.

Entretanto, visto que existe uma predominância da visão de mundo das classes opressoras bem como a formação e consolidação de uma cultura do silêncio no seio das classes oprimidas, estas se percebem como naturalmente inferiores frente aos desígnios dos dominadores ou mesmo de divindades. Não se percebem como sujeitos transformadores da realidade e da história. Possuem uma visão fatalista, passiva, pois percebem a realidade com algo dado e realizado, permanecendo em silêncio frente aos limites impostos.

Esse tipo de consciência é denominado por Freire (1984) de semi-intransitiva, pois as classes oprimidas estão imersas na realidade imediata, aderentes ao mundo, não o objetivando a partir da ação e reflexão recíprocas. Nas classes populares, predomina o que Gramsci (1966, p. 143) qualificou de senso comum, isto é, uma visão de mundo “[...] absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade do homem médio”. O senso comum é uma concepção de mundo desagregada, incoerente e inconsequente.

Os oprimidos interiorizam a ideologia opressora e por isso, além de se perceberem como inferiores, não constituem uma concepção de mundo crítica sobre a realidade e que esteja voltada aos seus interesses. No entanto, as próprias condições impostas às classes dominadas são tão desumanizadoras que, entrando em choque com suas necessidades imediatas, contraditoriamente os impulsionam a lutar por melhores condições

de vida. A realidade duramente vivida pelas classes populares vai servindo de aprendizagem que se trata na verdade de algo histórico e não uma sina do destino.

Neste momento, ocorre a formação da consciência *transitivo-ingênua*, na qual as classes oprimidas iniciam a percepção das imposições e limites sociais, bem como da exploração e opressão desencadeadas pelas elites dominantes. Os oprimidos, nesse estágio, tornam-se classe em si no sentido mesmo que dão conta das necessidades de classe. O primeiro passo é descobrirem-se hospedeiros do opressor, para, na negação do mesmo, constituírem uma ação emancipadora (FREIRE, 1984, 2005).

O movimento hip-hop, por meio de seus elementos artísticos e práticas político-organizativas, tem servido de base propulsora para uma transformação na concepção de mundo das pessoas envolvidas em seu campo de ação, que vai da desconstrução do pensamento hegemônico à constituição de uma consciência crítica e histórica da realidade que os cerca.

Para superar o estágio da consciência *transitivo-ingênua*, daquela que percebe apenas as *necessidades de classe*, e chegar à elaboração de uma consciência crítica, onde os oprimidos se tornem *seres para si* é necessário no processo de conscientização duas questões fundamentais: a denúncia das estruturas de dominação; o anúncio de uma nova realidade, vinculada aos interesses dos dominados (FREIRE, 1984).

Sendo assim, uma característica fundamental da consciência crítica é a intencionalidade. “Toda consciência é sempre consciência de algo que se intenciona”. (FREIRE, 1984,

p. 144). Segundo este autor, a consciência sobre si resulta na consciência sobre o mundo, pois se percebe em meio à realidade, como sujeito histórico.

Com efeito, ter conhecimento de que os condicionamentos históricos, materiais exercem uma influência poderosa nos modos de pensar e agir, não significa anular o fazer humano. “O fato mesmo de se ter ele tornado apto a reconhecer quão condicionado ou influenciado é pelas estruturas econômicas o fez também capaz de intervir na realidade condicionante”. (FREIRE, 2001, p. 326).

Numa sociedade dividida em opressores e oprimidos, estes devem possuir a consciência crítica da opressão para lutarem contra ela, que, no entanto, se formará apenas “na práxis desta busca”. (FREIRE, 2005, p. 41). Pois, a situação opressora se por um lado domina e acarreta autodesvalorização, por outro lado, faz imergir a consciência do oprimido.

O simples conhecimento crítico da situação opressora, no entanto, não é suficiente para transformá-la, no sentido de sua eliminação. A consciência crítica, construída na práxis, só se consubstancia em sua *inserção crítica*, isto é, na organização e ação concretas dos oprimidos em busca da transformação da realidade. “Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual eles devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se *inserem* nela criticamente” (FREIRE, 2005, p. 44). A realidade deixa de ser percebida como algo fixo, imutável e torna-se dinâmica, mutável.

[...] se não há conscientização sem desvelamento da realidade objetiva [...] não basta ainda para autenticar a conscientização. [...] A sua autenticidade se dá quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática de transformação da realidade. (FREIRE, 1984, p. 145).

Ou seja, não basta refletir sobre a realidade, conhecer suas imposições e limites, ter clareza sobre as *necessidades de classe*, entender as formas de domínio e manipulação dos opressores, é preciso, mais do que isso, organizar-se coletivamente, intervir na realidade no sentido de modificá-la em proveito próprio. Para se adquirir a consciência crítica torna-se imprescindível a passagem da *necessidade de classe*, característica da consciência *transitivo-ingênua*, ou *classe em si* para o nível de *classe para si*, isto é, consciência da necessidade da reflexão e ação, da práxis transformadora, como, sujeitos históricos. Nesse sentido, os livros e a leitura sempre foram fundamentais nesse processo.

O movimento hip-hop é composto principalmente por jovens negros (as) que sofrem discriminação racial e geralmente são estigmatizados como marginais. Por conta dessa situação, a partir da inserção no movimento, existe uma construção, valorização e resgate dos referenciais da cultura e história dos negros (as) no Brasil. O movimento, nesse sentido, contribui substancialmente para a constituição de uma identidade étnico-racial valorizada em meio a um contexto de discriminação racial e exploração social.

Segundo Freire (2005), para romper com a dominação, urge eliminar a dualidade dominador-dominado. O proble-

ma é que o “medo da liberdade” torna-se característica dos dominados, visto que estão ainda impregnados dos mitos que o formam. Romper com estes é um ato de violência contra si mesmo, motivo pelo qual muitos hesitam em fazê-lo. Isso, porém, passa por um processo profundo de conscientização no qual os oprimidos devem romper com as visões estigmatizantes sobre si mesmos e lutarem pela modificação das estruturas que fortalecem e sustentam tais estigmas e estereótipos.

É necessário chegar aonde os estereótipos se originam, onde existem os que se apropriam dos meios de produção usufruindo em proveito próprio e os que são explorados e oprimidos em detrimento do privilégio daqueles.

Enquanto o negro não for capaz de converter-se em agente histórico pela destruição do sistema que o negou durante séculos não estará esgotado o ciclo que se instaurou com os primeiros negros quilombolas: o da busca de sua completa emancipação como ser social e como ser individual. (BERND, 1987, p. 42).

O hip-hop não é constituído apenas de negros e negras, mas existe uma parcela significativa de jovens pobres não-negros(as) que se inserem nesse movimento. Nessa direção, há também um sentimento de classe que perpassa na dinâmica de suas práticas. No entanto, a maior parte desses(as) jovens, em razão do desemprego e das poucas oportunidades de acesso e permanência na escola, vivem em situação de precariedade social, ou seja, fora do mercado de trabalho.

Em razão disso, os referências clássicas da luta de classes pautados na luta entre operários *versus* burguesia são redimen-

sionados no campo do hip-hop. O pertencimento de classe no movimento é reelaborado a partir de uma vivência comum de exploração e opressão conjunta aos moradores da periferia.

No caso da identidade étnico-racial por meio do resgate dos referenciais históricos e culturais de matriz negra, a juventude ligada ao hip-hop pôde reconstruir suas identidades, antes negadas e/ou estigmatizadas, e assim consolidaram um ponto de partida adequado e necessário à mobilização (MUNANGA, 1999). Como disse Abramovay et al. (1999, p. 143- 144):

[...] esses jovens reagem à exclusão, buscando alternativas de sociabilidade cujos traços peculiares são a transformação do seu próprio estigma em elemento de identidade e a utilização ostensiva e violenta deste como forma de conquistar respeito.

Tal afirmação pode ser apreendida, por exemplo, na música Quilombo, do grupo de *rap* maranhense Raio X do Nordeste, quando dizem:

Continuar passivo, não dá,
Isso é uma guerra, então vamos lutar.
Quilombo dos Palmares surgiu,
A maior concentração de negros do país,
Objetivo lutar, pela liberdade negra.
Muitas mortes, infelizmente,
Mas o quilombo, resistiu, persistiu, nunca desistiu.
Liderado por Ganga Zumba até Zumbi, deixou em mim,
A maior prova que quando queremos, podemos!
Mesmo que muito sangue, muitas vidas podem se perder,
A persistência pelos meus direitos,

Eu sempre vou ter, posso até morrer.
 Mas, não vou me entregar,
 Com mesmo sangue de preta Dandara,
 Negro Cosme, Luiza Mahin,
 Que lutaram por mim,
 Que sou um preto e pobre vítima do capitalismo daqui [...]
 (RAIO X DO NORDESTE, 2016)

O resgate da memória histórica de resistência e de afirmação da identidade étnico-racial, no movimento hip-hop Quilombo Urbano pode ser vista a partir da valorização de nomes da história que pouco se conhecem e se estudam nas escolas do Brasil, como Dandara, Luiza Mahin, Negro Cosme, etc. E esse resgate deve ser seguido de muita luta, pois mesmo que exista violência, a desistência não deve ocorrer jamais, como diz a letra em destaque.

Intervir na realidade e ter uma postura mais crítica, no entanto, não é exclusividade do hip-hop maranhense. Como têm demonstrado inúmeras pesquisas em todo o Brasil (TELLA, 2000; SILVA, J., 1998; FELIX, 2005), o hip-hop, *grosso modo*, tem estimulado a autoestima, a denúncia da realidade opressora e a necessidade de sua transformação. Mais do que uma imagem apocalíptica do lugar no qual vivem, os jovens do movimento hip-hop têm procurado fazer uma leitura que se por um lado, aponta para a miséria, violência e drogas, por outro lado, há trabalhadores, diversão, confraternização e aposta num futuro melhor.

Mesmo tendo em vista suas diferenças regionais, contradições e conflitos, os integrantes do hip-hop fazem parte de um conjunto de manifestações da cultura popular que como

diz Hobsbawm (1999), tem como características mito e sonho, mas também protesto e resistência.

Nesse sentido, numa sociedade marcada por fortes desigualdades sociais e raciais existe, pois, uma disputa pelo controle das formas de dominação e consequentemente dos instrumentos de reprodução das visões de mundo, que estejam voltadas aos interesses da classe ou grupos detentores do poder.

Diante do exposto, evidenciamos a análise de Saviani (1991), segundo a qual, na disputa pelo controle dos meios de poder e reprodução das visões de mundo decorrentes desse domínio, encontra-se um elemento fundamental: a Educação. Diante disso, uma educação que se volte aos objetivos dos oprimidos deve conter duas perspectivas: a crítica à ideologia dominante, por um lado; e a constituição de uma visão de mundo atrelada aos interesses dos subalternizados, por outro lado.

Visto que uma das características principais do hip-hop é a crítica e desconstrução dos padrões e valores hegemônicos que estigmatizam as classes subalternas, ao mesmo tempo em que um outro referencial étnico-racial e social para os envolvidos com este é construído, compreendemos o hip-hop como um movimento político-cultural que pode possibilitar a edificação de uma identidade social coletiva, no caso específico a identidade étnico-racial e uma consciência crítica, no sentido de refletir e intervir na realidade, a fim de transformá-la. Sendo assim, tem a possibilidade de apresentar-se, também, como um importante instrumento educativo das classes populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens envolvidos com o hip-hop perceberam que poderiam ser mais, que os valores e estigmas com os quais conviviam, bem como a realidade desigual, poderiam ser modificados. O hip-hop aparece, então, como uma possibilidade de auto-afirmação, valorização e organização política da juventude negra e pobre residente dos bairros periféricos das grandes cidades, em meio a um contexto de caos urbano e desigualdades socioeconômicas. Abramovay et al. (1999, p. 144) chama atenção para “[...] a existência de alternativas inovadoras – [...] – nas quais a elaboração e a denúncia de violência e da exclusão tornam-se parte do próprio processo de construção da identidade social dos jovens e um relevante elemento constitutivo da mesma”.

No Maranhão, isso se consubstanciou por meio da criação do movimento hip-hop Quilombo Urbano, que através de uma série de atividades artísticas e políticas, que se materializam em práticas de liberdade e inclusão social, constituíram uma identidade étnico-racial mobilizadora e uma consciência crítica, no sentido de relacionar a imediaticidade das lutas específicas, tanto econômicas quanto raciais, com as lutas mais gerais.

Com efeito, por meio de uma educação popular, utilizando-se de práticas político-organizativas e artísticas, o hip-hop tem possibilitado a reelaboração da identidade étnico-racial, resgatando valores da cultura e da história negra antes negados no contexto da sociedade brasileira de herança escravista e

capitalismo dependente, mas, para além da identidade, consegue formar uma consciência crítica, objetivando transformar a realidade e edificar uma sociedade onde a discriminação de raça e a exploração social sejam eliminadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers:** juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FÉLIX, João Batista de Jesus. **Hip Hop:** cultura e política no contexto paulistano. Tese (Doutorado em Antropologia social). São Paulo: USP, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. Extensão e invasão cultural. In: SOUZA, Ana Inês (Org.). **Paulo Freire:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- _____. **Ação cultural para a liberdade.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. Quatro cartas aos animadores de Círculos de Cultura de São Tomé e Príncipe. In: BEZERRA, Aínda; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.). **A questão política da educação popular.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GÍRIA VERMELHA. **Pode me sangrar.** São Luís, MA: Periafricana Produções, 2016. 1CD.
- GOG. **O Incendiário.** Brasília, DF: Só balanço, 2005. 1CD.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História.** Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991.** São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RACIONAIS MC'S. **Negro Limitado.** São Paulo: Zimbabwe, 1992. 1CD.

RAIO X DO NORDESTE. **Quilombos.** São Luís, MA: Periafricana Produções, 2016. 1CD.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 10. ed. São Paulo: editora Cortez/Autores Associados, 1991.

SILVA, José Carlos Gomes da Silva. **Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana.** Tese (Doutorado em Antropologia). Campinas: UNICAMP, 1998.

TELLA, Marco Aurélio Paz. **Atitude, Arte, Cultura e autoconhecimento: o rap como voz da periferia.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC, 2000.

O LIVRO E A LEITURA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE LIVRE

Felipe Lindoso

1 INTRODUÇÃO

Mary Ferreira é um prazer estar mais uma vez aqui em São Luís, cidade que visitei várias vezes a convite do meu amigo Haroldo Sabóia, e também em uma ocasião, quando eu ainda era antropólogo (agora aproveito o que aprendi como tal para tratar dos temas de livro, leituras e bibliotecas), a caminho de Zé Doca, onde pesquisei dados sobre a Colone, antigo projeto da Sudene, liquidada em 1998, sabe-se lá por que razões.

Mas esta visita me é especialmente prazerosa, por me permitir vir aqui em função da FeliS (Feira do Livro de São Luís). Devo dizer que, apesar do acrônimo não resultar ortograficamente correto, estou realmente feliz por estar aqui na FeliS, falando sobre o tema ao qual venho me dedicando há 20 anos. É um tema que passou a me interessar quando, junto com a minha mulher, que hoje é romancista e autora de

livros infanto-juvenis, Maria José Silveira, e o então já famoso escritor Márcio Souza, fundamos a Editora Marco Zero. Experiência que durou 18 anos e que me levou definitivamente para a área do livro e da leitura. Eu queria saber as razões pelas quais os livros tão bons que editávamos não vendiam tanto quanto precisávamos. A partir daí, cheguei aqui...

Quando comecei a pensar no tema de hoje, logo cheguei à conclusão de que a questão remetia, em primeiro lugar, à cidadania. Cidadania e direitos do cidadão, e como foram alcançados. Um dos pontos que me chamava atenção era o que está na letra da lei – inclusive na Constituição Federal – contrastado com o que acontece na prática.

O livro e a leitura como parte da construção de uma cidade livre – diria até que o tema é, no fundo, como o livro e a leitura contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Porque a democracia não se expressa apenas na lei, mas nas condições políticas e sociais para cumpri-la.

Os cidadãos moram nas cidades – na verdade, mais preciso seria dizer nos municípios, embora a população rural esteja em declínio relativamente rápido, e não seja intenção minha subestimar suas lutas – e é nas cidades, portanto, que se concentra essa luta pelo aperfeiçoamento democrático de nossa sociedade, que se expressa na busca desse direito ao livro e à leitura, entre tantos outros. Não falo em “luta” à toa. As leis representam, por um lado, uma face dos avanços na luta pela cidadania. Mas entre a lei e a prática há sempre uma grande distância, como sabemos.

A Constituição de 1988 representou um enorme avanço nessa questão. Muitos dos anseios da luta democrática contra a ditadura foram expressos na Carta Magna. Lá, no artigo 6, está explicitado que: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Bonito, não? Mas não é o único artigo a tratar disso.

Lá adiante, no artigo 215, afirma a Constituição que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. E prossegue, no § 3.º:

A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988).

E paremos por aqui, por enquanto. Agora, vamos direto ao PNLL – Plano Nacional do Livro, Leitura, que foi construído com uma participação bastante significativa da população, precisamente no sentido de, mais tarde, fazer parte do Sistema Nacional de Cultura, esse, sim, previsto na Constituição. Usarei, aqui, trechos de uma espécie de “aula” que dei na USP, a

convite do professor Perroti, faz alguns meses. Boa parte do que quero colocar para o nosso diálogo está naquela conversa com alunos do Curso de Comunicação da universidade, mais algumas experiências e reflexões recentes.

Vejamos alguns aspectos do PNLL.

O Plano está estruturado em quatro grandes eixos, a saber: 1. Democratização do acesso ao livro; 2. Formação de mediadores para o incentivo à leitura; 3. Valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; 4. Desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional.

O PNLL não fala especificamente do “direito” à cultura letrada. Nem mesmo do direito do acesso ao livro. O eixo se refere à “democratização do acesso ao livro”, “incentivo à leitura e o incremento do seu valor simbólico”.

Hoje, repensando os já 11 anos decorridos desde as discussões que fundamentaram a elaboração do PNLL, acho que realmente falta a menção explícita à questão que eu definiria como “direito ao acesso à cultura letrada”. Não apenas “democratização do acesso” – que, sem dúvida é fundamental – mas direito de acesso ao livro e à leitura. Tal como há um esforço continuado para garantir o direito à saúde e à educação.

Essa formulação, entretanto, precisa da famosa “mediação”. Como a entendo?

Em primeiro lugar, direito ao acesso remete imediatamente ao direito de receber uma boa educação fundamental. Direito a um processo decente e eficiente de letramento. As

evidências estão aí: o processo educacional em nosso País lembra um tanto as tarefas de Sísifo. O letramento deficiente leva à má compreensão dos conteúdos, às questões do analfabetismo funcional e às dificuldades de apreensão das operações fundamentais da aritmética e ao atraso geral no processo educativo. O letramento deficiente está na raiz das classes de reforço, nas eternas discussões sobre a progressão continuada. Reflete-se também na qualidade da formação profissional, seja no nível mais básico da leitura de manuais de instrução até o ensino médio e o superior. Como anda a capacidade de leitura dos alunos que passam por todos os gargalos e conseguem chegar à universidade?

A situação dos que já estão na universidade remete a duas outras. A primeira é a questão de classe. Sim, a velha e sempre mal falada questão de classes, e da famosa luta de classes.

Os filhos da burguesia, que frequentam escolas de elite, começam por ter um bom letramento. E esse ponto de partida é fundamental.

Muita gente gosta de lembrar que o “ensino primário” das décadas de antes da de 60 era “de qualidade”. Poucos se lembram que era, também, de elite. Sempre estudei em escolas públicas. O primário – na época se chamava assim, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Lembro que, em uma classe de 20 ou 30 alunos, havia um negro e um “caboclo”, esse eufemismo para designar os índios destribalizados. Os dois recebiam a ajuda da “caixa escolar”, sustentada pelos pais dos alunos de classe média alta ou da burguesia para ajudar os “alunos

pobres”. O ensino particular era muito desprestigiado, exceto as escolas de religiosos, com toda a carga que isso implicava. Eram conhecidos como “pp” – pagou, passou.

Verdade é que hoje uma boa parte das escolas particulares continua assim, com os professores como “baby sister” dos filhinhos de papai que fazem questão de dizer, aos pobres professores que tentam manter a disciplina, que “papai” é quem paga os salários deles. Mas, na verdade, nas melhores escolas particulares é que hoje se recebe o ensino de melhor qualidade. Pagando-se o que se paga de anuidades.

Lembro quando, nos anos 80 –eu morava no Rio de Janeiro–, o Brizola e o Darcy Ribeiro lançaram os CIEPs. Minha primeira reação: “É muito cara a manutenção disso”.

Felizmente, mantenho aceso meu espírito autocrítico. Tinha um filho em idade de alfabetização, e que estava em escola particular. E logo percebi: Se gasto o que gasto para dar uma boa educação para meu filho, por que diabos não quero que o governo gaste o mesmo para melhorar as condições de ensino dos meninos das classes populares?

E a verdade é que, até hoje, as tentativas que são feitas nesse sentido acabam sabotadas e desvirtuadas. Cieps, CEUs e tantas outras iniciativas permanecem isoladas e são progressivamente desvirtuadas e não prosseguem. E olhem que isso começou com o projeto da Escola Nova, do Anísio Teixeira, ainda na década de 30.

O que isso reflete se não uma continuada e acirrada luta de classes dentro do processo educativo?

A segunda questão que essa formulação suscita é a da integração entre cultura e educação no âmbito das esferas administrativas.

O PNLL menciona a necessidade de integração entre os Ministérios da Cultura e da Educação e “outros ministérios e agências” para a sua aplicação.

Na verdade, como vimos, o que se chama de “integração” é ainda pouco. Quando falamos de “cultura letrada” – e vou me restringir a esse aspecto da questão – existe necessidade de uma verdadeira simbiose entre as ações da educação e da cultura.

Mas essa separação é muito profunda e, na verdade, está na origem da separação administrativa entre educação e cultura.

Lembremos que anteriormente o MEC tinha essa sigla, porque era o Ministério da Educação e Cultura. Ficou a sigla, mas a cultura foi para outro canto.

Na minha opinião, o que está por trás disso é uma visão meramente utilitarista da educação, por um lado, e uma visão que restringe a cultura ao campo do “simbólico”. O utilitário: ensinar os mecanismos da leitura, da Matemática, das ciências. Tudo é prático e utilitário, existem metas quantitativas a serem alcançadas. Evidentemente é um exagero falar assim, pois os melhores educadores têm consciência da multidimensionalidade do processo educativo. Mas essa dicotomia entre uma visão “utilitária” e uma visão “simbólica” aparece também no

PNLL, que destaca fatores “qualitativos e quantitativos” para seu sucesso. Os qualitativos são:

“a) o livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população; b) devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e as novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura; c) deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade”.

Ou seja, a questão básica do letramento inicial nem é colocada como fator fundamental para o sucesso do plano. O terceiro item pede “escolas que saibam formar leitores”. Para mim, hoje, fica evidente que a formulação deixa a desejar. Até porque, quando trata dos fatores “quantitativos”, a dicotomia entre leitura e escola permanece:

“Os fatores quantitativos são: d) deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos; e) o preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores”.

No parágrafo seguinte do PNLL, o assunto é um pouco matizado, ao ser mencionada, travestida, como “competência em informação”: “É importante frisar que esse destaque à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas está estreitamente associado à questão geral da competência em informação (in-

formation literacy) e do aprendizado ao longo da vida, aspectos que têm merecido especial atenção por parte da UNESCO em diretrizes e políticas mundiais para os próximos anos. Sob essa perspectiva, a competência em informação encontra-se no cerne do aprendizado ao longo da vida, constituindo direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social”.

Enfim, no PNLL, a integração entre educação e cultura, entre a capacidade do “direito à cultura letrada” e a escola, só aparece pelas ramas.

A simbiose entre educação e cultura – e o direito ao acesso à cultura letrada – não se esgota, porém, no âmbito administrativo, aos respectivos ministérios. Por ocasião da discussão, para a preparação do PNLL, fiz um levantamento de que outras áreas da administração pública federal deviam se integrar para o sucesso de um plano desse gênero. Não guardei esse papel, mas de memória, além dos ministérios da Educação e da Cultura, lembro: Ciência e Tecnologia, por óbvio; Relações Exteriores, pela projeção da cultura nacional no exterior, incluindo evidentemente a produção literária; Agricultura, em dois níveis. A Embrapa é uma grande produtora de conhecimento técnico e científico na área, e também de material relacionado com a assistência técnica. Ou seja, com formação através – também – de materiais escritos; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – sem formação, babau. Diga-se, de passagem, que o MDA vem desenvolvendo um

enorme esforço, com as Arcas de Livros, mas de forma completamente autônoma, sem nenhuma integração com outros programas governamentais; Indústria, Comércio e Desenvolvimento. Considerem o gigantesco processo que se desenvolve no âmbito da economia, com a transformação cada vez mais acelerada de uma economia industrial e uma economia com um peso muito maior em serviços. Como capacitar e preparar os trabalhadores para essa grande transformação sem uma ênfase particular no acesso à informação através da leitura?

Essas dificuldades são acentuadas pelo fato da administração pública – em todos os níveis – sofrer um forte processo de “feudalização”. O que é de cada ministério é só dele e ninguém mete o bedelho. Ações integradas são difícilísimas se de concretizar.

Isso deriva em parte de nossa estrutura política e partidária, na qual os ministérios começam por se transformar em “propriedade” dos delegados de partidos, nomeados ministros. E a pinimba vai descendo: o ministério foi “de porteira fechada” ou não? Daí que não é nenhuma surpresa que, quando muda o ministro, até a copeira que serve cafezinho é trocada. Se a continuidade administrativa é difícil, a integração interministerial, então, é uma fábula a ser perseguida. Evidentemente, da boca para fora, todos os ministros falam em trabalho conjunto. Quem já viu e viveu de perto isso sabe muito bem que as dificuldades são quase insuperáveis. E se repetem no âmbito dos estados e municípios, além das dificuldades de integração entre si dessas esferas federativas.

De qualquer modo, essas observações apontam para um problema fundamental, de base, do PNLL. O plano não possui nenhuma estrutura operacional. Depende da “boa vontade” dos respectivos ministros.

Em que pesem os esforços e a dedicação do professor José Marques Castilho, seu secretário-executivo, isso é absolutamente insuficiente. Infelizmente, a criação de um órgão que pudesse dispor de instrumentos de ação institucional mais eficazes se torna cada vez mais remota com a presente crise.

Evidentemente, isso tem um reflexo profundo, quando descemos ao nível das cidades. Nessas, principalmente, essas questões se refletem na prática do cotidiano de todos: professores, bibliotecários, agentes de leitura. Enfim, de todos que se preocupam com o assunto.

Que tipo de ação entre as secretarias – Educação e Cultura, principalmente – existiu para a existência da FeliS? Se houve, sinceramente, tenho certeza de que isso foi o resultado do empenho pessoal, quase insano, de quem se dispôs a organizar a feira, mobilizando desde a universidade até os órgãos estaduais e municipais. Sinceramente, nem sei se houve apoio da iniciativa privada, mas não vou me deter aqui nos mecanismos de incentivo fiscal. É outro “mar tenebroso”, como diria Camões.

A FeliS, como tantas outras iniciativas, nos dá um alento de esperança. A multiplicação das feiras e festivais de livros nos últimos anos mostra algumas coisas. Primeiro, a crescente demanda da população por esse tipo de eventos. Que haja o boi-bumbá, o carnaval e outros eventos populares. Mas agora,

a companhia das feiras e festivais literários faz um contraponto. É um momento de encontro entre autores e seus leitores. E esse contato motiva, com certeza. E a presença da demanda popular, meus caros, é o caminho para que as bibliotecas compartilhem com as escolas esse anseio da população por mais cultura, junto com mais educação (e de melhor qualidade).

A importância do surgimento e crescimento desses eventos locais é, sem dúvida, um fator de impacto. Sempre digo que os prefeitos não mais se atrevem a inaugurar um conjunto habitacional sem que haja escola por perto. Temos que lutar para que a demanda por bibliotecas – bibliotecas de qualidade, com acervos decentes, integradas em sistemas, passe a fazer parte do imaginário dos habitantes das cidades. Essa tarefa de “propaganda”, da importância fundamental das bibliotecas e do acesso ao livro, tal como a que foi feita por Anísio Teixeira e seu grupo da Escola Nova, e que foi importante para que a exigência a educação se transformasse em demanda social. A “propaganda” pelo acesso ao livro é uma tarefa que cabe a nós, que acreditamos no papel do livro e da leitura na formação de cidadãos, se torne cada vez mais presente.

É bom lembrar a história da gênese da biblioteca pública moderna. Matthew Battles, que foi curador da biblioteca de livros raros de Harvard e hoje trabalha com o Robert Darnton na construção da Biblioteca Pública Digital dos EUA, é o autor de *A Conturbada História das Bibliotecas*. Um livro fascinante, que recomendo a todos. Foi editado aqui pela Planeta que, infelizmente, não o reeditou depois de esgotada a primeira edição.

Nesse livro, Battles mostra como o surgimento da biblioteca pública moderna deu-se em função, na Inglaterra, do movimento sindical, que buscava criar meios para o auto aperfeiçoamento pessoal, intelectual, técnico e científico dos operários. O mesmo espírito se transferiu para as bibliotecas nos EUA. O sistema de classificação decimal, inclusive, foi inventado por Dewey para facilitar, com a classificação, a busca dos livros pela infinidade dos ramos do conhecimento humano.

Em uma palavra, as bibliotecas públicas modernas nasceram sob a égide da universalidade do acervo e da visão da democracia no acesso ao conhecimento, através da cultura letrada. Cada frequentador tinha o direito de encontrar nas bibliotecas o que necessitasse para a satisfação de suas necessidades intelectuais, de conhecimento, de formação pessoal, etc. Os bibliotecários estavam ali para ajudá-los a encontrar os livros que desejassem. Essa história ficou incrustada em algumas sociedades, mas estamos muito longe disso aqui na Pindorama.

As bibliotecas públicas deveriam ser, em primeiro lugar um serviço público, e de qualidade. Nesse sentido, a construção de seus acervos deveria correr ao longo de dois eixos.

O primeiro é o da atenção ao público que a frequenta. Quem entra em uma delas deveria ser atendido na satisfação de suas necessidades. Quer um livro que ensine a construir lajes, que o tenha. Quer literatura, que tenha a mais ampla opção. Quer filosofia, que encontre aquela que responda às suas

necessidades intelectuais e espirituais. O bibliotecário deveria atendê-lo no sentido de que encontre o que deseja.

Em segundo lugar, além de crescer segundo as necessidades manifestas ou esperadas do público a que serve, o acervo deve abrir possibilidades, democraticamente. Abrir a possibilidade de ampliar horizontes, despertar curiosidades, aumentar o campo de ofertas em todas as áreas. Mas, sem perder de vista o público específico daquela biblioteca. As características desse público é que devem orientar o crescimento do acervo.

A forma de atender a demandas específicas, já que nenhuma biblioteca pode ter acervos completos, também já se desenvolveu há mais de um século: redes de bibliotecas e empréstimos interbibliotecas. Infelizmente, a inexistência disso por aqui representa outro atentado contra o direito democrático do cidadão dispor do que deseja ler.

Mas, sinceramente, o pior nem é isso.

O pior, desde meu ponto de vista, é a insistência na eliminação da autonomia da escolha dos acervos das bibliotecas, que é sistematicamente retirada dos bibliotecários, que recebem verbas absolutamente insuficientes (quando recebem), e dependem da praga do fornecimento centralizado de acervos.

A insistência em retirar dos bibliotecários e dos usuários das bibliotecas o direito de participar da escolha dos acervos é o produto, no fundo, de uma visão elitista: livro bom é o que os “sábios” gostam.

O poder de definir o que os cidadãos podem – ou, pior, devem – ler – é um atentado violento, profundo e sistemático

ao direito democrático de escolher. O acesso aos livros (em todos os formatos), que deveria ser a consagração fundamental do acesso ao conhecimento letrado, é frustrado e retirado dos cidadãos. Tanto pela pobreza dos acervos, o desprezo pela importância das bibliotecas, como pela imposição dada por essas comissões ao que deve ser lido pelos cidadãos.

As histórias a respeito das compras centralizadas são escabrosas. Desde o envio de coleções completas das obras do Goethe, nos tempos do INL, até a das obras completas do Padre Vieira e uma edição do “O Uruguai”, do Basílio da Gama, na primeira edição do Programa Biblioteca na Escola, ainda na gestão do Paulo Renato.

Mas, voltando à observação do início, todos nós moramos nas cidades, e é a partir delas que temos que começar nossas ações para democratização do livro e da leitura, para ajudar a construir nossa cidade livre e contribuir para a construção de um Brasil mais justo e democrático. Então temos que trazer essas demandas e a busca de soluções para nossas cidades.

De certo modo, a trilha está assinalada. Só poderemos realmente influenciar no panorama nacional se começarmos fazendo bem o dever de casa.

Temos que lutar, na nossa cidade, para que exista um Plano Municipal do Livro, Biblioteca e da Leitura. Como está a situação atual e onde queremos e podemos chegar, nas nossas cidades? Como estão as bibliotecas da cidade? Em número, distribuição pela área do município, sem esquecer que a população mais pobre tem prioridades e urgências maiores. Como está o acervo das bibliotecas, quantitativa e qualitativamente?

um fundo, apesar da triste realidade que vivemos, isto uma demanda dos eleitores a ser atendida. Cada uma delas tenha uma biblioteca. Como fazer para que as bibliotecas da cidade, tanto as públicas como as comunitárias, funcionem em rede? Quantas bibliotecárias estão disponíveis para coordenar essas bibliotecas? E os técnicos, agentes de leitura, como estão em número, e em capacitação para suas tarefas? Como integrar as escolas e exigir o cumprimento da lei que determina que cada uma delas tenha uma biblioteca? Que iniciativas de promoção da leitura existem e como é possível recolher e difundir as experiências que deram resultado?

O diagnóstico é a primeira medida, para que se estabeleça uma lista de reivindicações e um plano de ação. É bom lembrar que esse plano de ação depende da mobilização popular para se tornar realidade. O convencimento de líderes comunitários, dos vereadores, dos agentes de saúde para que apoiem – melhor dizendo, assumam também essa luta – é crucial para o sucesso das reivindicações. Não nos iludamos. Os políticos mais conscientes são sensíveis aos argumentos sobre a importância das bibliotecas, mas reagem de verdade, quando existe uma demanda dos eleitores a ser atendida.

São tarefas imensas que se colocam pela frente. Mas, se acreditarmos nisso, teremos forças para superar as dificuldades e seguir adiante. O Brasil é maior que seus problemas, e nosso povo, bem ou mal, já superou dificuldades maiores do que as que enfrentamos agora, e enfrentará as circunstâncias atuais, Tenho certeza.

2 CONCLUSÃO

No fundo, apesar da triste realidade que vivemos, sou um otimista, gosto de pensar nas iniciativas que vêm de baixo, da população pobre das nossas cidades que percebe a importância dos livros e do acesso à cultura letrada.

Na última FLIP, participei de uma mesa-redonda com a professora Tania Rösing – que talvez alguns conheçam, das Jornadas de Leitura de Passo fundo, um lindo projeto que está sabotado pelos ciúmes de uma reitora. O outro participante era o escritor Marcelino Freire. Marcelino Freire estava ali em função do programa Quebra, que ele desenvolveu, com Jorge Filholini, como selecionado no Programa Rumos, do IC.

Pois bem, o Marcelino relatou que encontrou nessas suas viagens algumas coisas comoventes e demonstrativas do anseio da população pelos livros e pela leitura, com saraus, encontros e diferentes tipos de iniciativas de raiz para minorar esse problema. Um desses exemplos foi o de uma espécie de sarau que ele encontrou em uma cidadezinha. Um grupo de pessoas que gostava de poesia se reunia em torno de um deles que se encarregava de decorar poemas de alguns dos poucos livros disponíveis. Decorar e recitar para os demais. Como não havia exemplares para todos, se revezavam para compartilhar esses poemas. Vídeos, fotografias e depoimentos do projeto podem ser vistos no site www.quebras.com.br.

Outro exemplo é um vídeo produzido pela Edições SM em 2006, por ocasião do 2º. Prêmio Barco a Vapor, que mostra

a iniciativa de construção de uma biblioteca comunitária em um prédio invadido no centro de São Paulo. Severino Manuel da Costa, Lamartine Brasiliano e Roberta Maria da Conceição dão seu depoimento. Em entrevista posterior, Severino revela que o livro ali mostrado não apenas foi o primeiro que ele conseguiu, mas o mais solicitado nos primeiros meses da ocupação: Eletricidade Básica.

Outro vídeo é uma entrevista com Sérgio Vaz, produzida pelo Itaú Cultural, sobre as atividades do Sarau da Coopera-rifa, uma impressionante iniciativa de produção de literatura na periferia de São Paulo. Programa fundamental para quem queira entender a dinâmica dos movimentos populares em torno do livro e da leitura na maior metrópole do País. Todas as quartas-feiras, no Bar do Zé Batidão. Rua Bartolomeu dos Santos, 797 Chácara Santana. Periferia-SP.

O terceiro é uma entrevista com Claudemir Cabral, um jovem morador de Paraisópolis, uma enorme favela paulistana, que fundou, organiza e mantém uma biblioteca comunitária na favela.

Com estas observações evidentemente não pretendi esgotar o tema proposto. Simplesmente, aproveitei a oportunidade para apresentar a vocês algumas das minhas angústias de viver essa coisa insana, mas profundamente visceral, que é contribuir para que nosso País seja realmente um país de leitores.

Com certeza existem iniciativas semelhantes espalhadas pelo nosso Brasil. Reconhecê-las e dar-lhes o devido valor e di-

vulgação também é importante. Desperta o desejo em outras pessoas de seguir o exemplo.

Termino aqui, depois de apresentar a vocês, sobretudo as minhas angústias e anseios de observar o cotidiano dos que batalham por termos não apenas cidades, mas um País que valorize o livro e a leitura como instrumentos essenciais para o desenvolvimento de nossa sociedade e fortalecimento da nossa ainda frágil democracia.

Muito obrigado.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA Prestes Maia: Um abrigo entre os livros. DVD Prestes Maia Título 01 01. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T4_Dnzi4y88

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

VAZ, Sérgio. **Sarau da Cooperifa, Jogo de Ideias**, 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PKZ9TO_YCnM

PROJETO Bibliotecas comunitárias em Vídeo: Becei Paraisópolis. Disponível em: <https://youtu.be/0wH9YGHZBIw>

O LIVRO COMO OBJETO DE CENSURA E RESISTÊNCIA

Maria Mary Ferreira

O ANALFABETO POLÍTICO

O pior analfabeto

É o analfabeto político,

Ele não ouve, não fala,

nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida,

o preço do feijão, do peixe, da farinha,

do aluguel, do sapato e do remédio

dependem as decisões políticas.

O analfabeto político

é tão burro que se orgulha

e estufa o peito dizendo

que odeia a política

Não sabe o imbecil que,

da sua ignorância política

nasce a prostituta, o menor abandonado,

e o pior de todos os bandidos,

que é o político vigarista,

pilantra, corrupto e o lacaio

das empresas nacionais e multinacionais.

(Bertholt Brecht).

1 INTRODUÇÃO

O poema de Brecht é bem ilustrativo para iniciar este texto e que possa inspirar a escrita de outros textos. O analfabeto político citado no poema de Brecht é aquele que odeia política, por isso não participa dos acontecimentos do País, se pondo, portanto, à parte das decisões que lhe afetam. O analfabeto político pode também ser aquele que diz não gostar de livros, que sabe ler, mas não se debruça na obra de qualquer autor. Como nos lembra o grande poeta Mário Quintana: “O verdadeiro analfabeto é aquele que sabe ler, mas não lê”. Não sabe este ignorante que o livro abre portas, leva à imaginação, promove mudanças em quem lê. Pois, o gosto pelos livros cresce na medida em que cresce nossa inteligência, e com ela diminuem seus perigos, afirma Proust (2001) no belo prefácio do livro *Sésame et les Lys* de John Ruskin.

O livro, por si só, não muda o mundo ou traduzindo a expressão famosa de Quintana “Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas”. As pessoas só mudam e se transformam quando têm uma alma inquieta, um desejo de ampliar seus horizontes com uma mente aberta, para que o livro possa exercer sobre nós os seus efeitos. É como nos ensina Proust (2001, p.46):

[...] Um espírito original sabe subordinar a leitura à sua atividade pessoal. Ela não é para ele senão a mais nobre das distrações, sobretudo a mais enobrecedora, pois, somente a leitura e o saber dão as “belas maneiras” do espírito. O poder de nossa sensibilidade e nossa

inteligência, não podemos desenvolvê-lo senão em nós mesmos, nas profundezas de nossa vida espiritual. Mas, é nesse contato com os outros espíritos, contato que é a leitura, que se faz a educação das “maneiras” do espírito.

Ao escrever este texto, transfiro ao leitor, em especial aos alunos de biblioteconomia e aos bibliotecários, o desejo de refletir sobre a importância do livro e da leitura, ferramentas primordiais de nosso trabalho, e ainda, um instrumento capaz de promover liberdade, mudança social e transformação da realidade. O livro como elemento civilizatório está presente na vida dos povos e nações e ao longo do tempo vem transformando pessoas, costumes, ideias. O livro esteve e está presente como pano de fundo dos grandes acontecimentos e nas grandes revoluções. Por esta razão, foi em muitos grupos sociais proibido, censurado, perseguido.

O poder de transformação do livro é fato, embora ainda seja desconhecido de grande parcela da sociedade pela incapacidade de decifrar a palavra escrita. Os 12,9 milhões de analfabetos no Brasil, concentrados em sua maioria no Norte e Nordeste, refletem um lado do Brasil esquecido, um lado dos que não tiveram oportunidade de sonhar, pensar e refletir a riqueza e a pobreza deste país tão diverso quanto desigual.

Ao pensar o livro como objeto de censura e resistência, busco em minhas lembranças de infância e na minha própria experiência como me constitui leitora. Lembro-me que ao dominar os signos linguísticos, ávida por leitura, fui cerceada do direito de ler pela minha primeira professora. A pequena escola multisseriada, localizada na Ponta d’Areia, - hoje bairro

da elite maranhense – uma comunidade de pescadores pobres, foi lá que aprendi a ler e escrever, o ano era 1962, vivia sem saber o curto governo de João Goulart. O desejo de ler me fazia olhar com avidez a pequena estante de madeira, localizada no canto da sala de aula, fechada a “sete chaves”. Não me foi permitido usufruir deste objeto de desejo nos meus seis anos de idade.

Cresci com esta frustração! Esta frustração se acentuava quando lembrava que o acesso era permitido ao filho da professora, e, somente mais tarde fui ter consciência dessa injustiça. Olhava encantada o livro nas mãos do filho da professora e esticava o pescoço para ver as ilustrações belíssimas de Branca de Neve e os Sete anões, conseguia ver a maçã envenenada, embora ainda nem soubesse o que era uma maçã. Vi o sofrimento de Cinderela nas mãos da madrasta e tantos outros contos de fadas que fui ler depois de adulta quando comecei a trabalhar na Biblioteca Pública Benedito Leite, no carro-biblioteca que circulava nas comunidades pobres de São Luís, em 1978.

A censura que me foi imposta na infância não era algo deliberado, como foi o período da Era Vargas, ou no período do regime militar, que se instaurou no Brasil a partir de 1964. Foi uma forma de interditar e cercear meu direito à leitura. Acreditava a professora que aquelas crianças todas, filhos de pescadores analfabetos ou semianalfabetos, não saberiam cuidar com zelo dos livros doados àquela escola pelo governo federal.

As lembranças de minha infância se somam com as da juventude, quando descobri os autores românticos e em se-

guida os textos políticos – será neles que me debruçarei mais adiante neste texto – os quais me trouxeram luz, esperança, inquietação, raiva, angústia, desejo de justiça, igualdade, direitos... Os livros que li me deram discernimento e ajudaram a formar minhas ideias, me proporcionaram revolta, tristeza, mas também alegrias, saltos, sobressaltos, choro e emoção. Ajudaram-me a tirar dúvidas, mas, também, me trouxeram muitas interrogações e inquietações.

Neste ensaio, faço um esforço para apresentar a contribuição do livro em minha formação política, um esforço de reconstrução desta memória, dividido em três momentos: o livro como objeto de censura, o livro como objeto de formação política e de resistência. Neste item dialogo com os autores que exerceram papel importante no meu processo de formação e vida profissional, mas não separado da formação política.

Ao refletir sobre o livro como objeto de censura trago o pensamento de Maria Luiza Carneiro, de Chartier, e David Olson que me iluminam na construção da primeira parte deste texto, onde abordo a questão da censura aos livros e ao mesmo tempo sua capacidade de transgredir a partir do fundo da escuridão.

Na construção do texto, trago também o pensamento de Paulo Freire, que conheci no final dos anos 70, e com ele a compreensão da educação como prática de liberdade; Karl Marx, com quem aprendi que o mundo em que vivemos é marcado por relações de classe; com Florestan Fernandes que me ensinou que a sociedade pode ser ainda mais cruel do que foram nossos antepassados, quando segregaram os negros nas senzalas; com Simone de Beauvoir, que me fez compreen-

der que somos o segundo sexo, o sexo oculto, esquecido, discriminado.

Com Ortega y Gasset aprendi a missão de ser bibliotecária, missão esta que abracei como um caminho de luz e de esperança. Com ele descobri a importância de ser bibliotecária em uma sociedade que ainda não aprendeu a valorizar este ofício. Luiz Milanesi, que me ensinou a ordenar para desordenar. Com este autor aprendi que mais importante do que manter a ordem nas bibliotecas é construir a desordem nas cabeças e mentes destruindo o pensamento conservador, que nos mantém prisioneiros da sociedade capitalista e patriarcal.

Não é meu desejo passar uma imagem pretensiosa, mas, apenas dividir os momentos que me possibilitaram abrir os olhos e expressar meus descontentamentos com as injustiças que neste momento do golpe se repetem, depois de termos vivenciados tempos de inclusão.

2 O LIVRO COMO OBJETO DE CENSURA

O processo civilizatório, compreendido a partir da obra de Norberto Elias, reflete as singularidades da construção das nações e como cada povo construiu sua civilidade. A civilização como processo vista, pelo autor, nos permite compreender como os processos de transformações das sociedades em diferentes estágios construíram e eliminaram seus conflitos e tensões, ou os tornou mais brandos, para assim desfrutar

melhor a vida. O grau de civilização e o desenvolvimento dos grupos sociais, no entanto, não é obra de uma única pessoa, ou grupo de pessoas, mas, segundo Elias (1993), foi o somatório dessas transformações que permitiu a constituição da atual civilização. Porém, nos diz Elias (1993, p.273): “só quando essas tensões entre e dentro do Estado forem dominadas é que podemos esperar tornar-nos realmente civilizados”.

Neste processo civilizatório, o livro, a escrita e a leitura se constituem elementos vitais, pois possibilita conhecer a obra humana. “[...] a escrita não só nos ajuda a lembrar o que foi pensado e dito, como nos convida a considerar um e outro de modo diferente”, enfatiza Olson (1997, p.12). A revolução proporcionada pela escrita, a partir da Idade Média, permitiu que o testemunho sob juramento fosse substituído pelo documento escrito e a leitura silenciosa passou a ser uma opção à leitura pública. Sobre a leitura pública Chartier destaca seu papel relevante pois, “alimentava o encontro com o outro, sobre a base da familiaridade, do conhecimento recíproco, ou do encontro casual, para passar o tempo”. Era um tempo em que a leitura não apenas consistia em estudar um texto, “mas em ingeri-lo, e internalizá-lo, passava a ser um objeto de meditação e de reflexão” (OLSON, 1997, p.78).

Os textos são parte da história da escrita e da leitura, que retratam os modos de pensar e viver de uma cultura para outra. A história da leitura no Ocidente é, segundo Olson (1997, p.78), “a história da leitura da Bíblia”. Fomos fortemente influenciados pela leitura dos livros sagrados, para nosso processo civilizatório teve a interferência marcante das igrejas,

e durante séculos estas foram as únicas opções, para muitos povos. Por este motivo, as mudanças na ordem estabelecidas foram lentas e a influência das religiões no mundo explica, em grande parte, a forma como as culturas dogmáticas proliferaram em todos os continentes.

O dogmatismo foi uma das justificativas para a inquisição do Santo Ofício que durante mais de três séculos interferiram na vida pública e privada, e foi responsável pela morte de milhares de pessoas, a maioria mulheres. A inquisição proibia as mulheres e os homens de “pensar diferente”, e esse pensar diferente representava desvios de condutas que deveria ser denunciado, “tornando-se prática constante a eliminação pública do culpado identificado com o Mal”. (CARNEIRO, 2002, p. 25).

A inquisição se fundamentava e se justificava em conceitos de “purificação social” e “depuração social”, e aplicava-se o sistema de repressão daqueles que eram acusados de heresia, feitiçaria, bigamia, assim como os que escreviam e publicavam ideias proibidas, enfatiza Carneiro (2002). Esta mesma autora nos recorda que para o Tribunal do Santo Ofício:

[...] A verdade imposta não deveria nunca ser contestada: a ordem deveria ser mantida e os “elementos heréticos” e “diabólicos” que colocavam em perigo a sociedade deveriam ser eliminados. Foi através do fogo que a Santa Inquisição eliminou os pecadores e seus escritos, quando era o caso. Condenar apenas não adiantava: era preciso queimar, transformando o Mal em cinzas e os descendentes dos condenados em párias.(CARNEIRO, 2002, p. 27)



O fogo era na visão dos inquisidores o símbolo da “purificação”. Ao queimar vivos, os “heréticos” e “feiticeiras” e os demais transgressores da ordem, em praça pública, muitas vezes de forma espetacular, os inquisidores estavam disseminando o medo, a vergonha, o terror.

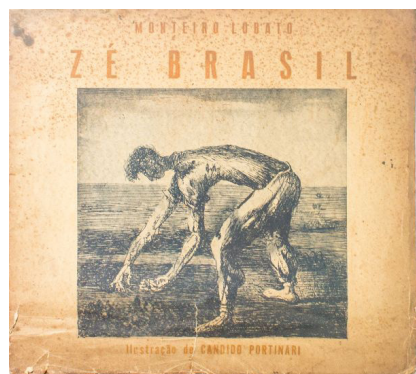
O fogo era elemento imprescindível nestas encenações públicas do Poder. De fenômeno natural, o fogo transforma-se em elemento-símbolo da purificação, configurando à ideia de desobediência a Deus (pecado) e ilustrando a imagem do inferno. [...] o herege, elemento crítico e contestador da “verdade” imposta, deveria ser eliminado. Mas, se o fogo destruíu seu corpo nem sempre conseguia destruir suas ideias. (CARNEIRO, 2002, p. 27).

Ao ler este trecho do livro de Maria Luiza Tucci Carneiro, *‘Livros proibidos, ideias malditas’*, me veio à memória a matéria publicada na primeira página do Jornal Folha de São Paulo, em que retrata a Presidenta Dilma Rousseff sendo queimada. A imagem simbolizava a “purificação do Brasil”. Na sua leitura inquisitória do Governo de Dilma Rousseff, essa matéria reforçava a ideia conservadora e o papel inquisidor de grande parte da imprensa no episódio do impeachment, que se “encarregou de criar uma imagem negativa da presidenta, em muitas situações retratada de forma pouco convencional ou mostrando desequilíbrio, insegurança” (FERREIRA, 2017, p. 4).

O longo período da inquisição se espalhou pelo Mundo e seus efeitos nefastos são sentidos em vários momentos da história: como exemplo temos o nazismo espalhado na Europa a partir da Alemanha e em várias partes do mundo.

Os registros de Carneiro (2002) demonstram como os livros de inspiração socialista eram queimados pelos nazistas, na Praça da Ópera, em Berlim, e em Frankfurt. Os estudos da autora apontam como os livros eram proibidos e interditados e seus autores eram perseguidos. No Chile, o poeta Pablo Neruda, Prêmio Nobel de Literatura, teve os seus livros queimados pela repressão da ditadura do general Augusto Pinochet. Gabriel García Márquez (o Gabo), colombiano, também Prêmio Nobel de Literatura, teve 15 mil livros queimados, sob os olhos dos policiais chilenos que assistiram à queima dos livros, em fevereiro de 1986.

No Brasil, desde o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e no regime militar que se instalou entre os anos de 1964-1985, em nome da “segurança nacional”, milhares de obras foram queimadas e muitos autores deportados, exiliados, presos, torturados e mortos. A ideologia da inquisição estava presente nos censores do governo de Getúlio Vargas, uma vez que estes também buscavam a “purificação” das ideias, perseguindo os livros “perigosos” e seus autores que eram farejados em todos os estados da Federação. Neste período, livrarias e editoras foram fechadas, livros foram queimados e, seus autores, banidos. Dentre os vários títulos apreendidos como nocivos à sociedade, destacamos: Capitães de Areia, de Jorge Amado, Peter Pan e Zé Brasil, de Monteiro Lobato.



O livro *Zé Brasil*, de Monteiro Lobato, publicado em 1947, pela Editora Vitória, foi classificado como “perigoso à Segurança Nacional”. A crítica social que o livro apresenta era a principal razão para a censura. Neste livro, Lobato fazia uma crítica contundente às condições de miséria dos trabalhadores rurais. Sua crítica atingia os grandes proprietários rurais, mas também os deputados, os jornalistas e o governo. Eis o relato do livro:

A gente da cidade - como são cegas as gentes das cidades!... Êsses [sic] doutores, esses escrevedores nos jornais, êsses deputados, paravam ali e era só crítica: vadio, indolente, sem ambição, imprestável... não havia o que não dissessem do *Zé Brasil* [...] Quer dizer que terra é o que não falta. Falta uma boa distribuição das terras, de modo que se acabe com isto de uns terem e a grande maioria não ter nada (LOBATO, 1947, p. 9-19. Apud SIMÕES FILHO; MENDONÇA, 2009, p. 70).

A orientação dada pelos órgãos do governo de Getúlio era: “Qualquer comunista que mantivesse este livro em sua biblioteca corria risco de ser rotulado de “subversivo””(CARNEIRO, 2002, p. 143).

A crítica que Monteiro Lobato fazia em 1947 não era tão diferente da que fazemos hoje “em tempos de Brasil modernos”, embora reconheçamos os avanços proporcionados nos anos de Lula/Dilma (2003-2015), entretanto, ainda nos deparamos com fome, miséria, doenças, grilagem, escravidão, e um imenso latifúndio que, no Maranhão, mantém este Estado como um dos mais pobres do Brasil.

A proibição dos livros também foi mantida no período que compreende os anos de 1964-1985, quando vivemos por 21 anos em regime de exceção, mantido em clima de medo. Foi neste período que vivenciei minha juventude e com ela a censura e o cerceamento do meu direito de conhecer os livros, mas não somente eles, também fui impedida de estudar filosofia, sociologia e política. Fui proibida de ler Marx, Weber, Durkheim, Paulo Freire, Werneck Sodr e e tantos outros autores que me ensinaram tardiamente o sentido da realidade. O regime militar que se instaura no Brasil – de forma “branda” como denominou o Jornal Folha de São Paulo, como “branda” –, assim como em toda a América Latina, teve vários significados, um deles foi o de manter a popula o distante do comunismo, aquele regime que nos era repassado na infância como o regime habitado por pessoas que “comem crianças”.

O poder de polícia que nos amedrontava, neste longo período de repressão vivenciada por minha gera o, era mais dirigido aos artistas, aos médicos, intelectuais, editores, escritores, livreiros e professores que eram controlados diretamente pelas forças de repressão. São fatos conhecidos, a censura musical das obras de Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Geraldo Vandr e, que com sua bela can o “Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores” transformada em hino de resistência da juventude de 1968, tornou-se o inimigo número um do regime militar. Sua can o “foi proibida de ser cantada e executada em todo país. Só voltaria a ser ressuscitada em 1979, após a abertura política e a anistia, quando a cantora Simone a cantou em um show, no Canec o”. (LEE-MEDDI, 2011, p.1).

Geraldo Vandré é considerado uma das maiores vítimas do regime militar de 1964. As torturas que sofreu lhe afetou a capacidade de criação, e não conseguiu recuperar mais a carreira interrompida. Sua canção, porém, continua “Caminhando” e iluminando nossas mentes.

3 OS LIVROS COMO OBJETOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA E DE RESISTÊNCIA: lembranças de minha caminhada

Os anos de censura tiveram um efeito devastador na nossa juventude, principalmente para jovens como eu que vinham de camadas pobres da sociedade e que tinham pouco acesso aos livros e à informação, além do mais o que era permitido ler, passava uma visão de Brasil irreal e alienadora. O processo de me tornar leitora crítica não foi algo fácil, dado os limites que vivia em virtude da situação de pobreza que dificultava o acesso a determinados livros não encontrados na Biblioteca Pública, em tempos de censura.

Compreender os acontecimentos atuais e o que está por trás de cada ação neste momento é importante. O País vive os resquícios da Operação Lava Jato, sofre com os resultados do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pelo Congresso Nacional, e a ruptura do projeto construído no período de 2003-2015, cujas medidas implementadas pelo atual governo Temer retira direitos, acentua a pobreza, a exclusão das mulheres, dos negros, dos indígenas, mantendo-os na condição

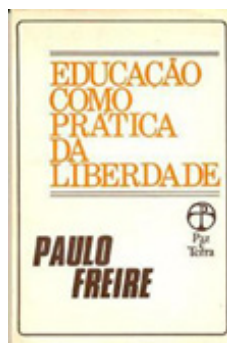
de subalternidade, onde sempre estiveram. Mas é possível perceber tais tipos de interdição através de muitas leituras. Leituras estas que me possibilitaram compreender a dimensão da política brasileira e suas imbricações que, neste momento, envolvem “delações premiadas” e as impunidades que revoltam aqueles que como eu leram Brecht, Paulo Freire, Karl Marx, Florestan Fernandes, Max Weber, Simone de Beauvoir e tantos outros autores proibidos que nos aguçaram a mente e o senso de justiça.

O analfabeto político está em cada um e cada uma de nós, principalmente naqueles e naquelas que se negam a participar do debate político, sob o argumento de que ‘não domina esta seara’, ou, que não gosta de falar sobre determinados temas, sobre esse, ou aquele assunto, porque não tem disposição para buscar informação e conhecimento para discutir e enfrentar tal discussão. O analfabeto político está também naqueles que diuturnamente vagueiam nas redes sociais repassando notas, imagens e mensagens orientados pelo líder religioso, líder político, sem ter a preocupação de compreender o sentido da informação e sua dimensão política.

O sujeito político, ou seja, aquele que tem clareza do seu papel na sociedade, não se constrói em um passe de mágica. A consciência desse sujeito requer estudo, estabelecimento de prioridade e escolha de autores e livros que podem ampliar sua inteligência, uma vez que a “leitura é para nós a iniciadora cujas chaves mágicas abrem no fundo de nós mesmos a porta da morada onde não saberíamos penetrar, seu papel na nossa vida é salutar” (PROUST, 2001, p.34).

3.1 Paulo Freire, com quem aprendi o sentido da educação como prática de liberdade

Dos muitos autores que me ensinaram a me constituir como leitora, cidadã, bibliotecária, professora, ativista feminista durante os anos de estudo, de magistério superior e de militância feminista, destaque entre os primeiros, a leitura do livro *Educação Como Prática de Liberdade*, de Paulo Freire. Poucos autores conseguiram construir com tal clareza um projeto de educação política como Paulo Freire.



O seu livro *Educação Como Prática de Liberdade* é uma louvação à liberdade de viver e de educar. Freire parte do princípio que a realidade em que vivemos é injusta ao mesmo tempo em que nos aliena, nos oprime e nos desumaniza. Reforça, ainda, a Educação como possibilidade de o homem e da mulher discutirem de forma corajosa sua condição e problemática. Para este autor, “A educação é um ato de amor”. Por isso um ato de coragem. Não pode temer o debate” (FREIRE, 1978, p. 96). Nas suas reflexões, Paulo Freire faz provocações nos ensinando como fazer da educação uma prática de liberdade, para ele:

Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aula. Não debatemos ou discutimos tema. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhes uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque

recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora, porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. (FREIRE, 1978, p.96).

A práxis transformadora no ofício de ensinar e, ao mesmo tempo, aprender fizeram de Paulo Freire um mestre que deixou lições práticas e exemplos de como a educação e as experiências democráticas de alfabetização levam ao conhecimento crítico da realidade em que vivemos e a romper com as posições ingênuas e alienadoras. Sua visão e ensinamentos sobre o ato de alfabetizar revolucionaram a educação brasileira, se tornando um modelo para a América Latina e Caribe.

[...] alfabetização é mais que um simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação. (FREIRE, 1978, p.111).

Aprendi com Paulo Freire que é através da ação consciente e transformadora que se realizam mudanças sociais. A minha formação intelectual, militância política e prática pedagógica se deram nas vivências onde se articulava a práxis. Nesse processo como mencionei, muitos autores iluminaram meu pensar, trazendo luz para a escuridão que me encontrava. A práxis transformadora é o ato de sair do discurso para uma ação política que tenha como horizonte transformar as relações sociais entre as quais destaco: relações de classe, de gênero e raça e etnia.

O desejo de mudança e transformação do lugar comum, de onde me encontrava, na condição de jovem pobre, foram alentados não somente por leituras, mas em debates que pude participar. Juntos estes elementos contribuíram para alimentar uma práxis transformadora como bibliotecária, como professora e como militante feminista.

3.2 Formação política e a compreensão do sentido de classe, raça e gênero

Falar do atual momento e dos tempos de Temer é não se furtar a abordar temas como: Democracia, Governo, Ideologias, Partidos e eleições, Políticas públicas, Cidadania e participação política, Opinião pública, igualdade e desigualdade, relações de classe, de gênero, de raça e etnia. Temas pouco recorrentes no campo da Ciência da Informação, em especial, nos cursos de Biblioteconomia. Temas que aprendi a conhecer a partir do processo de formação política que subentende-se atuar de forma consciente naquilo que se faz, quer seja de caráter profissional, na vida religiosa, na militância política de modo a interferir nos processos de mudança social visando ampliar direitos, a partir de um projeto político cuja finalidade é o bem comum.

As categorias Classe Social; Raça e Etnia e Gênero durante muito tempo foram esquecidas pelo Curso de Biblioteconomia que, no Maranhão, nasceu em plena ditadura mili-

tar, em 1969, daí o porquê do distanciamento destes temas proibidos, assim como de seus autores. Todos esses temas têm uma relação direta com o nosso campo de atuação, pois deles dependem nossa ação política e profissional.

3.2.1 Pensando classe social com Karl Marx

A categoria classe social é histórica e nos ajuda a entender as relações sociais que nos separam em grupos a partir do fator econômico. Refere-se a grupos sociais que se diferenciam pelo lugar que ocupam historicamente em determinado sistema de produção social. E por sua relação com os meios de produção, na maioria das vezes é regulada por normas e leis que fundamentam e dão suporte à sociedade capitalista.

Karl Marx concebeu as classes sociais como “burguesia” ou “aristocracia financeira” e “proletariado”. São vistas por este autor como antagônicas em virtude de a burguesia acumular capital, possuir os meios de produção e o poder político e ter poder sobre o Estado (que domina, comanda). A burguesia apropria-se do excedente da produção, explora a força do trabalho na medida em que não remunera de forma digna e com salários justos o esforço do trabalhador. A classe proletária, por sua vez, não tem capital, não detém os meios de produção; tem apenas a força do trabalho e vende sua mão de obra aos patrões: donos das fábricas, dos bancos, donos



das terras, etc. Os patrões se apropriam desta força de trabalho, transformando-a em mercadoria e, ao mesmo tempo, desapropriam a produção do trabalhador, em troca de um salário que na maioria das vezes é injusto e não traduz o esforço e energia empreendida pelo trabalhador na produção das mercadorias. Marx esclarece:

O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade total de trabalho nela contida. Mas parte desta quantidade de trabalho é realizada num valor pelo qual foi pago um equivalente sob a forma de salário; outra parte é realizada num valor pelo qual não foi pago qualquer equivalente. Parte do trabalho contido na mercadoria é trabalho pago, parte, é trabalho não pago. Portanto, ao vender a mercadoria pelo seu valor, isto é, como cristalização da quantidade total de trabalho posto nela, o capitalista tem que necessariamente vendê-la com um lucro. (MARX, 2002, p. 63-64).

Esse lucro não é partilhado com aqueles que produziram a mercadoria e de quem os capitalistas dependem para continuar lucrando. Para lucrar mais, a exploração sobre os trabalhadores aumenta mais ainda, numa escala de sofrimento para os operários que os impedem às vezes de pensar, lutar e sonhar.

As classes sociais estão relacionadas à sociedade moderna de hoje, advindas da Revolução Industrial e que permanecem e se reproduzem a partir da sociedade capitalista. As sociedades capitalistas também chamadas de sociedades de classe são formadas a partir das relações mediadas pelo capital que

se constitui o ponto central dos processos de exploração, ou seja, gerador dos conflitos e do antagonismo das classes sociais (MARX, 1994).

As leituras de Karl Marx me possibilitaram compreender que no mundo em que vivemos é muito difícil ascender socialmente dada a forma como a sociedade capitalista se estruturou. Durante longo tempo acreditei, assim como várias pessoas, que bastava trabalhar muito para “vencer na vida”, só que eu não conseguia perceber a perversidade do capitalista, que ávido por acumular, não respeita direitos e transforma o trabalho digno em trabalho escravo. A consciência de classe nos permite romper com as visões ingênuas como nos lembra Paulo Freire e nos leva à compreensão de que os processos de exploração são frutos das relações capitalistas. Por esta razão, as palavras de Marx nos ensinam que:

A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens [e mulheres], livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. (MARX, 1994, p.88).

Lendo Marx e discutindo suas concepções pude compreender melhor porque os comunistas eram tão combatidos, tão rechaçados e tão temidos. Os estudos sobre classe me permitiram entender o “lugar do pobre” e como as elites atuam para mantê-lo no “seu lugar”. Os estudos de gênero por sua vez, me levaram ao movimento feminista e a me rebelar quanto ao lugar que estava determinado para mim como mulher:

o lugar do silêncio e do conformismo, o lugar de uma “moça bem comportada”.

3.2.2 Pensando o gênero e as mulheres com Simone de Beauvoir

Considerando que as classes se fundamentam nas relações de exploração entre capital e trabalho, as relações de gênero, por sua vez, são construídas socialmente e se articulam no mundo político a partir da cultura patriarcal. Estas relações não estão claras nas sociedades androcêntricas que vivemos, haja vista a condição de subalternidade imposta às mulheres, que, durante séculos foram “educadas” para a submissão, como bem expressa Elena Belloni.



A descoberta do feminismo e sua ação transgressora me levou às ruas para protestar contra a subalternidade das mulheres. Neste processo de luta, os estudos de gênero me possibilitaram:

[...] desvendar formas de submissão das mulheres em diversos contextos, entre os quais o do mundo do trabalho no qual as mulheres estão em geral associadas a profissões de pouca demanda e em grande parte associadas a salários mais baixos, é o caso, por exemplo, das empregadas domésticas, das bibliotecárias, das nutricionistas e das professoras.

O gênero permite contestar a naturalização da diferença sexual ao mesmo tempo em que rompe com as visões androcêntricas que valorizam o masculino em detrimento do feminino. As ideias expressas por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* quando afirma que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. (BEAUVOIR, 1975, p.9). A autora está nos dizendo que este tornar-se é uma construção social, não um destino determinado pelo fato de ter nascido mulher. Sua crítica ao patriarcado nos permite compreender as desigualdades entre os gêneros ao afirmar que:

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocabulário vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1986, p.13).

As contribuições de Simone Beauvoir em sua obra máxima, *O Segundo Sexo*, são inestimáveis na instauração do debate político durante todo o Século XX. A clareza com que expõe a sociedade patriarcal de ontem, que se mantém inalterada nos dias de hoje, ajudaram a construir uma nova forma de pensar as mulheres enquanto sujeito político. Ao trazer as contradições do pensar sobre as mulheres na sociedade patriarcal, Simone inquieta, instiga, provoca:

[...] o homem é pensável sem a mulher. Ela não sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado; para ele a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1986, p.14).

Nesse caso, como se explica o porquê de as mulheres não se perceberem como sujeito, e se manterem em relações submissas? A resposta, segundo Beauvoir, é em grande parte porque não possuem os meios concretos de romper com esse tipo de relação uma vez que existem laços que lhe prendem aos homens sem reclamar a reciprocidade dele e “porque, muitas vezes se compraz no seu papel de Outro” (BEAUVOIR, 1986, p.15).

Os estudos de gênero e a luta feminista me possibilitaram, então, compreender que as desigualdades entre os homens e as mulheres não é algo relacionado à natureza das mulheres ou dos homens. São desigualdades construídas nos processos em que a educação diferenciada manteve as mulheres subjugadas aos homens, em que as igrejas negaram às mulheres o direito de exercer cargos religiosos, foram processos em que as leis criadas pelos homens mantiveram durante séculos as mulheres aprisionadas ao mundo doméstico, alijando-as das funções públicas.

Embora estes debates e os estudos de gênero tenham repercutido em muitas universidades no Brasil, observa-se

que na biblioteconomia, entretanto, esses estudos ainda não obtiveram a dimensão necessária que possibilite às/aos bibliotecárias compreenderem as várias imbricações desta temática que se relaciona com o mercado de trabalho, detém relações de poder a fim de produzir a desvalorização da profissão no mercado. Para Ferreira (2016, p.130):

[...] As poucas iniciativas de pesquisadoras neste campo, embora tímidas, refletem hoje no reconhecimento da necessidade de incluir a perspectiva de gênero na descrição e/ou análise da realidade, haja vista ser esta uma forma de interpretar os contextos biblioteconômicos e sua forma de intervir nas realidades tendo em geral a mulher como protagonista.

Desse modo, espero que este texto, contribua para suscitar mais ainda este debate, por demais pertinente e necessário.

3.2.3 A categoria de raça-etnia e o olhar de Florestan Fernandes

A problemática das mulheres se soma à dos negros e negras quando se leva em conta que na classe de bibliotecários há um número bastante considerável de negros e negras, embora muitos ainda não reconheçam esta identidade. Tal observação eu percebi quando desenvolvi um estudo sobre mercado de trabalho bibliotecário no Maranhão e, posteriormente, no estudo sobre o trabalho bibliotecário no Norte e Nordeste.

O número de bibliotecários que deixaram der marcar o item raça/etnia foi significativo, fato este que demonstra existir ainda certa dificuldade de os mesmos assumirem sua identidade étnica.

No Maranhão, é visível o número de negras e negros na profissão de bibliotecários, especialmente nos últimos dez anos, quando as universidades adotaram a políticas de cotas, fato que favoreceu a entrada de um número significativo de jovens negros.

Pensar raça e etnia subentende-se pensar a condição dos negros e negras na sociedade e as desigualdades que os separa e os segrega dos brancos. No Brasil, durante séculos, estes sujeitos sociais foram esquecidos e subjugados à condição de escravos. Somente a partir da Constituição de 1988 os negros passaram a ter seus direitos reconhecidos de fato e puderam assim ampliar seu acesso a bens e serviços, dentre os quais a universidade com sua política de cotas e leis mais rigorosas contra o racismo.

As categorias raça e etnia contribuíram para trazer a público uma desigualdade que durante mais de dois séculos foi camuflada, distorcida pela ciência, fato que incide sobre o favorecimento do preconceito contra os negros e negras, vistos como subalternos, indolentes, inferiores, iletrados. O termo raça é, em geral, utilizado para descrever um grupo de pessoas que compartilham certas características morfológicas. Embora impreciso por ser um termo não científico que somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, estritamente puro. Nesse sentido, o mais recomendável é

adotar a indicação de Wittner (2011, p.132) que recomenda o uso da categoria etnia que “é uma forma de falar de raça sem se confrontar com problemas metodológicos”. Desse modo podemos simplificar dizendo que as categorias raça e etnia nos ajudam a compreender e descrever os grupos sociais que apresentam características físicas semelhantes, que se afinam culturalmente.

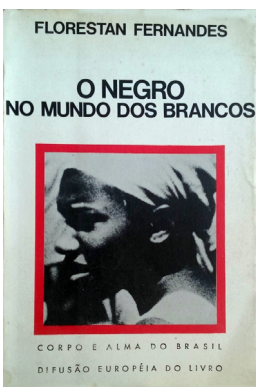
O sociólogo Florestan Fernandes traz uma contribuição inestimável para a compreensão da exploração do negro no Brasil com o livro *O negro no mundo dos brancos*. As leituras de Max Weber, Durkheim, Mannheim e de Karl Marx possibilitaram ao ilustre autor desenvolver uma sociologia “como uma ciência inclusiva dos fenômenos sociais, cabendo-lhe estudá-los em todos os níveis de manifestação da vida, independente do grau de diferenciação e de integração por eles alcançados. (FERNANDES, 1991, p.49). Uma das contribuições mais importantes que Florestan nos trouxe foi a desmistificação da democracia racial apresentada no pensamento de Gilberto Freire

A ideia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. No fundo, ela constitui uma distorção criada pelo mundo colonial, como contraparte da inclusão dos mestiços no núcleo legal das “grandes famílias” - ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão do “mulato”. (FERNANDES, 1972, p.26).

Em suas análises sobre o processo de escravidão e a lenta abolição dos negros brasileiros, Florestan Fernandes mostra a

metamorfose desse processo “do africano em escravo, do escravo em negro, do negro em braçal, diferente, outro, a tese da democracia racial soa como invenção, talvez bem-intencionada, talvez cruel” enfatiza Ianni (1991, p. 26) no belo prefácio que escreveu comentando a obra do autor na coleção grandes cientistas sociais.

A criticidade e riqueza dos ensinamentos de Florestan para compreender e combater o racismo e construir de fato a igualdade racial no Brasil estão expressos em suas palavras quando enfatiza que:



A discriminação existente é um produto do que chamei de “persistência do passado” em todas as esferas das relações humanas – na mentalidade do “branco” e do “negro”, nos seus ajustamentos a vida prática e na organização das organizações das instituições e dos grupos sociais. Para acabar com esse tipo de discriminação, seria necessário extinguir o padrão tradicional brasileiro de relação racial, e criar um novo padrão realmente igualitário e democrático de relação racial, que conferisse igualdade econômica, social, cultural e política entre negros, brancos e mulatos. (FERNANDES, 1972, p.43).

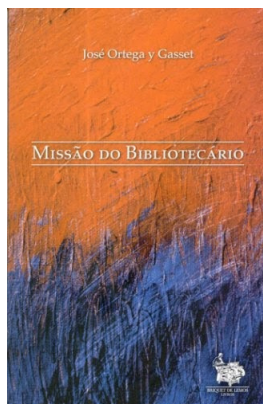
É importante que a classe bibliotecários tenha domínio destes conceitos> Compreender que como cientistas sociais devemos assumir o compromisso e a missão de desconstruir os preconceitos para, assim, almejar uma sociedade de iguais. É evidente que o racismo não é um problema dos negros, e sim da sociedade que criou esta distorção, bem como construiu o machismo que submete as mulheres a situações de degradação

e violências. O racismo, assim como o machismo são problemas da sociedade racista e patriarcal que continuam a praticar essas expressões e ações preconceituosas, reafirmando uma sociedade desigual. No caso específico do bibliotecário este deve, por missão compreender o problema e buscar formas de combatê-lo.

3.2.4 Ortega y Gasset: sua influência para pensar o bibliotecário como sujeito político

Qual a missão do/a bibliotecária/o? Missão pode ser considerada uma função ou determinação de poder delegada ou conferido a alguém para fazer ou realizar algo, é também visto como encargo e incumbência. Para Ortega y Gasset: “Missión significa, por lo pronto, lo que un hombre tiene que hacer en su vida. Por lo visto, la misión es algo exclusivo del hombre [e das mulheres]”. Neste caso qual seria nossa missão??

No decorrer de nossa passagem no mundo, estabelecemos metas a partir da missão que nos moverá a melhorar a qualidade de nossas vidas e da sociedade em que vivemos. Portanto, “a missão do ser humano é de comprometer-se com uma função na vida, uma vez que a vida ensina a preservar a conquista da civilização e estimula a criatividade para enfrentar problemas futuros”(ORTEGA Y GASSET, 2006, p.63).



Ainda em seu livro *“A missão do bibliotecário”* Ortega y Gasset chama a atenção de todos nós bibliotecárias/os sobre a necessidade de repensar nosso perfil levando em conta a sociedade e a realidade social que se vislumbrava naquele momento histórico - início do Século XX. Na sua lucidez e clareza, Ortega y Gasset nos lembra que não nascemos predestinadas/os biologicamente para uma profissão, porque a vocação é uma construção a que sofre influências dos percursos da vida, onde determinados interesses estimulam mais do que outros oferecidos pela família, bem como elogios e valorização de algumas carreiras em função do grupo social.

Desse modo, na sociedade do futuro o bibliotecário traz um conjunto de conhecimentos necessários às transformações da realidade a partir da informação. Isso porque esse profissional tem a capacidade de explicar fatos da vida humana a partir do seu amplo conhecimento sobre o uso adequado de informações. Para cumprir esta missão a/o bibliotecário deve buscar novas habilidades no intuito de atender ao usuário potencial a partir de uma visão humanista.

Conforme ainda destaca o autor o livro traz ensinamentos para nós bibliotecários e nos levam a compreender a dimensão deste instrumento de mudanças que segundo enfatizei no início deste ensaio quando interpreto as palavras de Mário Quintana quando diz que o livro por si só não transforma, mas sim as nossas ideias iluminadas pelos livros são capazes de transformar as pessoas e o mundo. Ortega e Gasset em outras palavras diz o mesmo:

Os livros, pois, ao conservar apenas as palavras, conserva somente as cinzas do pensamento efetivo. Para que este reviva e sobreviva não basta o livro. É preciso que outro homem [ou outra mulher] reproduza em sua pessoa a situação vital à qual aquele pensamento respondia. Somente então poder-se-á afirmar que as frases do livro foram entendidas e que o dizer pretérito foi salvo. (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.55).

A missão do bibliotecário vai além de cuidar dos livros, ou de processar a informação como nos reportamos hoje, o bibliotecário deve ultrapassar essa estreiteza de ação. Deve ser um profissional receptivo, criativo, determinado, perseverante, inovador, carismático e principalmente ter paixão pelo que faz, visando disponibilizar seus conhecimentos de forma objetiva, unindo a técnica à visão mística da sociedade, transformando-se em um parceiro idôneo para o desenvolvimento das instituições.

Os ensinamentos de Ortega somados a de outros autores me deram luz para construir minha missão de bibliotecária. Ciente desta missão acredito ter contribuído para a formação de muitas crianças, jovens e adultos nas minhas experiências profissionais em Arari (MA), nas comunidades periféricas que atuei na zona urbana e rural de São Luís e, posteriormente, quando assumi a gestão da principal biblioteca pública do Maranhão, a “Benedito Leite”. Foram nestas bibliotecas que construí uma práxis a partir dos ensinamentos de outros autores entre os quais o bibliotecário Luiz Milanesi de quem li ‘*Ordenar para desordenar*’ logo no início de minha missão

de bibliotecária. Suas provocações até hoje guardo na minha memória, pelo fato de terem norteado meu fazer bibliotecário:

É preciso pensar que o fundamental não é a informação em si, mas o conflito que traz... O fundamental não é o conteúdo, a carga ideológica, mas a força dos antagonismos em choque. Só através destes embates é que se torna possível estruturar um discurso [...] E ainda assim deve ser aperfeiçoado. (MILANESI, 1982, p.25).

E continua ...“É aí que entra a biblioteca, não a real, mas a imaginária, aquela que poderá vir a ser, aquela que deverá ser. Desse modo como centro de informação, a biblioteca por definição será um instrumento de desordem.

A “desordem” que este livro fez na minha cabeça pode ser computada em grande parte pela forma como me constituí uma bibliotecária transgressora. Transgredi formalidades e me juntava no meio de crianças de classe sociais menos privilegiadas para levar leitura e aprender com elas sobre a vida. A minha escolha e opção por trabalhar com bibliotecas públicas e leitura no início de minha vida profissional também se dava pela certeza de que era possível criar oportunidades de leitura para aquelas classes sociais que desconheciam a existência deste bem público e que precisava ser urgentemente democratizada. Percebi, assim, a partir de Milanesi (1982, p.25) que “A biblioteca tendo em seu acervo múltiplos discursos que se desdobram ao infinito não dá uma direção, mas, propõe alguns caminhos, deixando ao indivíduo a tarefa de avaliar e decidir”. Cabe a nós bibliotecários, portanto, abrir as portas para que estes caminhos sejam percebidos, a fim de criar formas de os

públicos conhecerem estes tesouros de conhecimento ainda inacessíveis para muitos.

Não poderia deixar de mencionar neste texto o momento político que se vive em 2017, ano de muitas lutas e resistências que para nós leitores e admiradores dos autores marxistas e das autoras feministas nos permite perceber o quão a realidade escrita no século passado, encontra-se muito presente no Século XXI. São estas leituras que nos permitem questionar a sociedade capitalista/patriarcal de hoje e a sociedade que vivemos que se diz “democrática”. Uma sociedade democrática depende, fundamentalmente, da eliminação da exclusão e das desigualdades sociais. Implica também em ter acesso à informação e ao conhecimento para assim poder ter discernimento e capacidade de interpretar os fenômenos.

O impeachment ou golpe midiático e jurídico, dado pelas forças conservadoras capitaneadas pela Imprensa, pelo Congresso Nacional e legitimado pelo Supremo Tribunal Federal nos deixou órfãos de direitos. As ações do golpe foram legalizadas por uma corte que se encastelou e se mantém à parte da sociedade através de privilégios de uma elite que não se conformou com os pequenos ganhos, entre os quais o bolsa família, que os pobres conquistaram depois de 500 anos de dominação, exploração e segregação. Para Boaventura de Sousa Santos (2016, p.64)

A Operação Lava Jato, em si mesmo, uma operação extremamente meritória, foi o instrumento utilizado. Contando com a cultura jurídica conservadora, dominante no sistema judicial, nas Faculdades de Direito,

e no País em geral e com uma arma midiática de alta potência e precisão, o bloco conservador tudo fez para desativar a Operação Lava Jato, desviando-a, de seus objetivos judiciais, em si mesmos, fundamentais para o aprofundamento democrático, e convertendo-a numa operação de extermínio político.

Todos esses acontecimentos vivenciados no Brasil a partir de 2016 quando o Congresso Nacional cassou o mandato da Presidenta Dilma Rousseff têm exigido de nós bibliotecários aprofundados estudos para poder construir uma visão mais fidedigna do fenômeno e assim, poder tomar posição, principalmente em virtude das duas contrarreformas que em estão em curso que retiram direitos conquistados há mais de oitenta anos.



Ao concluir, gostaria de propor uma reflexão mais profunda sobre esses acontecimentos e sobre as categorias analíticas que apresentei, pois permitem articular novas ideias no campo da informação, tendo a clareza de que todo e qualquer projeto se efetiva como ação transformadora a

partir de sujeitos conscientes que conseguem se perceber como tal, que constroem sua autonomia a partir de uma educação política libertadora e transformadora.

Neste projeto é possível pensar o campo da Ciência da Informação e com ela os bibliotecários, os arquivistas e os gestores da informação como protagonista de um novo projeto de sociedade movido pela racionalidade que somente a informação, o livro, a leitura, a resistência e a biblioteca “de-

sordenada” – sem censura ditatorial e política - será capaz de iluminar os destinos desta nação que precisa de nosso pensar, de nosso fazer e do nosso sonhar.

Desejo que o bibliotecário, que tem o livro e a informação como principais instrumentos de seu trabalho, possa compreender a dimensão de liberdade que o livro proporciona. Somente assim o bibliotecário poderá indicar com prazer o que leu e dando assim seu contributo para a transformação da sociedade brasileira e, em especial, da sociedade maranhense.

Processos de mudança não se faz em um piscar de olhos, ou como um passe de mágica. A mudança se efetiva na medida em que nos constituímos como sujeito de mudança, a partir da missão estabelecida para nós neste mundo por meio de uma formação política que nos dê base para pensar a Ciência da Informação e, neste contexto, a Biblioteconomia se enquadra como Ciência transformadora.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Circulo do Livro, 1986. v.1

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3.ed.São Paulo: Difel, 1975. v.2

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo: Atelier Editorial, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte, 2015.

_____. **Formas e sentido cultura escrita:** entre distinção e apropriação. Tradução de Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

Folha de São Paulo. 4 de maio de 2016. Disponível em: https://www.buzzfeed.com/manuelabarem/a-capa-do-estadao-de-hoje-traz-foto-de-dilma-em-chamas?utm_term=.agEXXRBlg#.dqa44dJ0q. Acesso em: 24 de abr. 2017.

SIMÕES FILHO, Mário Luís; MENDONÇA, Wilma Martins de. Representações do homem do campo em Monteiro Lobato: de Jeca Tatu a Zé Brasil. **Miscelânea - Revista de Pós-Graduação em Letras**, Assis, v.,6, jul./nov.2009. Disponível em <<http://www.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/RevistaMiscelanea/v6/mario.pdf>.> Acesso em: 22 maio 2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do Estado e civilização. Tradução Ruy Jugman. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. V.2.

FERNANDES, Florestan. A Sociologia: objeto e principais problemas. In: IANNI, Otávio. (Org.). Florestan Fernandes: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991. p.47-75.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA, Maria Mary. O bibliotecário e os mercados de trabalho: condição feminina e os estereótipos reprodutores da desigualdade de gênero. In: MOURA, Flávia de Almeida. TEIXEIRA, Tadeu Gomes; KELLER, Paulo Fernandes. **Trabalho em contexto de crise:** regulação, informalidade e tendências setoriais. São Luís: EDUFMA, 2016. p.121-137.

_____. **Movimentos feministas e ação política frente às desigualdades de gênero nos espaços de poder**. Palestra ministrada na Mesa Redonda Feminismo em Tempos de Barbárie da 8ª Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, ago. 2017.

IANNI, Otávio. Introdução: Florestan Fernandes e a formação da sociedade brasileira. In: IANNI, Otávio. (Org.). **Florestan Fernandes: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991. p. 5-45.

LEE-MEDDI, Jeocaz. A música brasileira e a censura da ditadura militar. **Portal Vermelho**. 31 de jul. de 2011. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/159935-11>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica à economia política: o processo de produção do capital. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Centauro, 2002.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centro de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. 3. ed. Tradução Carlos Vogt. Campinas: Pontes, 2001.

OLSON, David R. **O mundo no papel**: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática, 1997.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 82p

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os perigos da desordem jurídica no Brasil. In: PRONER, Carol et. al. A Resistência ao golpe de 2016. Bauru (SP): Canal 6. 2016, p. 61-68

WITTNER, Laurette. Raça e gênero na especificidade migratória. In: AREND, Silvia Maria Fávero; RIAL, Carmem Silva de Moares; PEDRO, Maria Joana. **Diásporas, mobilidades e migrações**. Florianópolis: Mulheres, 2011. p.129-147.

O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEGMENTO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS PÓS-IMPEACHMENT: foco nas bibliotecas públicas

Carlos Wellington Soares Martins¹

INTRODUÇÃO

É comum, e talvez até cultural, afirmar que o brasileiro não gosta de ler, trazendo com essa afirmação vários questionamentos, desde uma herança cultural que não privilegiou práticas sociais de leitura que permitissem uma cultura literária, políticas educacionais e culturais ineficientes e a cultura digital que torna as relações humanas cada vez mais efêmeras e passageiras.

Com estas premissas apontadas, este ensaio objetiva levantar discussão de como estão inseridas na agenda governamental as políticas direcionadas para o segmento livro, leitura,

1 Doutorando em Políticas Públicas – UFMA. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – UEMA. Bibliotecário – UFMA. Conselheiro Estadual de Cultura do Maranhão.

literatura e bibliotecas (LLLB), mas, especificamente, as que dizem respeito às bibliotecas públicas e escolares. Para o início do debate, faz-se necessário apreender os determinantes, e, por conseguinte, as reais motivações e interesses que fazem com que as políticas de informação ocupem papel de destaque, ou não, dos embates políticos e que sejam supridas demandas, deficitárias historicamente, nesta área. Isto posto, deve-se levar em consideração, para a análise, que vivemos em um estado capitalista, norteador por um ideário neoliberal explicitado tanto nas políticas efetivadas a nível nacional quanto internacional.

O Brasil não se encontra longe desta discussão e seu papel é fundamental, para que o projeto neoliberal encontre sucesso em nível mundial. O acesso à leitura, livros e bibliotecas sempre foi um gargalo para a política nacional, tendo um relevante destaque adicionado nos dez últimos anos, pondo em destaque a questão do livro e da leitura na agenda das políticas públicas, o que se materializou, em 2006, no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que assume para si um objetivo audacioso de levar livros, oportunizar a leitura e permitir a instalação e modernização de bibliotecas em todo o território nacional. O plano possui caráter interministerial com ações preponderantes capitaneadas pelo Ministério da Cultura (MinC), como também pelo Ministério da Educação (MEC) e outras pastas.

Dez anos se completaram, em 2016, de lançamento do plano com alguns avanços e retrocessos. Avanços, no sentido da multiplicação de programas e projetos que viabilizaram a capacitação de mediadores de leitura, bem como da instalação

de espaços de leitura como o Livro Aberto, Arca das Letras, Pontos de Leitura, logicamente que, como todo programa e projeto executado em nível nacional e com desdobramentos (a) em níveis estaduais e municipais, muitas coisas acontecem da ideia original ao que se executa, necessitando um acompanhamento e monitoramento necessários para o sucesso no alcance dos objetivos propostos.

No entanto sofremos um golpe, e com isso um abalo nas políticas culturais, com a extinção do MinC e sua reativação após pressão popular, demonstrando claramente que a cultura em si não tem papel de destaque na discussão para o governo (ilegítimo) que ora assume a presidência. Mesmo com a promulgação da Lei 12.244, que trata da obrigatoriedade de que todas as instituições de ensino públicas e privadas possuam em seus espaços bibliotecas equipadas e com profissionais especializados, não se vislumbra um futuro promissor para o segmento LLLB.

Fica evidente que é necessário a sociedade civil organizada e demais setores ligados à área agirem proficuamente, no sentido de cobrar ações que contemplem a pauta, bem como fazer com que estes sujeitos ocupem lugar de destaque e centralidade nos campos políticos decisórios, para fazer valer o seu direito e que as ações não fiquem apenas no papel, mas concretizem-se no cotidiano de milhares de brasileiros e brasileiras que diariamente veem seus direitos sociais vilipendiados.

Isto posto, o desdobramento de nosso texto se dará em três partes: A primeira, apresentando elementos para compreender a função social da leitura e levantar o questionamen-

to acerca do Brasil ser, ou não, um País de leitores; a segunda sessão apresenta o livro, leitura, literatura e bibliotecas, como política pública e de que forma conquistou-se alguns avanços, e apresentou-se retrocessos durante esse percurso, o foco será dado nas bibliotecas públicas e escolares; e por fim, qual o cenário apresentado pós-impeachment para o segmento e suas reais chances de concluir um projeto voltado a construção de uma País leitor.

2 BRASIL: um país de leitores?

A leitura é um direito histórico, cultural e político, como afirma Castrillon (2011), e também é um instrumento de poder e de exclusão social, historicamente mantido por vários instrumentos ideológicos, como: igreja, governos aristocráticos, partidos políticos e mais atualmente interesses econômicos. A autora mencionada compreende que a maioria das políticas de alfabetização e incentivo à leitura desvia a atenção do verdadeiro problema: educação e possibilidades reais de acesso democrático à leitura e escrita:

As funções econômicas atribuídas manifestamente ao programa de alfabetização de massa são a modernização dos hábitos de consumo, a ampliação do mercado consumidor através da suposta elevação dos salários dos alfabetizados e o aumento do lucro das empresas através de um esperado incremento da produtividade não apropriada pelos trabalhadores. O processo da elevação dos requisitos educacionais permite que se levantem dúvidas

quanto ao possível efeito de a alfabetização fazer elevar salários, se válida a hipótese da sua função econômica básica de unificar a oferta de força de trabalho, aumentando, então o volume do exército industrial de reserva.

A definição do analfabetismo como uma ‘vergonha nacional’ ou uma ‘mancha’ tem a função ideológica de desviar para a área educacional a discussão sobre as causas do atraso e do progresso, assim como das causas da pobreza (CUNHA, 1977, p.287-288).

Comumente, vemos dados estatísticos preencher planilhas como forma de demonstrar o sucesso de determinado plano ou projeto, porém a fria linguagem dos números não pode desviar a atenção que deve ser dada à educação e ao acesso e não valorizar dados estatísticos para encobrir a realidade ao medir índices de leitura por meio de consumo de livros por indivíduo (CASTRILLON, 2011).

A política pedagógica se confunde com uma pedagogia política e esta começa e termina com o tipo de relação que estabelece com o livro. Erigido o livro na posição de receptáculo por excelência da cultura no desenvolvimento da civilização contemporânea, torna-se acessível a todos e passa a ser o ponto de partida de uma ação cultural renovadora. Quanto ao ponto de chegada, este parte de seu empenho no sentido de discussão e crítica do livro e com o livro. É o que conduz a uma compreensão mais ampla e segura do ambiente circundante, liberando o autor do automatismo que pode obrigá-lo ao consumo mecânico de textos escritos. Por conseguinte, tratando-se de uma vocação democrática, na medida em que esta afirmação traduz tanto uma ampliação da oferta de bens culturais quanto uma abertura de horizontes, a leitura – e o livro que lhe serve de suporte e motivação – será efetivamente

propulsora de uma mudança na sociedade se for extraída dela a inclinação política que a torne vigente (ZILBERMAN, 1999, p. 44).

A difusão da leitura, e, por conseguinte a sua sociabilidade, estimula o consumo de material impresso, transmitindo valores e hábitos, muito deles convenientes aos ideais presentes em um determinado contexto político, porém ao mesmo tempo em que a burguesia teve responsabilidade nos primeiros modelos político e democrático, a leitura assume papel vital nesse processo de democratização, no momento em que contribui para dessacralizar tabus e estimular ir contra a ordem social imposta, contribuindo para um pensamento crítico, desmistificando valores e na luta contra concepções conservadoras (ZILBERMAN, 2010).

Para estimular o processo citado, faz-se necessário espaço nas discussões e agenda governamental, para discutir e criar estratégias de acesso e incentivo à leitura, através da criação e otimização de redes de bibliotecas. Entretanto, uma atuação eficaz por parte de uma biblioteca depende, dentre outros fatores, do acervo, de atividades que podem ser desenvolvidas através de técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, porém, nada surte efeito se não vier balizada numa sólida política (FREIRE, 1989).

No campo político, as razões para o incentivo à leitura, particularmente, recorrem frequentemente a dados, sobretudo de origem econômica: A necessidade de mão de obra qualificada, ou a relação entre indicadores de desenvolvimento social e a taxa de escolarização da população. Seja qual for o

argumento, a valorização da leitura requer a participação da sociedade.

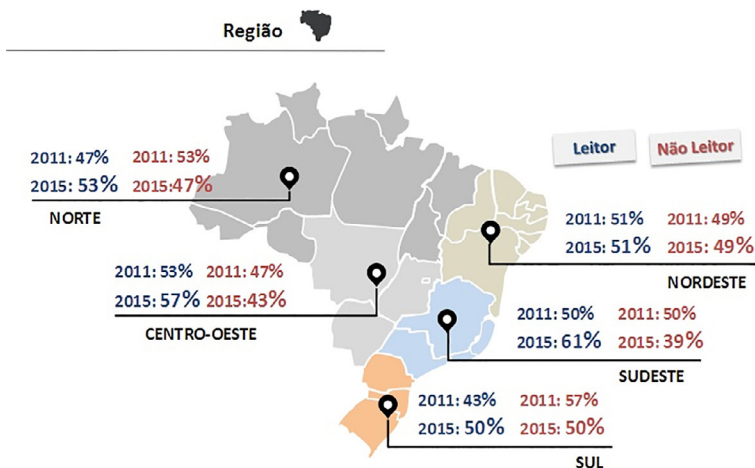
Segundo dados do IBGE, através da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), em 2013, o Brasil registrou 13 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, contingente este que supera a população da cidade de São Paulo (11,8 milhões), representando 8,3% de habitantes do País. A maior queda do analfabetismo encontra-se na região Nordeste, onde a taxa caiu de 17,4%, em 2002, para 16,6%, em 2013, no entanto a região ainda é a que conta com o maior índice, concentrando 53% de todas as pessoas que não sabem ler e escrever. A pesquisa também constatou que o maior índice de analfabetos se concentra no grupo de pessoas com 40 anos ou mais, contabilizando 37,6% (IBGE, 2014).

O principal estudo, em nível nacional, sobre o comportamento do leitor, é a pesquisa Retratos da Leitura, realizada pelo Instituto Pró Livro e Ibope Inteligência. Nessa direção, segundo a pesquisa, a zona rural concentra 66% do total de não leitores no País e as capitais, 22%. O maior percentual de leitores na população está entre os jovens. A renda familiar, o lugar onde vive e a escolaridade também são fatores apontados pela pesquisa com forte influência no gosto pela leitura. A variação no número de leitores é de 57% de mulheres e 43% homens.

O estudo identificou que 50% da população pode ser considerada leitora (leitores). No entanto, tal dado pode ser questionado, visto que o critério adotado pela pesquisa, para

que alguém seja considerado leitor, é ter lido um livro ou parte dele pelo intervalo de um ano.

Figura 1 - Penetração de leitura no país



Fonte: Instituto Pró-Livro (2016)

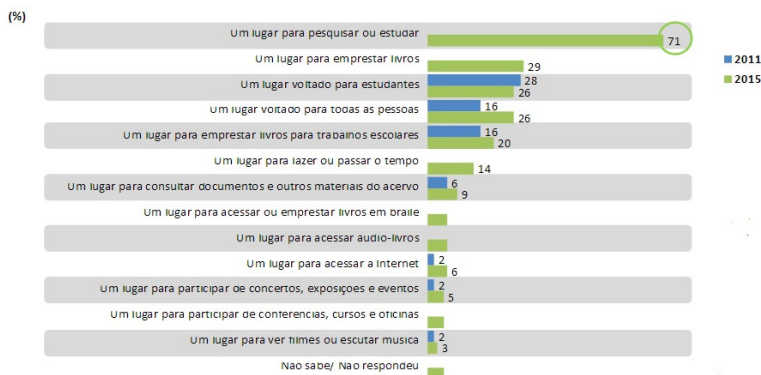
A pesquisa mostrou que 75% da população não frequentam uma biblioteca pública. Quanto aos que frequentam a maioria (55%) é do sexo masculino. Apenas 8% dos brasileiros frequentam uma biblioteca, enquanto 17% o fazem esporadicamente. Além disso, o uso frequente desse espaço caiu de 11% para 7% entre 2007 e 2011.

A pesquisa também apresentou uma percepção sobre a biblioteca e de sua representação para os respondentes da pesquisa. Dentre os que frequentam, a maioria (71%) considera o espaço um lugar para estudar; para 61% é um lugar para

pesquisa; em seguida, aparece como um ambiente voltado para estudantes, com total de 28% dos entrevistados; e, em quarto, com 17%, a biblioteca é apontada como um local para emprestar livros de literatura, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Percepção sobre bibliotecas

O que a biblioteca representa



Fonte: Instituto Pró-Livro (2016)

Esses dados confirmam que a grande maioria da população não se enxerga como usuário de bibliotecas públicas, visto que a pesquisa mostra que as pessoas percebem a biblioteca apenas como um lugar para estudar, pesquisar e destinado aos estudantes. É como se o trabalhador, as crianças, a dona de casa, os idosos não pudessem frequentar a unidade e suas atribuições, como centro cultural, de lazer e memória, portanto, um lugar relegado a segundo plano, ou mesmo inexistente.

3 LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS

A leitura prioriza o significado, em que a aptidão para ler não tem uma obrigatoriedade com a habilidade de escrever, ou como pensa Freire (1994, p.20) “[...] a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”.

A leitura dessa forma transcende a escrita e o texto em si, e inicia-se antes do contato com o texto. A partir da discussão é que o indivíduo toma conhecimento da realidade e uma análise crítica do letramento, da alfabetização que envolve uma compreensão crítica da leitura e, por conseguinte, da biblioteca (FREIRE, 1989).

Questões como relações sociais, perfil socioeconômico e cultural acabam por influir consideravelmente no desempenho do leitor e na compreensão do texto, pois o ato de dar sentido a ele está diretamente relacionado no contexto social em que o leitor está inserido. Pensamento este que Silva (1986, p.23) compartilha quando afirma que o ato de ler

[...] é, fundamentalmente um ato de conhecimento. E conhecer significa perceber mais contundentemente as forças e as relações existentes no mundo da natureza e no mundo dos homens, explicando-as. Aos dominadores exploradores ou opressores interessa que as classes subalternas não percebam e nem expliquem as estruturas sociais vigentes e o regime de privilégios.

Importante frisar que quando o leitor se apropria do texto, ele o faz mediante seu repertório cultural e de seus conhecimentos linguísticos. O enfoque dado à leitura nesse processo de interação entre leitor e texto é o reconhecimento da leitura, como veículo importante que favorece o estabelecimento de relações interpessoais, que possibilitam o crescimento do leitor e como elemento de transformação social do meio em que interage (RAULEN, 2012).

Percebe-se também uma forte corrente que defende a mediação da leitura, por considerar o acesso apenas como uma etapa da apreensão de práticas leitoras, a ênfase é dada ao uso da apropriação da leitura e de seus significados. Segundo Silva (1999), a marginalização socioeconômica cultural que se impõe a maioria da população brasileira, decorrente da lógica do sistema capitalista, acaba por conferir à biblioteca escolar uma grande responsabilidade, pois é nela que a maior parte dos indivíduos terá a oportunidade, em muitos casos a única, de contato com os livros e outros documentos. Essa lógica, ainda segundo o referido autor, aplica-se especificamente às escolas públicas em seu grande contingente de crianças de classes populares, que em muito dos casos, são expulsas da vida escolar muito antes de terem completado a escolaridade mínima obrigatória.

As práticas de leitura, segundo Machado (2010), não acontecem somente com a presença física de uma biblioteca, mas da construção do universo social leitor decorrente de práticas leitoras oportunizadas pela biblioteca. A seguir, será

feita uma tentativa de apresentar um panorama das bibliotecas públicas e escolares em seus avanços e retrocessos.

Em 2006, no segundo mandato do governo Lula, foi lançado um audacioso plano que tinha como objetivo principal democratizar o acesso ao livro e à leitura a todos os brasileiros, nascia então o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Este apresenta diretrizes para uma política pública de livro e leitura no Brasil, principalmente no que se refere às bibliotecas públicas e à formação de mediadores de leitura. Para tanto, a organização articuladora do PNLL está dividida em 4 (quatro) eixos norteadores: Democratização do acesso; Fomento à leitura e formação de mediadores; Valorização da leitura e da comunicação; e Desenvolvimento da Economia do Livro e 20 linhas de ação. O plano completou dez anos de seu lançamento em 2016, porém, ainda não se concretizou de forma sólida como política nacional do livro e leitura. Vale ressaltar que todos os projetos e programas com foco no livro e leitura são direcionados pelo PNLL. Nas seções posteriores, faremos uma análise acerca da situação das bibliotecas escolares e públicas no País.

3.1 Bibliotecas públicas

O surgimento de novos espaços para a leitura em países com desigualdades sociais acentuadas devem atuar como espaços, onde a sociedade civil se organize, demonstrando, dessa

forma, que a leitura não é um simples adorno nem um capricho, mas, sim, um instrumento que favorece a transformação e a consciência crítica (CASTRILLON, 2011).

Embora seja certo afirmar que o indivíduo precisa de informação pontual para satisfazer necessidades particulares, também é certo que o serviço que a biblioteca pública presta à sociedade civil organizada poderia ter maior repercussão quanto a busca de soluções democráticas amplas, das quais poderia também se beneficiar a maior parte da comunidade. As diferentes redes de cidadãos precisam e devem contar com a biblioteca como uma instituição auxiliar de seu trabalho (CASTRILLON, 2011, p. 83).

Patte (2012) entende que a biblioteca precisa encontrar o seu lugar e respeitar novas realidades e contextos, adaptando-se a novos usos e novas práticas. Considerando-a um lugar de encontros, deve-se abrir às diferentes gerações e aos diferentes modos de recepção de informação. Para que alcance aqueles que se encontram à margem da sociedade, a biblioteca deve ser inventiva, reservando um espaço central para a mediação. Num mundo com características cada vez mais tecnológicas, a biblioteca acentua a comunicação humana e as relações interpessoais.

O desenvolvimento de bibliotecas [...] permite tornar o livro mais acessível às camadas sociais que têm pouca familiaridade com ele. No entanto, a proximidade espacial não suprime a distância social e simbólica da leitura, pois esta põe em jogo aptidões e atitudes culturais ligadas às representações simbólicas do livro e da leitura (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p.133).

Alguns pesquisadores, entre eles Petit (2008, 2009), apontam a leitura como um fator imprescindível para a formação de uma consciência crítica e reflexiva. Em seus estudos com jovens franceses residentes em áreas de fragilidade social, a referida autora realiza uma análise orgânica da relação entre a leitura e a formação de uma juventude crítica com capacidade de análise de sua situação e com aportes para contribuir na mudança de cenários, enfatizando o poder existente nas práticas leitoras e na necessidade da criação de espaços que viabilizem a sociabilidade da leitura. A leitura é entendida por Hollrellou-Lafarge e Segré (2010, p.144) como um processo dinâmico e “[...] em constante evolução; as maneiras de ler, de compreender, de interpretar, variam segundo as aptidões e os investimentos individuais. O modo de apropriação dos textos é criação, invenção, sempre em movimento.”

Segundo Machado (2008), as bibliotecas enfrentam uma situação adversa, pois podem atuar como espaço estratégico para implantação de políticas públicas informacionais que possibilitem inclusão/interação social e cultural, além de implementar o uso de tecnologias que poderiam viabilizar o uso do espaço em um ambiente público, colaborativo e de transformação social.

Trabalhamos nesse ensaio com o entendimento de que sofremos um golpe, em 2016, que “[...] se deu, como vimos, por um amplo acordo de interesses, reeditando o ‘velho acordo brasileiro’, entre as diversas elites, agora comandada pela elite financeira” (SOUZA, 2016, p.7). O cenário político pós-golpe é desolador com o início de uma política de arrocho

econômico e com a aprovação da PEC 147 que congela em 20 anos o investimento em políticas sociais (leia-se também as educacionais e culturais) fato que torna o futuro ainda mais incerto. Dessa forma Stédile (2016) nos incita a retomar com força a pressão popular para que, enfim, ocorra um plebiscito, para que por direito o povo possa decidir sobre os rumos políticos do país. Para o referido autorsamente através de uma assembleia constituinte pode-se materializar a tão decantada reforma política, para que o povo possa enfim exercer seu direito expresso na Constituição.

Quando anunciado o fim do Ministério da Cultura por este governo ilegítimo, acendeu-se uma luz vermelha em relação às políticas culturais efetivadas em âmbito nacional, o que parecia estar caminhando a passos moderados, vimos o avanço abrupto da estagnação e paralisação das ações do Ministério da Cultura, que gerou um movimento de resistência de proporções nacionais, quando grupos artísticos, militantes da cultura e produtores culturais, o “Ocupa MinC”. Este movimento se estendeu em praticamente todos os estados da Federação, com manifestações artísticas durante todo o movimento. O governo interino, diante das pressões, recuou e desistiu da extinção do Ministério. Ferreira (2016, p.95) faz a seguinte análise sobre a tentativa de extinção do ministério e as ocupações:

Tristemente, mais uma vez se subestimou a cultura e a credibilidade conquistada por seu ministério no Brasil e no exterior. Os desafios que ao MinC se impõem exigem

a força institucional e a autonomia de gestão que só um ministério tem.

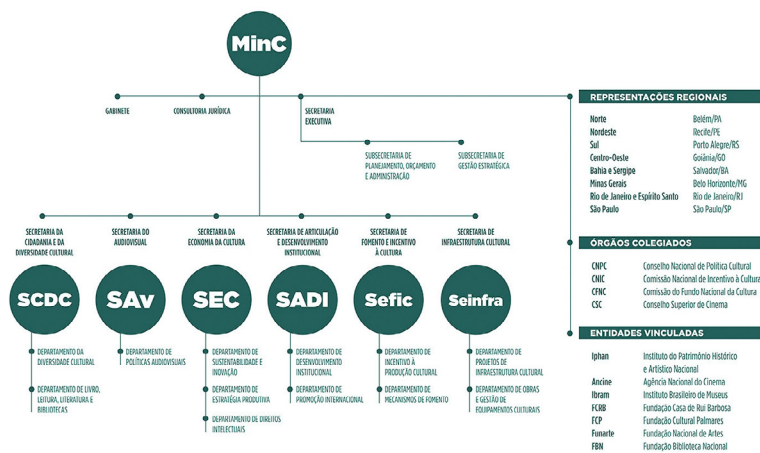
Desvalorizar a importância da cultura para o país e, com a extinção da pasta, intentar neutralizar manifestações contrárias ao golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff não surtiram o efeito desejado. Tanto que o governo ilegítimo teve de recuar e recriar o ministério.

Temer reagiu, porque subestimou o poder do mundo da cultura. Houve mobilizações e protestos em muitas cidades do país contra a extinção do MinC: sedes foram ocupadas, produtores e cineastas protestaram em Cannes, artistas como Caetano Veloso se mobilizaram, e o Governo interino se surpreendeu com a resposta. Subordinar a cultura à educação é um retrocesso rumo a um Brasil de trinta anos. Antes de recuar, Temer sondou cinco mulheres, artistas e gestoras públicas proeminentes, para que ocupassem a Secretaria de Cultura – que seria subordinada ao Ministério da Educação –, e todas rejeitaram.

No entanto, mesmo com a não extinção do MinC, muitas ocupações continuaram, pois o “Ocupa MinC” entendia que a resistência não seria unicamente por conta do fim da pasta, mas sim contra a tentativa de golpe que viria se concretizar mais adiante. Com esta realidade apresentada, ocorre mais um problema a ser resolvido pelo governo interino: Quem chamar para ocupar o Ministério da Cultura? Assim que assumiu o poder, Michel Temer ao apresentar a composição de seu ministério foi acusado de machista e misógino, pela clara exclusão de mulheres para comandar as pastas, bem como negros também. Seria a marca de como este novo governo pretendia agir.

Houve tentativas e convites para mulheres assumirem o Ministério da Cultura, mas todas recusaram veementemente e a pasta acabou ficando a cargo de Marcelo Calero, um gestor com uma proximidade enorme com a iniciativa privada, porém, Calero renunciou ao cargo após denunciar tentativa de favorecimento ilícito para concessões dadas pelo Iphan ao mercado imobiliário na Bahia. Assume então Roberto Freire, vale mencionar que o Ministério da Cultura passou por uma reordenação do organograma do Ministério fato, que incidiu de forma direta no poder decisório e de orçamento para os programas e projetos.

Figura 4 - Organograma MinC



Fonte: MinC (2016)

No novo organograma a antes Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas foi rebaixada para o status de departamento subordinado à Secretaria da Cidadania e da

Diversidade Cultural (SCDC), o que em termos de gestão pública minimiza muito o poder decisório e de execução. Mesmo tendo um profissional bibliotecário assumindo o departamento, e com conhecimento amplo sobre a matéria, não se vislumbra um horizonte para o livro e leitura, haja vista estar bem claro que tal pauta não é prioridade para este governo.

No site do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), cuja última atualização data de abril de 2015, apresenta um total de 6102 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados e no Distrito Federal, sendo:

- a) 503 na Região Norte;
- b) 1.847 na Região Nordeste;
- c) 501 na Região Centro-Oeste;
- d) 1958 na Região Sudeste;
- e) 1293 na Região Sul (SNBP, 2015).

Obviamente que aspectos conjunturais devem ser levados em consideração acerca destes dados, muitas destas bibliotecas listadas sequer devem existir ainda devido a descontinuidades de projetos de governo ou mesmo falta de compromisso para com o bem cultural. Vale ressaltar, também, que alguns dados são oriundos dos sistemas estaduais de bibliotecas públicas que colheram suas informações através de dados encaminhados pelas secretarias municipais ou departamentos de cultura, sem que necessariamente ocorressem visitas *in loco* para averiguar a veracidade das informações.

Outro ponto a se considerar a respeito das políticas públicas para o livro e leitura são as formulações e implementações dos planos estaduais e municipais para que fortaleçam o plano nacional apesar das muitas discussões ocorridas em âmbito nacional, porém, efetivamente poucos planos se consolidaram, e aqueles que já previam orçamento menos ainda, dos planos já aprovados destacam-se os de Nova Iguaçu (RJ), Salvador (BA), Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP).

4 CONCLUSÃO

Neste ensaio, não pretendemos esgotar toda a compreensão da matéria até porque não teríamos condições materiais para tal feito. Propusemo-nos a realizar uma análise acerca da situação das políticas públicas para o segmento do livro, leitura, literatura, bibliotecas nos últimos anos, tendo como recorte temporal o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e também toda a reconfiguração do cenário político brasileiro pós-impeachment.

Buscando sempre a apreensão dos fenômenos, para além de sua aparência, adotamos uma visão crítico-dialética, para analisar a problemática do Brasil ser, ou não, um País de leitores e quais as determinantes para consolidação desta realidade. Sabemos, pois, que a historicidade ocupa destaque para que entendamos que o cenário que ora se vislumbra é decorrente de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais

que se configuram em um movimento não-linear e muito menos homogêneo, portanto contraditório.

O Brasil é signatário de vários acordos internacionais que visam à erradicação total do analfabetismo, porém, como visto no texto, apesar de algumas melhorias pontuais o País ainda continua muito abaixo do esperado na eliminação do problema, o que gerou por parte da ONU uma cobrança incisiva por políticas educacionais mais agressivas. Esta realidade nos apresenta um questionamento: Como elaborar políticas de incentivo à leitura em um país onde os índices de analfabetismo continuam alarmantes? O brasileiro consome livros? Qual a percepção acerca das bibliotecas? Estes questionamentos são importantes para tentar compreender a complexidade que são as políticas públicas para o livro e leitura.

A pesquisa Retratos da Leitura traz elementos, para que possamos vislumbrar este perfil leitor e tentar redirecionar, em cima deste indicador, estratégias de ação com foco no livro e leitura. Quando os entrevistados respondem que entendem a biblioteca apenas como um lugar para pesquisar e estudar, perde-se de vista a função social deste espaço, como centro cultural que trabalha a biblioteca em uma visão mais ampla.

O PNLL tem objetivos ousados, porém, para o seu sucesso, faz-se necessário engajamento dos estados e municípios, o que não tem angariado muitas adesões; isto faz com que a política perca força e se dilua em programas e projetos que, ao não ter papel relevante aos olhos da gestão, acabam por não alcançar os seus objetivos. O número ínfimo de municípios com seus planos aprovados reflete a falta de compromisso,

e o descaso para com alguns programas em algumas cidades atestam esse descompromisso (basta pesquisar trabalhos de avaliações de programas como: Arca das Letras, Livro Aberto, Pontos de Leitura e Pontos de Cultura para confirmar esta premissa).

O fato de não termos também um banco de dados atualizado a respeito das bibliotecas municipais, com informações fidedignas, mostra a falta de informação precisas acerca de como se encontram nossas bibliotecas públicas; talvez a saída fosse à criação de observatórios estaduais, sob a reponsabilidade da sociedade civil, para que fosse realizado um diagnóstico real da situação destes equipamentos culturais, resultando numa radiografia das bibliotecas públicas municipais do País.

Acreditamos, ainda, esperançosos e confiantes, que se pode tencionar para a mudança deste cenário, sendo necessário que a sociedade civil assuma papel central de protagonista neste embate, e assim garantir que a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas tenha maior destaque no governo. Feito a análise, apresentamos algumas premissas que nos ajudam a compreender melhor a matéria:

- a) As políticas educacionais e culturais de incentivo à leitura no País são consideradas ineficientes, pois ainda são muito grandes os contrastes nas regiões evidenciados em pesquisas, que atestam sua ineficácia ao tentar diminuir o número de analfabetos no País e na democratização a equipamentos educacionais como as bibliotecas;
- b) A falta de articulação entre governo federal, estados, municípios e com a sociedade civil dificulta a elaboração e execução de políticas educacionais de incentivo à leitura, por questões

ideológicas, partidárias ou ineficiência no planejamento de ações;

- c) Apenas a existência de uma plano não é suficiente, para que o mesmo alcance seus objetivos, haja vista, a situação educacional, cultural e social do País ser resultado de processos históricos culturais arraigados que dificultam avanços reais. As ações não levam em consideração a diversidade cultural existente no País, suas dinâmicas, estruturas produtivas e cultura, submetendo-os a uma política que não respeita as características de cada região, acabando por se tornarem políticas ineficazes no alcance de seus objetivos.

Por esta razão somos partidários da retomada do projeto iniciado no governo anterior, o qual se vislumbra ações pontuais que buscavam maior aproximação com a sociedade civil. Embora tenhamos muitas críticas, entretanto não se pode desconsiderar os avanços obtidos nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que deram uma nova dimensão ao Ministério da Cultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Escolar. 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. Educação sob a lógica do mercado: políticas de financiamento e parcerias com o setor privado. In: COUTINHO, Joana Aparecida; LOPES, Josefa Batista (Orgs.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.

FERREIRA, Juca. Cultura e resistência. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entendero impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade:** e outros escritos. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (O mundo hoje ; 10).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso século; 4).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Indicadores sociais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?indicador=1&id_pesquisa=149>. Acesso em: 14ago.2014.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil 2012**. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 184f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, 2008.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Ciência da Informação**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.94-111, 2010.

MALASSIS, Louis. Educação e desenvolvimento rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. (Orgs.). **Vida rural e mudança social:** leituras básicas de sociologia rural. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação – SEDUC. **Informe Estatístico**. 2014. Disponível em: <http://www.educacao.ma.gov.br/Documentos/INFORME_2012.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2014.

PATTE, Geneviève Patte. **Deixem que leiam**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PETIT, Michéle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2008.

PETIT, Michéle. **A arte de ler: ou como resistir a adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.

PRADO, Geraldo Moreira. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/integração do cidadão na sociedade da informação. **Informação e Sociedade**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.143-149, jan./jun., 2010.

PROPORÇÃO DE BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS. O Globo. 2014. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/sociedade/proporcao-de-bibliotecas-nas-escolas-brasileiras.html>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

RAULEN, Rosângela Janea. **A arte de contar histórias como agente de leitura**. Disponível em: <http://www.utp.br/eletras/ea/eletras9/texto/Artigo9_5.doc>. Acesso em: 22 out. 2012.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Dados das bibliotecas públicas no Brasil. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

STÉDILE, João Pedro. Frente ao golpe, a mobilização popular. In: PRONER, Carol et al (Orgs.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. Curitiba: Ibipex, 2010. (Série Literatura em Foco).

O DESMONTE DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS
DE CULTURA NO BRASIL:
foco nas bibliotecas
públicas e escolares

Maria da Glória Serra Pinto de Alencar

1 INTRODUÇÃO: Contexto histórico-
político de desmonte das políticas
públicas no Brasil

No Brasil, as políticas públicas direcionadas ao segmento da cultura nunca foram consolidadas fortemente. Se tentarmos traçar o percurso histórico dos eventos políticos institucionais relevantes para esta área, poderemos verificar o quanto de verdadeiro tem essa premissa. Assim,

As transformações das políticas públicas para a cultura no Brasil são particularmente marcadas em três períodos da história republicana brasileira: **a ditadura do Estado Novo** – que vai do golpe de estado liderado por Getúlio Vargas em 1937 até à sua deposição em 1945; **a ditadura militar** de 1964 a 1985 e; **a redemocratização da sociedade brasileira**, cujos marcos específicos para a política cultural são a criação do Ministério da Cultura (MINC) em 1985, e

a promulgação da Constituição em 1988. (CARVALHO; GAMEIRO; GOULART, 2008, p. 3).

Seria demasiado longo, para o propósito deste texto, falar dos 2 primeiros períodos históricos destacados pelos autores acima. Dessa forma, a ênfase a ser dada aqui será para o 3º momento, a partir da década de 80, marco para as políticas culturais no País em virtude da criação do Ministério da Cultura.

Em meados da década de 80, foi criado o Ministério da Cultura. Celso Furtado, destacado intelectual e personalidade da esquerda brasileira, torna-se ministro da Cultura. Em 1986, havia sido promulgada a primeira lei federal de incentivo fiscal à cultura, marco na relação do Estado com a comunidade artística, conhecida como Lei Sarney, nome do então presidente da República. (CARVALHO; GAMEIRO; GOULART, 2008, p. 5).

Ao nos referirmos à forma e ao contexto em que foi criado o Ministério da Cultura e a Lei Sarney, não podemos nos omitir em nos reportar às diversas fases do processo das políticas públicas. Na verdade, são inúmeras as abordagens conceituais sobre as políticas públicas. De acordo com Souza (2006, p.24), “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública.” Entretanto, existe consenso em um aspecto: As políticas públicas se constituem em um processo dinâmico e complexo onde intervêm muitos sujeitos que apresentam expectativas e interesses diversificados. Cada política é, portanto, o produto dessa complexa interação de pessoas e organizações, onde cada um desses sujeitos buscará definir um problema para abordar ou uma realidade sobre a

qual irá intervir. A política pública é considerada assim como uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. (SILVA, 2008, p. 90).

Para Rúa (19-- , não paginado), “as políticas públicas (policies) [...] são [...] resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.”

Ou seja, além de valores, as políticas públicas incluem decisões, ritos, normas, procedimentos, recursos materiais, sujeitos sociais e se desenvolvem em movimentos com dinâmicas próprias, onde em cada um deles existem sujeitos, restrições e resultados que vão se relacionando entre si.

Assim, a política vista como um processo conjuga um conjunto de momentos, ou movimentos, não lineares, articulados e interdependentes e, às vezes, concomitantes. (SILVA, 2008, p. 92). A maioria dos autores indica que estes movimentos são divididos em três fases, embora encontremos autores que ampliem estes estágios para mais de três momentos ou movimentos. Entretanto, na sua essência, a divisão em mais ou em menos fases não implica em conceitos diferenciados.

Tomando por base o que Souza (2006, p. 29) denomina de ciclo, ou processo, da política pública, tem-se então: definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Anterior a cada um desses momentos, a política passa por outras instâncias em que se identificam a situação problema (“issues”). Esta poderá se tornar em uma questão social,

para, finalmente, entrar na agenda pública de cada país. Isto em uma dinâmica em que as questões sociais adentram na agenda pública, ou seja, nem toda situação problema se torna uma questão social a ponto de se configurar em um item a fazer parte da agenda governamental de um país. Os “issues” são gerados por pessoas ou grupos, mas nem todos têm o mesmo poder de pressão, nem a mesma legitimidade.

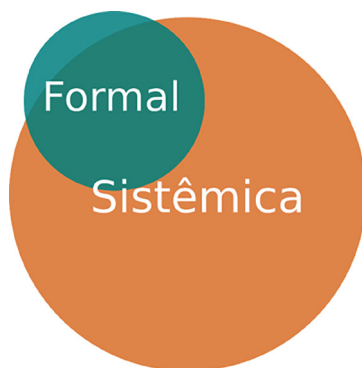
Sobre os tipos de agenda, autores como Cobb e Elder (1971) e Meny e Thoenig (1992) citados por Souza (2006, p. 80), classificam em: agenda sistêmica ou conjuntural, que seriam os assuntos e os temas reconhecidos pelo público em geral sem, contudo, estar sob a atenção formal do governo; e agenda institucional, governamental ou formal, a qual inclui os problemas que estão na atenção formal do governo, isto é, temas que, de alguma maneira, estão incorporados na estrutura administrativa e no discurso das autoridades. Além do mais, um item pode entrar na agenda formal sem ter feito parte da agenda sistêmica ou fazer parte da agenda sistêmica e não integrar a agenda formal.

Silva (2008, p. 92) salienta também que a constituição do problema ou da agenda governamental pode ser constituída por uma lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção da sociedade e do governo, podendo se transformar em questão social merecedora de atenção por parte do poder público e, por conseguinte, se transformar em política.

Para Dye (2005), existem duas estratégias com respeito ao modo como as demandas chegam a entrar na agenda governamental: a primeira dentro de uma abordagem pluralista,

em que as sociedades modernas são integradas por um sistema de valores diferencial. Os indivíduos são socializados para aceitação desses valores e dos objetivos organizacionais, com fortes tendências consensuais. A esta estratégia, Dye (2005) a denomina de bottom-up, pois considera que as ações vêm de baixo para cima, ou seja, numa sociedade aberta e democrática, qualquer problema pode ser identificado por qualquer sujeito que compõe a arena política de uma sociedade (indivíduos ou grupos, partidos políticos, candidatos, líderes políticos, mídia, etc.).

Figura 1 - Agenda Formal e Sistêmica



Fonte: elaborada pela autora

A segunda estratégia abordada por Dye (2005), é a top-down, defendida pelos nacionalistas ou elitistas. Os atores estatais desenvolvem um papel essencial na escolha das políticas sociais. O Estado é percebido como modelador da

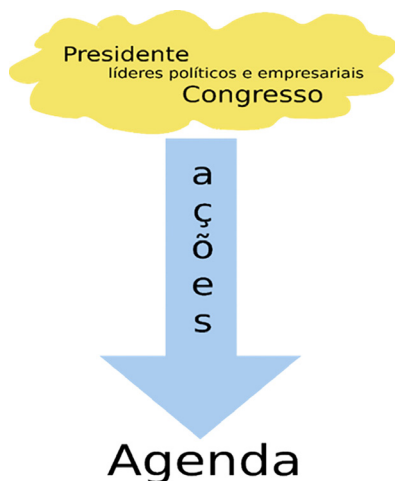
sociedade e as políticas são amplamente definidas pelas elites e pelo próprio Estado. A motivação inicial para a formulação da política provém de esforços corporativos ou pessoais. (SILVA, 2008, p. 94).

Assim, percebemos que a partir da criação do Ministério da Cultura e da promulgação da Lei Sarney no Brasil, as políticas públicas para o segmento da cultura vão se institucionalizando dentro de uma perspectiva, por um lado, de pressão da sociedade (artistas, intelectuais, etc.), porém, por outro lado, e muito mais fortemente, para atender à pressão do mercado diante de um contexto favorável à implantação das políticas neoliberais no País.

Figura 2 - Estratégia Bottom-Up



Figura 3 - Estratégia Top-Down



Fonte: elaborada pela autora

A nova lei, que buscava atrair investimentos privados para o financiamento da cultura mediante isenção fiscal, abre as decisões sobre a cultura ao mercado. Esta foi a forma escolhida para atender à crescente pressão da sociedade para um maior suporte estatal à cultura: estimular a relação entre produtores e artistas com empresários que, claro, fortaleceu a concepção liberal da gestão de cultura ao deixar a condução das ações a cargo do mercado. Nesse momento estabelecem-se, no campo da cultura, novas regras do jogo, pois as políticas públicas cuja elaboração era de exclusiva alçada da tecnoburocracia, se abria agora à condução pelas empresas. As leis de incentivo promoveram a valorização do capital econômico como recurso de poder para definir que manifestações e eventos culturais seriam financiados. (CARVALHO; GAMEIRO; GOULART, 2008 p. 5).

Entretanto, o pior ainda estava por vir! Ainda que os poucos passos que foram dados ao setor da cultura no Brasil tenham vindo para atender a uma demanda muito mais fortemente atrelada ao capital, o que se seguiu, no Governo Collor de Melo, foi um total desmonte das conquistas adquiridas em períodos anteriores.

Pouco depois a área da cultura foi afetada pelo poder discricionário do presidente Fernando Collor, eleito em 1990, que realizou uma implosão do sistema de cultura, lentamente e penosamente criado no país. Foram extintos mecanismos, experiências e instituições culturais como, à época, o recente Ministério da Cultura e dispensados milhares de funcionários públicos. O objetivo declarado era a contenção dos gastos públicos, num quadro econômico instável, o que de fato aconteceu ao ser reduzido o orçamento federal para a cultura em mais de 50% em relação período anterior, fato que foi agravado pela desativação de Lei Sarney. A sociedade civil não foi consultada em toda esta convulsão, mas resistiu ao desmonte institucional ao exigir, de múltiplas formas, a recomposição dos instrumentos políticos obtidos anos antes, o que levou à formulação, em 1991, de um projeto substitutivo da lei Sarney, em vigor até hoje. (CARVALHO; GAMEIRO; GOULART, 2008, p. 6).

Porém, o Governo Collor não conseguiu se manter por muito tempo no poder por conta do impeachment que o atingiu e o contexto, após a sua destituição, se manteve novamente favorável à interlocução entre o governo e a sociedade.

A destituição do presidente Collor de suas funções em um complexo processo de impeachment pelo Congresso Nacional, permitiu o início da reconstrução da estru-

tura institucional da cultura que existia até então. Só em 1993, com a realização da Conferência Nacional de Cultura, é retomado o diálogo entre o governo e a sociedade. Refunda-se o Conselho Nacional de Política Cultural e resgatam-se as atuações do Estado na cultura. De fato, trata-se de um resgate, pois a luta visava retomar o que havia sido desmontado. Iniciativas políticas dos governos liberais, como as leis de incentivo fiscal, transformaram-se rapidamente em bandeiras de luta da sociedade civil. Se estabelecia na sociedade (ou no campo político) novas regras do jogo. O restabelecimento da democracia e das suas instituições reacendeu as expectativas da sociedade civil quanto ao atendimento às suas reivindicações. Ao mesmo tempo em que, no campo econômico, o debate que se travava era de redução dos gastos e do tamanho do Estado, conseqüentemente de redução ou mudança na lógica das políticas públicas e de participação da sociedade. (CARVALHO; GAMEIRO; GOULART, 2008, p. 6).

Apesar de avanços significativos para a área da cultura e para o processo de redemocratização da sociedade brasileira conquistado pelas lutas e movimentos sociais nos anos 80, na década seguinte, a escolha pelo ideário neoliberal é reforçada na agenda da Reforma Gerencial do Estado.

De acordo com Paes de Paula (2005, p. 38), a articulação política de caráter liberal, encabeçada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira, a partir do governo central, baseou-se em um conceito de desenvolvimento dependente e associado, estratégias neoliberais de estabilização econômica e ações administrativas orientadas para o mercado. A Reforma do Estado “levou a ações direcionadas para o corte nos orçamentos

públicos, dispensa massiva de servidores públicos e cortes nos direitos de trabalho.” (BORON, 2006, não paginado).

No processo de reforma do Estado percebe-se uma transferência de responsabilidades à sociedade sem, no entanto, fortalecer a cidadania, pois os espaços de participação servem apenas para respaldar decisões políticas já tomadas. A cidadania ganha um significado neoliberal ao incluir as pessoas como consumidores, desfalecendo a essência instituinte e política, em construção nos anos de luta pela democracia. Nesse mesmo período, observa-se o surgimento de novas configurações no campo social e político do Brasil como alternativas à cultura neoliberal vigente. As lutas sociais e o processo de organização popular fizeram com que em 1989 a nordestina Luiza Erundina fosse eleita prefeita do município de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que por sua vez convidou a filósofa Marilena Chauí para assumir a pasta da secretaria de Cultura. Marilena Chauí, uma respeitada intelectual brasileira, pautou sua gestão pela recusa das três concepções de política cultural oficial brasileira: aquela produzida pelo estado, a populista e a neoliberal. E instituiu o conceito de Cidadania Cultural, apregoando a cultura como um direito do cidadão. Segundo sua própria definição ‘tratava-se de uma tomada de posição quanto ao modo de inserção da cultura na sociedade de classes, na república e na democracia’ (CHAUÍ, 2006, p. 69). Com essa nova concepção, plantou as bases do que viria ser o modelo de política cultural do futuro governo nacional petista, a partir de 2003. (CARVALHO; GAMBINO; GOULART, 2008, p. 6).

Na verdade, o Brasil, como outros países da América Latina, sempre sofreram influências das macro políticas adotadas pelos países hegemônicos. Assim, a cultura, no cenário

internacional, também foi “alvo de reivindicação por diversos segmentos da sociedade civil global e por alguns organismos transnacionais, que exigiam sua regulamentação, definição e normatização, em face das profundas transformações ocorridas no século XX.” (BEZERRA; WEYNE, 2013, p. 7).

No final da década de 70 e ao longo dos anos 80, assistiu-se à expansão dos mercados culturais, a maior dinamização do processo de globalização cultural, a preocupação com a homogeneização cultural, o avanço das novas tecnologias da informação, os movimentos e conflitos de matriz étnico-religioso; todos esses fenômenos sociais colocaram em pauta a urgência de discussões acerca do tema da diversidade e da identidade cultural em todo o globo. (BEZERRA; WEYNE, 2013, p. 7).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO, diante desse contexto de debates e reivindicações da cultura como uma das áreas de sua competência específica, com o objetivo de regulamentar e formular recomendações para a valorização da diversidade cultural como estratégia para resolução de conflitos e como fator de desenvolvimento social, passou a liderar estas discussões e realizar inúmeras convenções. (PITOMBO, 2011).

A partir dos anos 90, a UNESCO inclui o tema da diversidade cultural para a ordem do dia. Dessa forma, esse tema passou a ser uma “espécie de núcleo global das tensões envolvendo cultura e desenvolvimento”, uma vez que o conceito de cultura já tinha se ampliado e penetrado a temática da economia e do desenvolvimento, devido “ao crescimento da demanda por bens e serviços culturais em todo o mundo”

e o entendimento de que a “totalidade de hábitos, crenças, valores e costumes culturais deveriam ser considerados como um espaço central das políticas de desenvolvimento material.” (ALVES, 2011, p. 233).

Surge então um grande apelo global em nome da preservação e promoção da identidade e diversidade cultural. A UNESCO passou a definir instrumentos jurídicos de proteção e promoção da diversidade, entre elas a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, em 2001, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003, e a Convenção Sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em 2005. Esta última marca a consolidação de um conjunto de instrumentos jurídicos formulados pela UNESCO desde a década de 1970. Forma-se, assim, uma tendência mundial que aponta para o reconhecimento e valorização da diversidade e da identidade cultural e para o uso estratégico da cultura como fator de desenvolvimento social e econômico. (BEZERRA; WEYNE, 2013, p. 7).

Diante desse panorama global, no Brasil, em 2002, se tem início a era Lula (2003/2010), no Governo Federal. Por intermédio de seus ministros da cultura, Gilberto Gil (2003/2007) e Juca Ferreira (2008/2010), com base nos princípios formulados por Chauí (2006) e nas novas regras preconizadas internacionalmente, tem-se, então, a retomada do compromisso para uma nova agenda pública para a política cultural no país. (BEZERRA; WEYNE, 2013, p. 8).

Essa nova visão possibilitou uma retomada do papel intervencionista do Estado e a reestruturação institucional

do Ministério da Cultura (MinC), que criou secretarias e programas para atender a novas áreas culturais através de processos de construção de políticas culturais mais democráticos. A cultura passou a ser entendida como importante instrumento de inclusão social, cidadania e desenvolvimento. A ênfase saía do mercado, o que até então prevalecia na política cultural brasileira, para o social, com programas e ações direcionados a todos os ‘cantos e recantos do Brasil’. (BEZERRA; WEYNE, 2013, p. 8).

O processo de descentralização das políticas culturais foi uma das principais marcas do Governo Lula. Este Governo pretendeu ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e apoiar ações voltadas para integração e inclusão de todos os segmentos sociais, na valorização da diversidade e no diálogo com os múltiplos contextos da sociedade brasileira.

Foi exatamente por esse fator da descentralização das políticas culturais, do acesso aos bens e serviços com o foco em desenvolver uma “cultura para todos”, o alvo dos ataques para o processo do impeachment do governo que o sucedeu. O êxito das políticas sociais foi uma das causas do golpe contra o mandato legítimo, constitucional e democrático da herança lulista que chegou até a presidenta Dilma Rousseff. O golpe foi dado contra os acertos de um governo populista. (ANANIAS, 2016).

Entretanto, o Governo Lula/Dilma não procurou disciplinar, “com maior empenho e o necessário vigor, o capitalismo predatório e selvagem que ainda prevalece no Brasil.” Por isso, não avançaram

em reformas fundamentais, estruturantes e disciplinadoras do poder econômico e dos interesses particulares que se opõem ao bem público: as reformas agrária, urbana e tributária. Todos os países capitalistas que conseguiram equilibrar os interesses privados com as superiores exigências do interesse coletivo e nacional fizeram essas reformas, necessárias aqui para traduzirem na prática o princípio constitucional da função social da propriedade e das riquezas. (ANANIAS, 2016, p. 1).

Ainda segundo Ananias (2016), os governistas da base da aliança Lula/Dilma, infelizmente, não consolidaram e não conseguiram ampliar “para os planos estaduais e nacional as experiências locais de orçamento participativo. Com isso desprezaram novas possibilidades para o planejamento e a democracia participativa.” E acrescenta,

Aos golpistas assustam essas possibilidades de expansão da democracia, da participação popular e do exercício efetivo, cotidiano, dos direitos e deveres da cidadania. Veem nas políticas sociais emancipatórias que implantaram a raiz e o anúncio do que, para eles, é o mal maior: a expansão dos direitos sociais, dos direitos dos trabalhadores; a presença crescente e consciente de segmentos excluídos na vida política do país. Assim, vieram para matar o mal pela raiz! Além das questões relativas à expansão da democracia participativa em detrimento do poder quase absoluto que os novos golpistas exercem no país há séculos, há uma outra questão que Marx levantou e que os arautos do neoliberalismo e do capitalismo selvagem explicitam com surpreendente e meridiana clareza e, uma vez mais, confirmam, pelo avesso, tese do pensador alemão: o acúmulo do capital. Reduzir, se possível extinguir os investimentos sociais, os direitos trabalhistas, os benefícios destinados aos trabalhadores

e aos oprimidos, para aumentar o ganho das grandes empresas capitalistas, dos bancos, dos interesses externos e estranhos aos interesses da pátria. Não podiam ser mais claros e explícitos. E estão tentando, pela propaganda e a manipulação de informações, impor a ideia perversa de que é bom para todos aquilo que, na verdade, só é bom para interesses econômicos poderosos e minoritários. (ANANIAS, 2016, p. 1).

As maiores consequências desse momento histórico e repugnante da vida política do País, a partir do golpe sofrido pelo Governo Dilma, foi a extinção de ministérios estratégicos na perspectiva da inclusão e da coesão social, componente fundante do projeto nacional.

Extinguiram o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Com isso, excluem do debate e da formulação das políticas públicas os legados autoritários e discriminatórios do machismo, do patriarcado, da escravidão; excluem a afirmação dos direitos fundamentais que são os direitos humanos constitucionalizados e positivados onde se integram os direitos individuais, os direitos sociais, econômicos e culturais; os direitos coletivos, difusos, ambientais; direitos das minorias, das crianças e adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência. Excluem e impedem a juventude de participar, pelas vias institucionais, da construção do presente e do futuro do país. (ANANIAS, 2016, p. 1).

E como sempre, conforme o que vimos anteriormente, no contexto histórico de desmonte das políticas culturais no Brasil, extinguiram também, segundo Ananias (2016, p. 1), “o Ministério da Cultura, onde se debate, entre outros temas, a

identidade nacional que se expressa através das manifestações culturais e artísticas diversificadas e regionalizadas, que respeitam e promovem as diferenças.”

O governo ilegítimo adota medidas concretas contra o Programa Mais Gestão, de apoio ao cooperativismo; e contra programas de apoio à agroindústria, à comercialização, à implementação de políticas públicas referentes à educação, à saúde, à moradia, ao saneamento básico, ao lazer, à qualidade de vida e desenvolvimento nos assentamentos, territórios da agricultura familiar e das comunidades e populações tradicionais. (ANANIAS, 2016, p. 1).

O que temos atualmente é uma crise política das mais agudizadas para o segmento da cultura. “As políticas de Michel Temer se baseiam numa concepção patriarcal, misógina, racista e fundamentalista da sociedade, do mundo e do ser humano.” (CARLOTTI, 2016, p. 1). No mesmo artigo, a autora acrescenta:

O Plano Temer visa atingir ‘não só os governos progressistas ou partidos de esquerda’, mas ‘as políticas públicas de carácter emancipatório e os sujeitos dessas políticas’. É ‘o desmonte de um estado democrático de direito com a implantação de um Estado cada vez mais autoritário que se pretende centralizador’. “A fragilidade cultural do país é tão grande que dificulta a convivência democrática sólida, a aceitação do diferente, a superação dessas mazelas oriundas da escravidão’. Parte da ‘confusão’ que aconteceu na sociedade e da ‘facilidade de manipulação pela grande mídia e pela direita advêm de debilidades culturais’.

Na avaliação de Carlotti (2016, p. 1), o processo de ascensão social, ocorrido nos últimos anos, não foi capitalizado de forma correta, justamente, “por falta de um processo político, cultural e educativo capazes de explicar à sociedade o que estava sendo vivido e que se tratava de luta de classes e de um processo político de enfrentamento de privilégios e desigualdades estruturais”.

Para o ex-ministro da cultura Juca Ferreira, o enfrentamento na área cultural será decisivo. Ele destacou, ainda, a subestimação dos governos petistas “da construção de um processo de política de Estado para alargar o desenvolvimento cultural da nossa sociedade”. Um desenvolvimento que, em última instância, “trata-se da capacidade de ver e compreender o mundo, de forma positiva, desenvolver a capacidade crítica”. (CARLOTTI, 2016, p. 1).

Na verdade, mais do que nunca temos que levar a cabo o que “Marx falou sobre a necessidade vital de mudar, ‘de cima a baixo’, as condições de existência **como um todo**, sem o que todos os esforços direcionados à emancipação socialista da humanidade estão destinados ao fracasso.” Na verdade, “nada menos do que uma transformação radical de ‘toda a nossa maneira de ser’ pode produzir um adequado sistema de controle social”, sob qualquer aspecto, notadamente no que se refere ao plano cultural de um país. (MÉSZÁROS, 2011, p. 74, grifo do autor).

2 CONCLUSÃO

Esse texto não teve a pretensão de realizar um estudo aprofundado sobre a situação das bibliotecas escolares no Brasil. Porém, diante de todo esse cenário de crise que vivemos hoje, em relação, principalmente, às políticas culturais no País, não podíamos nos furtar de apresentar alguns dados referentes à estas.

Figura 4 - Números de bibliotecas por regiões



Fonte: MAPA do Brasil. Disponível em:
<www.google.com.br>. Acesso em: 30 out. 2016.

Região Norte = 26,7%

Região Nordeste = 30,4%

Total = 57,1%

Região Centro Oeste = 63,6%

Região Sudeste = 71,1%

Região Sul = 77,6%

Como bem demonstrado acima, o número total de bibliotecas escolares demonstra a disparidade entre as regiões, onde as regiões Norte e Nordeste são as mais atingidas pela ausência de políticas públicas para a cultura, onde se observa que a soma das duas regiões ainda é inferior ao número de bibliotecas escolares nas regiões Centro Oeste, Sul e Sudeste.

Se pensarmos em nível local, a situação ainda é mais crítica. O Maranhão é o Estado com menor índice de bibliotecas escolares. Apenas 15,1% das escolas do estado possuem biblioteca. Na ponta do ranking, estão o Distrito Federal (90,9%), o Rio Grande do Sul (83,7%) e o Rio de Janeiro (79,4%). O que destoa da lista, no entanto, é o aparecimento do Estado de São Paulo com um dos piores resultados do ranking, com 85% das unidades de sua rede pública (escolas estaduais e municipais) sem biblioteca. São 15.084 unidades sem bibliotecas. (CENSO ESCOLAR, 2014).

Nesse sentido, o Brasil precisa construir 130 mil bibliotecas até 2020 para cumprir a Lei 12.244, que estabelece a existência de um acervo de pelo menos um livro por aluno em cada instituição de ensino do País, tanto de redes públicas como privadas. Hoje, na rede pública, apenas 27,5% das escolas têm biblioteca. Para equipar todas as 113.269 escolas públicas sem biblioteca, seria necessária a construção de 34 unidades por dia, segundo um levantamento realizado pelo movimento Todos Pela Educação com base no Censo Escolar 2011. O estudo também faz uma comparação com números do Censo 2008 e mostra que, mesmo as escolas construídas nos três anos seguintes (foram 7.284 novas unidades) não contemplam o espaço: apenas 19,4% dessas novas instituições têm biblioteca. (BALMANT, 2013, p. 1).

Diante de tudo que foi exposto aqui, conclui-se que ainda estamos longe de ser um País com uma política cultural forte e permanente. O segmento da cultura sempre foi um dos mais débeis e o alvo preferido de desconstrução de políticas voltadas para essa área pelos governantes do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elder P. Maia. **A Economia Simbólica da Cultura Popular Sertanejo-Nordestina**. Maceió: EDUFAL, 2011.

ANANIAS, Patrus. O governo golpista e o desmonte das políticas sociais. **Teoria e debate**, Edição 151, 9 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/o-governo-golpista-e-o-desmonte-das-politicas-sociais>>. Acesso em: 30 out. 2016.

BALMANT, Ocimara. Em 72,5% das escolas não há biblioteca: lei prevê obrigatoriedade até 2020. **O Estado de São Paulo**, 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-72-5-das-escolas-nao-ha-biblioteca-lei-preve-obrigatoriedade-ate-2020-imp-,987556>>. Acesso em: 30 out. 2016.

BEZERRA, Jocastra H.; WEYNE, Rachel G. Política cultural no Brasil contemporâneo: percursos e desafios. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS, 4., 16-18 out. 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: < <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocastra-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BORON, Atilio A. **After the Sacking**: Latin American Capitalism at the Beginning of the XXI Century. 2006. Disponível em: <<http://sgboehm.googlepages.com/boron.doc>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CARLOTTI, Tatiana. O desmonte das políticas sociais, emancipatórias e culturais. **Carta Maior**, 20 jun. 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FO-desmonte-das-politicas-sociais-emancipatorias-e-culturais%2F4%2F36307>>. Acesso em: 30 out. 2016.

CARVALHO, Cristina; GAMEIRO, Rodrigo; GOULART, Sueli. As políticas públicas da cultura e a participação de novo tipo no Brasil. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/716.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

CENSO escolar 2014. 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 30 out. 2016.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11.ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

MAPA do Brasil. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: 30 out. 2016.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-52, jan./mar. 2005.

PITOMBO, Mariella. A diferença como bem universal: a noção de diversidade cultural no discurso da UNESCO. In: ALVES, Elder P. Maia (Org). **Políticas Culturais para as culturas populares no Brasil Contemporâneo**. Maceió: EDUFAL, 2011.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Não paginado.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

BIBLIOTECA E ARQUIVOS:

lugares de memória e inclusão?

Dirlene Santos Barros¹

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é discutir o arquivo como lugar de memória e inclusão, temática que considero pertinente diante do desmonte atual das políticas públicas promovido pelo Estado. Por isso, parablenizo a comissão organizadora do *IX Seminário de Políticas de Leitura, Bibliotecas e Informação* que ao propor este debate coletiviza e fomenta discussões sobre as políticas informacionais voltadas para os arquivos – dentre outros espaços de informação-, na conjuntura desafiadora que está posta aos atores sociais integrantes desse processo.

Considero o Arquivo Público como um possível espaço de memória e inclusão, desde que resguardado o pressuposto

¹ Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão; Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA); Mestre em Ciência da Informação. E-mail: dirsbarros@gmail.com.

que nele constam ações e discursos do Estado, materializados em documentos que representam uma “verdade” oficial e que podem também corresponder a parte da história dos grupos e dos movimentos sociais que ainda estão por ser escritas, desvendadas em toda sua pluralidade.

Ao nos reportarmos sobre uma verdade de arquivo, é importante destacar que esta se circunscreve de acordo com o *Regime de Informação* vigente. Por Regime de Informação entendamos um conjunto de regras que regula o funcionamento da sociedade e que muda de acordo com o poder vigente (FROHMANN, 2012).

Seguindo a leitura de González de Gómez (2012), o Regime de Informação considera o processo de geração da informação em um contexto social, cujos participantes são sujeitos, instituições e regras. Em outros termos, o Regime de Informação diz respeito às ações de informação dominantes em um meio socioeconômico, que prevê, nesse ambiente, um condicionamento ao poder vigente.

Assim, fazer a leitura do arquivo como um dos aparelhos de um Regime de Informação facilita o entendimento das alternâncias ocorridas em políticas de governo voltadas para os arquivos, e não políticas de Estado. Essas políticas de governo se traduzem em ações, geralmente pontuais, que não trazem mudanças significativas nas problemáticas enfrentadas por esses espaços – poucos recursos humanos, espaço de armazenamento insuficiente, falta de políticas de gestão documental, etc. – e que dificultam e, muitas vezes, impedem o pleno

acesso à informação e a atuação do arquivo como espaço de memória e inclusão social.

Com base nessas considerações, buscou-se problematizar neste texto “O arquivo como um espaço de memória e inclusão”, a partir de uma possível política pública de informação no Brasil, a Lei de Acesso à Informação (LAI), e no Maranhão, por meio das ações de informação voltadas para e pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Considero que a análise do entrelaçamento entre a LAI e o arquivo permite uma aproximação mais clara desta instituição, no *Regime de Informação* vigente, como espaço de memória e inclusão.

2 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: uma política pública de informação?

O debate sobre políticas públicas de informação, no contexto brasileiro, tem ampla representatividade por descortinar práticas e discursos do Estado, que demarcaram a prática do sigilo às informações governamentais pós-regime ditatorial. Na realidade, o que assistimos, nesse período, foi à introdução, inicialmente, de pequenas modificações no acesso às informações governamentais, devido à atuação da sociedade civil organizada, mas o sigilo se manteve como marca (RODRIGUES, 2011).

O acesso às informações públicas é preconizado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inc. XIV, X, XII, XXXIV, LX e LXXII e XXXIII (BRASIL, 1988), conforme se destaca a seguir:

art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

[...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

[...] (BRASIL, 1988, Não paginado).

O que foi considerado um avanço, mas que não rompeu com a cultura do segredo na esfera governamental. Era preciso a ruptura do silenciamento do Estado, através da incorporação de princípios democráticos em suas ações, como o direito de informação, “[...] essencial para a busca de uma sociedade participativa e democrática [...]” (OLIVEIRA; RAMINELLI, 2014, p.163).

A não garantia do direito de se informar, de ser informado e de informar representa o lento, ou quase inexistente,

esforço do Estado na sanção de leis que garantam o acesso aos seus arquivos. Com efeito, observamos que o regime de informação no Brasil, no tocante ao acesso à informação pública, delineou-se como uma questão delicada, conforme alguns marcos regulatórios².

De acordo com Rodrigues (2011), a morosidade na promulgação de uma lei que garanta o acesso à informação pública no Brasil, deve-se aos limites da transição política no País. Para a autora, essa transição aconteceu de forma pacífica em função de acordos estabelecidos entre as lideranças políticas, que garantiram a transição. Isso repercutiu nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva (LULA).

A aludida autora afirma que, no governo de FHC, tiveram decretos que se voltaram para a manutenção da restrição do acesso aos arquivos:

2 Dentre os marcos regulatórios, citamos as Constituições brasileiras de 1824, 1891, 1934, 1937, 1967 e 1988; as Leis n.8.159, de 8 de janeiro de 1991; n. 1.799, de 30 de janeiro de 1996; n. 9.507, de 12 de novembro de 1997; n.11.111, de 5 de maio de 2005; e os Decretos n. 1.081, de 3 de setembro de 1936; n. 27.583, de 14 de dezembro de 1949; n. 27.930, em 27 de março de 1950; n. 60.417 de 11 de março de 1967; n. 69.534, de 11 de novembro de 1971; n. 75.657, de 24 de abril de 1975; n. 79.099, de 6 de janeiro de 1977; n. 99.347, de 26 de junho de 1990; n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002; n. 5.301, de 9 de dezembro de 2004. Informações mais detalhadas sobre essa legislação foi analisada na dissertação de: HOTT, Daniela Francescutti Martins. **O acesso aos documentos sigilosos**: um estudo das comissões permanentes de avaliação e de acesso aos arquivos. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

[...] o investimento do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), relacionado aos arquivos, foi muito mais no sentido de restrição do acesso, aparentemente sob o argumento de disciplinar e conceituar documentos sigilosos. Entretanto, foi esse mesmo governo que iniciou e aprofundou estudos e legislação voltados para a implantação da ‘sociedade da informação’ [...] (RODRIGUES, 2011, p. 271).

No governo Lula, por sua vez, havia uma pressão por parte de diversos setores da sociedade e uma decisão judicial para que o acesso à documentação, considerada sigilosa, da Guerrilha do Araguaia, bem como do caso do jornalista Vladimir Herzog, torturado na época da ditadura, fosse liberada. (RODRIGUES, 2011). Esses acontecimentos, levariam os arquivos a adquirirem argumentos que funcionaram como facilitadores do acesso a documentos antes considerados sigilosos, de forma a recuperar a verdade histórica e a promoção da memória social.

Todavia, as ações do governo Lula em 2003, foram comedidas, sem grandes avanços. “[...] somente no final de 2004, diante do caso Herzog, é que o governo reagiu, mas ainda com moderação, encampando a tese dos meios militares sobre a não existência de documentos produzidos pelo Exército, Marinha e Aeronáutica [...]”, afirma Rodrigues (2011, p.277).

Em 2005, Lula sanciona a Lei n.11.111 que trazia em sua constituição aspectos pertinentes ao acesso aos arquivos da ditadura militar, mas sem perder de vista a manutenção do controle por parte do governo ao criar a Comissão de Averi-

guação e Análise da Informações Sigilosas, conforme preconizava o decreto n.5.301 de 2004 (RODRIGUES, 2011).

Ainda em 2005, a Controladoria Geral da União (CGU), na 4ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e de Combate a Corrupção (CTPCC)³, apresenta a primeira minuta do anteprojeto sobre o acesso à informação pública. As discussões em torno dessa minuta continuaram nas reuniões seguintes do CTPCC (5ª reunião – 23 de março de 2006; 6ª reunião – 28 de junho de 2006; 10ª reunião – 25 de março de 2009) com a participação de vários representantes do governo e da sociedade civil organizada (BRASIL, 2006a; 2006b; 2009b).

Em maio de 2009, encaminharam o texto que se tornaria o PL n. 5.528/2009 à Casa Civil da Presidência da República, onde foi analisado, revisto e apresentado pelo Poder Executivo federal, por meio da Mensagem 316/2009, no dia 15 de maio, à Câmara dos Deputados (CD). Este PL tramitou na CD conjuntamente com os PL n.219/2003 e n. 1.019/2007, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) e Celso Russomanno (PP/SP), em virtude de convergirem sobre o mesmo assunto⁴.

3 O CTPCC foi criado pelo Decreto n. 4.923, de 18 de dezembro de 2003, como órgão colegiado e consultivo vinculado à CGU, com a —[...] finalidade de sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle e incremento da transparência na gestão da Administração Pública, e estratégias de combate à corrupção e à impunidade. (BRASIL, 2003, Não paginado).

4 Anterior a esses PLs, os deputados federais Reginaldo Lopes (PT/MG) e Celso Russomanno (PP/SP) apresentaram, cada um, um PL sobre a regulamentação do acesso à informação. O PL n. 219/2003 do deputado Reginal-

Em 18 de novembro de 2011, o Brasil deu um passo significativo no acesso aos seus arquivos com a promulgação da Lei de Acesso à Informação, n. 12.527 (BRASIL, 2011). Entretanto, não podemos negligenciar que o processo de elaboração da LAI teve uma forte influência de acordos políticos, sobretudo em função das pressões internacionais e das manifestações crescentes da sociedade civil em relação ao direito à informação, principalmente à informação pública.

Dessa forma, a LAI gerou uma expectativa de que atuaria como um possível mecanismo de acesso às informações públicas e, por conseguinte, se teria uma política de informação arquivística para potencializar esse acesso nos arquivos. Essa afirmação se respaldava na possibilidade da LAI propiciar um maior acesso à informação pública e, conseqüentemente, diminuir o hiato entre ações e discursos do Estado e o cidadão.

Todavia, ao nos reportarmos ao processo de construção de uma política pública, onde deve emergir da base da socie-

do Lopes fixava normas para a prática do direito à informação, definindo as informações acessíveis, o prazo para atendimento do pedido, bem como os procedimentos recursais (Cf. BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 219/2003**. Brasília, DF, 2003b. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=105237>>. Acesso em: 10 jan. 2009); o PL n. 1.019/2007, de autoria de Celso Russomanno, buscava regulamentar o inc. XXXIII do art. 5º da CF/88, para garantir o acesso à informação por meio do atendimento ao pedido feito pelo cidadão no prazo de sessenta dias. Se o pedido não fosse atendido, a autoridade poderia ser condenada por crime de responsabilidade. Ele foi apensado ao PL n. 219/2003 do deputado Reginaldo Lopes (Cf. BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL n. 1.019/2007**. Brasília, DF, 2007a Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=350981>>. Acesso em: 10 jan. 2009).

dade para cima (representação política), vemos que, no caso específico da LAI, essa configuração não ocorreu. As forças convergentes para reflexão, criação e aprovação da LAI são provenientes de uma demarcação internacional e nacional, política, econômica e social, o que vai de encontro à construção de uma política pública de informação.

De acordo com Ferreira (2006, p. 115), políticas públicas são concebidas como:

[...] como estratégias que, na nossa perspectiva, servem para mudanças sociais que têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo, contraditório, fruto geralmente da ação e/ou posição dos vários movimentos sociais nos estados capitalistas [...].

Ao relacionar essa concepção ao processo de reflexão e criação da LAI, observa-se que, em certa medida, essa lei configura uma política pública de informação pela relação de expressões diferenciadas (Organizações não-governamentais, sociedade civil organizada, etc.) nesse processo. Contudo, ao considerar a relação entre o cidadão em si com as esferas governamentais, constatou-se que essa relação não se concretizou, pois foram estabelecidas ações silenciosas aquém da participação popular.

Mas não se pode negligenciar a possibilidade que a LAI emprega à informação, especialmente **como** atuação da força constitutiva da sociedade (BRAHMAN, 2009). Em outras palavras, a efetivação da LAI propicia essa atuação da informação como força constitutiva da sociedade, delineando o contexto,

a vida cotidiana das pessoas, afetando o ambiente e sendo afetada por ele também. Essa concepção de informação justifica a necessidade e a importância da aproximação entre a sociedade e o governo, através do acesso às informações públicas. Essa é uma prática que se expande progressivamente no seio das sociedades democráticas, pela chamada transparência pública dos atos do centro do poder.

No geral, o que se presencia no Brasil é a minimização das políticas públicas de informação, através da instituição de projetos ou planos de governo, que se reduzem à aplicação imediata para responder a uma demanda de informação. Esse é um aspecto que pode, de certa forma, justificar as problemáticas que incidiram sobre a não efetividade da implementação da LAI.

Dentre essas problemáticas, tem-se o desafio tecnológico, principalmente para os pequenos municípios, no sentido não só de consolidar os dados governamentais para serem transmitidos ao *site* do governo, mas, também, para o alcance da banda larga nos lugares mais remotos do Brasil, embora 49,4% da população brasileira tenha acesso à *internet*, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 (IBGE, 2013). Temos ainda a ausência da gestão documental, na maior parte do território brasileiro, que confere aos arquivos públicos situação inadequada, e até precárias, para atender às condições mínimas de acesso à informação.

Não se poder ignorar que a LAI representa um avanço democrático no Brasil, especificamente no que diz respeito à publicização e o acesso às informações nas estruturas política,

social, econômica e cultural do âmbito público, porém, não se pode perder de vista que a aludida Lei não mudará por si só a cultura do sigilo instaurada na Administração Pública brasileira, ao longo de tantos anos.

3 AÇÕES DE INFORMAÇÃO NO MARANHÃO: possibilidades e/ou limites ao Arquivo como espaço de memória e inclusão?

O Estado do Maranhão, por mais de cinco décadas, foi governado por uma política conservadora, alicerçada na legitimação da oligarquia Sarney e num aparente contexto de desenvolvimento, que conferiu ao Estado um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do País (IBGE, 2014). Nas eleições de 2014, houve uma reviravolta na política maranhense, por conta da eleição de Flávio Dino (PCdoB) para o Executivo estadual, com a proposta de tirar o Estado do *ranking* de um dos mais pobres do território nacional.

Dentre as medidas empreendidas por Flávio Dino (PCdoB), tem-se a sanção da LAI maranhense em 20 de março de 2015: “[...] o Estado do Maranhão está em mora com a sua obrigação constitucional há mais de três anos na garantia desse direito básico do cidadão.” (DINO, 2015, p. 4). É inegável que, com essa lei, o Estado avançou em termos de legislação de acesso à informação, e que tal ordenamento se alinha, em certa

medida, às propostas do aludido governador em combater o nepotismo, a corrupção e a lentidão da gestão pública.

Em sua estrutura, a LAI maranhense contempla, assim como a maior parte das LAI de outros Estados, a documentação de arquivo em seu art. 5º, ao abordar o tratamento da informação e as características dos documentos de arquivo, como autenticidade, integridade, primariedade, dentre outras (MARANHÃO, 2015). Outra menção ao arquivo está presente no art. 8º, § 3º, que se reporta à necessidade de comunicação entre os Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) e os setores pertinentes:

Para o pleno desempenho de suas atribuições, os Serviços de Informação ao Cidadão – SIC deverão manter **intercâmbio permanente** com os serviços de protocolo e **arquivo**, buscar informações junto aos gestores de sistemas informatizados e bases de dados, inclusive de portais e sítios institucionais e **atuar de forma integrada com os serviços de ouvidoria**. (MARANHÃO, 2015. Não paginado, grifo nosso).

Há assim, mesmo que minimamente – pois não aborda concepções sobre os arquivos públicos e a gestão documental –, uma ampliação da inserção do arquivo na LAI maranhense ao relacioná-lo aos SIC, no provimento de informações ao acesso pelo cidadão, em consonância ao art. 71 do Decreto nº 7.724/2012, sobre a adequação às políticas de gestão da informação.

Acredita-se que tais lacunas sejam produto da ausência da participação do Arquivo Público do Estado do Maranhão

(APEM) no processo de debate e elaboração da LAI maranhense, bem como na sua implementação em nível local. Essa prática reconhece o vínculo contextual histórico-social no Maranhão, reprimida e combatida nos discursos do atual governador, em relação à oligarquia **Sarney**.

A importância do APEM, nesse processo, é reconhecida por custodiar o maior acervo documental e receber um grande fluxo de pesquisadores. Porém, observa-se que o APEM tem exercido apenas a função de arquivo histórico – espaço de memória – uma vez que desde o ano de 2000 não vem mais recolhendo a documentação das Secretarias do governo, fato que gera preocupação, haja vista a insegurança em que estão submetidos os documentos considerados de valor intermediários.

Como resposta a esse cenário, o APEM manteve em sua agenda a discussão, reflexão, criação e reivindicação de uma gestão documental para o Estado, mesmo diante do desafio de salvaguardar a memória maranhense, em face dos poucos recursos destinados à instituição. Em de 14 de julho de 2016, o governo de Flávio Dino (PCdoB) sancionou a lei estadual nº 10.487, que “dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Maranhão, e dá outras providências.” (MARANHÃO, 2016, não paginado).

A ausência dessa política propiciou, por vezes, a heterogeneidade ou a inexistência de procedimentos de organização de arquivos, que resultaram no acúmulo desordenado da documentação do Estado, no acesso à informação e na atuação do próprio APEM. No art. 10, Capítulo III da aludida Lei, são

preconizadas as competências do APEM em relação à política de gestão documental maranhense:

I - formular a política estadual de arquivos e exercer orientação normativa, visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo, qualquer que seja o suporte da informação ou a sua natureza;

II - implementar, acompanhar e supervisionar a gestão de documentos arquivísticos produzidos, recebidos e acumulados pela administração pública estadual;

III - promover a organização, a preservação e o acesso aos documentos de valor permanente ou histórico recolhidos dos diversos órgãos da administração estadual;

IV - elaborar e divulgar diretrizes e normas para as diversas fases de administração dos documentos, inclusive dos documentos digitais, consoante o modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, para a organização e funcionamento do protocolo e dos arquivos integrantes do Sistema Estadual de Arquivos do Maranhão - SAEMA;

V - coordenar os trabalhos de classificação e avaliação de documentos públicos do Estado, orientar, rever e aprovar as propostas de planos de classificação e das tabelas de temporalidade e destinação de documentos dos órgãos e entidades da administração pública estadual integrantes do SAEMA;

VI - autorizar a eliminação dos documentos públicos estaduais desprovidos de valor permanente, na condição de instituição arquivística pública estadual, de acordo com a determinação prevista no art. 9º da Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991;

VII - acompanhar o recolhimento de documentos de valor permanente ou histórico para o APEM, procedendo ao registro de sua entrada no referido órgão e ao encaminhamento de cópia desse registro às unidades de origem, responsáveis pelo recolhimento, além de assegurar sua preservação e acesso;

VIII - promover o treinamento e orientação técnica dos profissionais responsáveis pelas atividades arquivísticas das unidades integrantes do SAEMA;

IX - promover e incentivar a cooperação entre os órgãos e entidades da administração pública estadual, com vistas à integração e articulação das atividades arquivísticas;

X - promover a difusão de informações sobre o APEM, bem como garantir o acesso aos documentos públicos estaduais, observadas as restrições previstas em lei;

XI - realizar projetos de ação educativa e cultural, com o objetivo de divulgar e preservar o patrimônio documental sobre a história do estado. (MARANHÃO, 2016, não paginado).

O APEM tem a competência de ser o órgão central no processo de implementação, avaliação e acompanhamento da política estadual de arquivos em todo o Estado do Maranhão, de forma que o Sistema de Arquivos funcione integralmente, conforme normas e procedimentos técnicos comuns.

Para que o APEM cumpra essa função, é necessária a integração em sua estrutura do serviço de gestão e do serviço de apoio administrativo, além dos serviços técnicos, de informática e processamento já existentes. No entanto, para a criação dos dois serviços supracitados, bem como para a competência

de cada um deles, urge a regulamentação de dois decretos, que desde o mês de julho de 2016 tramita no governo.

A paralisação nessa regulamentação compromete, portanto, a função do arquivo **quanto** um espaço de memória e inclusão, além de ferir o marco constitucional em âmbito nacional e estadual, que preconiza a competência do Estado em relação aos arquivos públicos e, por consequência, ao provimento de informação pública.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este artigo buscou problematizar o arquivo como espaço de memória e inclusão, sob o prisma da LAI, no contexto nacional, e de ações de informação, dentre elas a aludida lei sancionada no Estado do Maranhão, no governo de Flávio Dino (PCdoB). Tem-se em uma primeira reflexão a conjuntura nacional, que, através de forças internas e externas, refletiu, elaborou e tem implantado e monitorado a LAI brasileira.

Com a ascensão de um governo de esquerda, no Maranhão representado por Flávio Dino (PCdoB), o Estado tem avançado em âmbito de legislação, porém, ressentido-se de orçamentos que possam efetivar a política recentemente aprovada, ressentido-se também de atores sociais e institucionais no processo de construção e reflexão dessas leis, que parecem reproduzir um movimento de ações de informação esparsas, as

quais, por muito tempo, constituíram o regime de informação em território maranhense.

A LAI maranhense é um exemplo desse panorama, já que seu processo de constituição e implementação tem ocorrido sem a participação do APEM, bem como da sanção dos dois decretos que regulamentam a lei nº 10.427/2016 pelo governo do Estado. Essa movimentação jurídica demonstra uma relação aparentemente próxima entre as ações de informação pelo poder vigente no Maranhão e a potencialização do arquivo, como um espaço de memória e inclusão.

Vemos, assim, que a lei n. 10.427/2016 representa um avanço significativo na esfera documental maranhense, mas, ao mesmo tempo, está paralisado, em função da ausência da sanção dos dois aludidos decretos.

REFERÊNCIAS

BRAMAN, S. Globalizing media law and policy. In: THUSSU, Indaya. **Internationalizing media studies**. London: Routledge, 2009, p.93-115.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 2011a. Não paginado. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. Controladoria Geral da União. **Ata da 5ª reunião do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, DF, 2006a.

_____. Controladoria Geral da União. **Ata da 6ª reunião do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção**. Brasília, DF, 2006b.

_____. Controladoria Geral da União. Conselho da Transparência. Documentos de Reuniões. **Extratos de Atas**. Extrato da Ata da 10ª Reunião do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção. 25 mar. 2009b. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ConselhoTransparencia/Documentos/Atas/ExtratodaAta10.asp>>. Acesso em: 5 fev.2013.

DINO, Flávio. **Mensagem 034/2015**. São Luís: Diário da Assembleia, 17 mar.2015. Disponível em:<http://www.al.ma.leg.br/diarios/arquivos/17032015-1721766717diario.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **TransInformação**, Campinas, n.18, v.2, p.113-122, maio/ago. 2006.

FROHMANN, B. Documentation redux: Prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v.,52, p.387-407. 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMES, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HOTT, Daniela Francescutti Martins. **O acesso aos documentos sigilosos: um estudo das comissões permanentes de avaliação e de acesso aos arquivos**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

MARANHÃO. **Lei n. 10.217, de 23 de março de 2015**. Dispõe sobre regras específicas para garantir o acesso a informações no âmbito do Estado do Maranhão, altera a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, e dá outras providências. São Luís, 2015. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3809>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

OLIVEIRA, Rafael Santos de; RAMINELLI, Francieli Puntel. O direito ao acesso à informação na construção da democracia participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. **Seqüência**, Florianópolis, n.69, p.159-182, dez. 2014.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.257-286, jan./jun.2011. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/acesso-a-informacao/legislacao-de-acesso-aos-arquivos-no-brasil-um-terreno-de-disputas-politicas-pela-memoria-e-pela-historia-georgete-medleg-rodrigues/view>. Acesso em: 2 dez. 2011.

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

MARIA MARY FERREIRA

Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (2006). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1981), Especialização em Organização de Arquivos pela USP (1991), Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (1999). Fez estágio doutoral na Universidade de Coimbra em Portugal (2005). É autora dos livros: Vereadoras e Prefeitas maranhenses: ação política sobre a ótica de gênero (2015); Os bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão (2010); As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas (2007). É organizadora das publicações: Mulher, Gênero e Políticas Públicas (1999); Produção do Conhecimento Feminista: memória e ação política dos estudos na contemporaneidade (2010) (ebook); Gênero, Política e Poder: participação das mulheres nos espaços de poder. (EDUFMA, 2012); Políticas Públicas de Gênero: o pensar e o fazer em Imperatriz, (Ed. Ética, 2014).

Foi diretora da Biblioteca Pública Benedito Leite (1991-1993) e Secretária Adjunta de Cultura (2007). Foi tutora do PET/Biblioteconomia UFMA 2008-2015. Desenvolve a Pesquisa “Retrato da Leitura, Livro, Livrarias e Sebos no Maranhão: desvendando práticas leitoras dos maranhenses e cadeia produtiva do livro” em fase de conclusão. Contatos: mmulher13@hotmail.com

JOSÉ CARTILHO MARQUES NETO

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1976) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1992). Curso de especialização em Edición Global pela Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha. Atualmente é professor assistente doutor aposentado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara. Exerceu, desde 1988, funções de direção editorial junto à Editora UNESP (Editor Executivo e Diretor de Publicações da FUNDUNESP) e, a partir de 1º de abril de 1996, tornou-se o primeiro Diretor Presidente da Fundação Editora da UNESP, cargo que deixou em 1º de junho de 2015. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia e Filosofia Política atuando principalmente nos temas relacionadas à formação do pensamento de esquerda e marxista, notadamente no Brasil. Especializou-se também em editoração universitária e em políticas públicas de livro, leitura e bibliotecas, sendo consultor de organismos nacionais e internacionais de editoração e leitura, além de agências de fomento à pesquisa. Dirigiu a Biblioteca Pública Mário de Andrade, São Paulo (2002/2005). Presidiu em vários mandatos entidades e instituições do livro e da leitura como a Associação

Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) e a Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (EULAC). É membro titular da Comissão Nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, órgão da CPLP (2014). Foi Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, vinculado aos Ministérios da Cultura e da Educação (períodos: agosto/2006-março/2011 e junho/2013-maio/2016), cargo Pro Bono. Consultor na área de livro, leitura e bibliotecas na empresa JCastilho - Gestão&Projetos - São Paulo - SP. Contatos: jocastilho53@gmail.com

JOSÉ HENRIQUE DE PAULA BORRALHO

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (1997), mestrado em História pela UNESP-ASSIS_SP(2000), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009) e pós-doutorado em Teoria Literária pela UFRJ (2016). É Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Historiografias e Linguagens (NEHISLIN - www.nehislinuema.com), membro da Associazione Brasilianiste italiane Jacarandá, das Universidade de Genova, Milão e Brescia. Professor adjunto IV da Universidade Estadual do Maranhão, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, UEMA e do Programa em Letras da UEMA, Bolsista Produtividade FAPESP, Vice-Coordenador do Mestrado em Letras - UEMA, Editor-chefe da Revista Outros Tempos. É autor das seguintes obras: Uma Atenas equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no império brasileiro (2010); Terra e Céu

de nostalgia: tradição e identidade em São Luis do Maranhão (2011); Versura: poemas, contos e crônicas (2012); Versura: ensaios (2017).

ROSENVERCK ESTRELA SANTOS

Graduado em História e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é Professor da UFMA exercendo atividades docentes (ensino, pesquisa e extensão) na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, lecionando disciplinas da área de Fundamentos da Educação e História da África e da população negra. Trabalhou na Rede Pública Estadual e Municipal de Educação ministrando a disciplina História e na Secretaria de Educação do Estado do Maranhão - SEDUC desenvolvendo serviços técnico-pedagógicos na área de formação de professores e elaboração de projetos destinados ao ensino de História e cultura da África e da população negra no Brasil. Integra o Grupo de Estudo, Pesquisa e Investigação Pedagógica Afro-brasileira - GI-PEAB e o Núcleo de Estudos Afro-brasileira/NEAB. Foi vice-presidente da Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão - APRUMA (2014-2016). É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA e autor dos livros: Educação popular e juventude negra (EDUFMA, 2015); Juventude e Periferia em tempos neoliberais (CBJE, 2012).

FELIPE LINDOSO

É graduado em antropologia pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima-Peru, e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em antropologia Social da UFRJ (Museu Nacional). É jornalista, foi sócio fundador e diretor da Editora Marco Zero, de 1980 a 1998. Tem publicados artigos, ensaios e livros, entre os quais “O Brasil pode ser um país de leitores?” (Summus Editorial). É autor do capítulo sobre o Brasil da “História de las Empresas Editoriales de América Latina – Siglo XX”, org. por Juan Gustavo Cobo Borda, Cerlalc. Escreveu análises para as publicações “Retratos da leitura no Brasil” 2008 e 2012. Mantem o blog www.oxidoproblema.com.br no qual analisa questões do mercado editorial brasileiro e internacional. Foi assessor da Câmara Brasileira do Livro (CBL), ocupando diferentes cargos. Foi consultor do Cerlalc. Atualmente dedica-se a projetos e iniciativas na área do livro e leitura, como consultor do Instituto Itaú Cultural..

CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Gestão Pública (2011) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduação em Biblioteconomia pela Universida-

de Federal do Maranhão (2007). Conselheiro Estadual de Cultura do Estado do Maranhão (2015 - 2017). Membro do Grupo de Estudos Políticas, Lutas Sociais e Ideologias - GEPOLIS e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Educação, Gênero e Movimentos Sociais - DANDARA. Membro do Fórum Permanente do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Maranhão. Desenvolve pesquisas sobre as temáticas de Políticas de Livro e Leitura, Política de Informação Científica e Gênero.

MARIA DA GLÓRIA SERRA PINTO DE ALENCAR

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1989), especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Maranhão (1996), mestrado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2000) e doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2013). Exerceu os cargos de Chefe de Departamento e Coordenadora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência nas áreas de Ciência da Informação e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: processamento da informação, metodologia da pesquisa, internet, novas tecnologias de informação e comunicação, avaliação de políticas públicas, bibliotecas escolares e comunitárias. Possui artigos e trabalhos publicados em revistas e eventos científicos. Atualmente é professora associada e tu-

tora do Programa de Educação Tutorial do Curso de Biblioteconomia, PET/BI, da Universidade Federal do Maranhão.

DIRLENE SANTOS BARROS

Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília; Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba; Especialista em Gestão de Arquivos e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão. As titulações de doutora e mestre foram financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão. Pesquisadora do grupo de pesquisa Estado, Informação e Sociedade. Membro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Temas de pesquisa: Fundamentos em Biblioteconomia, Arquivo, instituições arquivísticas e afins, Estudos de Usuários; Usos e usabilidade da informação, Direito à Informação, Políticas de informação, Tecnologias de Informação em bibliotecas e arquivos; Informação e memória.

Realizado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

Publicação: 1ª edição

Formato: 14 x 21 cm

Tipologia: Adobe Garamond Pro (12/16; 11/13,2, 9/9,5)
Kingthings Trypewriter 2 (16/17, 10/12)

Vivemos novamente tempos sombrios, após termos superado o período de exceção que nos silenciou durante 21 anos. O *impeachment* votado no Congresso, apoiado pelas elites brasileiras, pelo Supremo Tribunal Federal, além dos setores midiáticos, traduziu um momento de profundo retrocesso e de atraso na construção do estado democrático de direito no Brasil.

No campo da cultura o que se viu no pós-impeachment foi uma dança de cadeiras com denúncias de corrupção, interferências na gestão do Ministério da Cultura que culminou com a saída de dois ministros e incertezas quanto aos programas do livro, leitura e bibliotecas que vinham sendo implantados, até então, no governo de Dilma Rousseff.

São tempos sombrios, mas também de reflexão, de reconstrução de ideias, que possam levar bibliotecários, professores e estudantes a reagirem. Os textos que ora apresentamos aos leitores estão divididos em dois capítulos: no primeiro destacamos aqueles voltados para o livro e a leitura e as muitas formas de interdição e resistência. O segundo se destina a refletir sobre as políticas de biblioteca e arquivos. Em cada um deles os autores expressam críticas ao atual momento que o País atravessa, uma vez que suas críticas traduzem descontentamento, mas também expressam esperanças e vontade de superação destes tempos sombrios.

Espera-se que estes textos possam contribuir para reações e pressões quanto ao quadro de desmonte das políticas conquistadas nos dois governos que compreende os anos de 2003-2015. A perplexidade do golpe em um primeiro momento teve efeito de nos paralisar, agora é hora de ir para a luta. Os textos dão alento para reagirmos. Boa leitura!

Profa. Dra. Maria Mary Ferreira
Organizadora

ISBN 978-85-7862-713-3



9 788578 627133